

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

LAURA BIANCA RODRIGUES GOMES

**MILÍCIA, GRUPOS POLICIAIS, TRÁFICO DE DROGAS E
TERRITÓRIO**

Uma análise localizada em Uberlândia/MG

UBERLÂNDIA

2023

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

G633
2023

Gomes, Laura Bianca Rodrigues, 1995-
Milícias, grupos policiais, tráfico de droga e
território [recurso eletrônico] : Uma análise localizada
em Uberlândia/MG / Laura Bianca Rodrigues Gomes. - 2023.

Orientadora: Mariana Magalhães Pinto Cortês.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de
Uberlândia, Pós-graduação em Ciências Sociais.
Modo de acesso: Internet.
Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2023.669>
Inclui bibliografia.

1. Sociologia. I. Cortês, Mariana Magalhães Pinto,
1980-, (Orient.). II. Universidade Federal de
Uberlândia. Pós-graduação em Ciências Sociais. III.
Título.

CDU: 316

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:

Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091
Nelson Marcos Ferreira - CRB6/3074

LAURA BIANCA RODRIGUES GOMES

**MILÍCIA, GRUPOS POLICIAIS, TRÁFICO DE DROGAS E
TERRITÓRIO**

Uma análise localizada em Uberlândia/MG

Dissertação apresentada como requisito à
obtenção de qualificação no Mestrado em
Ciências Sociais pelo Programa de Pós-
graduação em Ciências Sociais da
Universidade Federal de Uberlândia.
Orientadora: Prof. Dra. Mariana
Magalhães P. Cortês

UBERLÂNDIA

2023



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais
Av. João Naves de Ávila, 2121, Bloco H, Sala 37 - Bairro Santa Mônica, Uberlândia-MG,
CEP 38400-902

Telefone: (34) 3230-9435 - www.ppgcs.incis.ufu.br - ppgcs@incis.ufu.br



ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	Ciências Sociais				
Defesa de:	Dissertação de Mestrado 9/2023 do PPGCS-UFU				
Data:	06 de novembro de 2023	Hora de início:	14:30h	Hora de encerramento:	17 : 00 h
Matrícula do Discente:	12012CSC008				
Nome do Discente:	Laura Bianca Rodrigues Gomes				
Título do Trabalho:	MILÍCIA, GRUPOS POLICIAIS, TRÁFICO DE DROGAS E TERRITÓRIO Uma análise localizada em Uberlândia/MG				
Área de concentração:	Sociologia e Antropologia				
Linha de pesquisa:	Cultura, Identidades, Educação e Sociabilidade				
Projeto de Pesquisa de vinculação:	Evangélicos em movimentos de moradia: ocupações urbanas em Uberlândia(MG)				

Reuniu-se por vídeo conferência, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, assim composta: Profa. Dra. Mariana Magalhães Cortes Pinto (Orientadora e Presidente da banca PPGCS/INCIS/UFU), Prof. Dr. Leonardo Barbosa e Silva (Examinador PPGCS/INCIS/UFU) e Prof. Dr. Wagner Jacinto de Oliveira (Examinador IFTM).

Iniciando os trabalhos, a presidente da mesa, o Profa. Mariana Magalhães Cortes Pinto apresentou a Comissão Examinadora e a candidata, agradeceu a presença do público, e concedeu à discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação da discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir a senhora presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, os examinadores, que passaram a arguir a candidata. Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca Examinadora, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando a candidata:

APROVADA

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Mariana Magalhães Cortes Pinto - Orientadora e Presidente da banca (PPGCS/INCIS/UFU)

Prof. Dr. Leonardo Barbosa e Silva - Examinador (PPGCS/INCIS/UFU)

Prof. Dr. Wagner Jacinto de Oliveira - Examinador (IFTM)

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Mariana Magalhães Pinto Cortes, Professor(a) do Magistério Superior**, em 06/11/2023, às 17:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Wagner Jacinto de Oliveira, Usuário Externo**, em 06/11/2023, às 17:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Leonardo Barbosa e Silva, Professor(a) do Magistério Superior**, em 07/11/2023, às 09:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4885003** e o código CRC **CDD0CD3A**.

Referência: Processo nº 23117.072595/2023-98

SEI nº 4885003

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	5
1. ZOOM OUT	9
1.1 LIMA DA ROTAM	9
1.2. SEM TETO É INIMIGO	10
2. NOTA METODOLÓGICA	16
3. CONFIGURAÇÃO DE UBERLÂNDIA	17
4. POLÍTICAS DE CONTROLE EXTERNO DA POLÍCIA EM MINA E UBERLÂNDIA	22.
5. JOGO DO BICHO	22
SEGUNDO CAPÍTULO	
1. AS MEGAOPERAÇÕES	23
TERCEIRO CAPÍTULO	
1. SEMPRE PARTIMOS DO MESMO LUGAR	27
1.1 NO RASTRO DO FORMIGA	31
1.2 KOMBÃO DA MORTE	33
QUARTO CAPÍTULO	
1. GÊMEAS SIAMESAS: VIOLÊNCIA E CORRUPÇÃO	37
2. A COMUNIDADE E O HABITUS MILICIANO	39
3. A FACE GROTESCA DO BIOPODER NO BRASIL É A MORTE	41
4. AS MILÍCIAS TOMAM O PALÁCIO CENTRAL	42
5. O NEOLIBERALISMO AUTORITÁRIO NO BRASIL	42
QUINTO CAPÍTULO	
1. ESTADO DE POLÍCIA: UM MARCO	48
REFERÊNCIAS	58

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Uberlândia (MG): Localização condomínios horizontais/loteamentos fechados (2008)

LISTA DE SIGLAS

CPC Centro de Prevenção à Criminalidade

CPI Comissão Parlamentar de Investigação

FBSP Fórum Brasileiro de Segurança Pública

FICCO/MG Força Integrada de Combate ao Crime Organizado do Estado de Minas Gerais.

GAECO Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado

GIE Grupo de Intervenção Estratégica

INFOPEN Informações Estatísticas do Departamento Penitenciário Nacional

IPEA Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

MP Ministério Público

MPMG Ministério Público de Minas Gerais

PCC Primeiro Comando da Capital

SINDPOL/MG Sindicato dos Servidores da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais.

ROTAM Rondas Táticas Metropolitanas

SINDUSCON – TAP Sindicato da Indústria da Construção Civil do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba

Á Vera, Dilson e Clara, com amor e gratidão

AGRADECIMENTOS

Primeiramente gostaria de agradecer a política educacional para o ensino superior que me deu grande suporte, especialmente, durante o período da pandemia por meio da bolsa de demanda social da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que financiou integralmente meus estudos de mestrado e ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais na Universidade Federal de Uberlândia (PPGCS/UFU).

Este trabalho foi produzido por várias mãos e contou com investimento de várias pessoas. Sendo assim, gostaria de agradecer imensamente a minha orientadora, pela trocas e acolhimentos, que serviram para mim como um grande aprendizado. Devo agradecer também pela paciência e dedicação que teve comigo, principalmente nos momentos finais da escrita e defesa desta dissertação.

Devo agradecimento também aos professores Leonardo e Wagner que participaram da minha banca de qualificação e que puderam me motivar e trazer contribuições fundamentais para o progresso da pesquisa. Especialmente, ao Professor Wagner que com sua pesquisa sobre Esquadrões da Morte em Uberlândia me abriu caminhos de reflexão e suporte histórico metodológico para seguir nesta temática que envolve as forças de segurança pública. Gratidão igual à que tenho com os vários professores do PPGCS que me auxiliaram ao longo do processo do mestrado, assim como meus colegas de turma. Sou grata pelas trocas com minha colega de mestrado Thalita pelas contribuições e pela pesquisa que produziu de forma ética e compromissada uma pesquisa sobre a entrada do Primeiro Comando da Capital no Triângulo Mineiro. Pesquisa essa que contribuiu muito para as análises feitas ao longo da pesquisa sobre milícias em Uberlândia.

Por fim, mas mais importante, agradeço minha família, amigos (as) e ao Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) por me acompanharem nessa jornada e contribuírem imensamente com os “rumores”, fofocas, risadas, choros, conselhos, sofrimento e muitas outras emoções e palavras.

Resumo

Este trabalho tem como objetivo analisar metanarrativas que denunciam a presença de grupos milicianos na cidade de Uberlândia. Assim, a partir do surgimento de exposições por parte do judiciário da existência destes grupos no município iniciamos a pesquisa com a hipótese norteadora de que diversos espaços e narrativas mobilizaram este termo para ações criminosas na cidade. Contudo, visto que o conceito está vinculado a realidade carioca quais as semelhanças e diferenças presente nestes grupos na cidade e como isto afeta a vida comunitária. A pesquisa encontrou diversos desafios e limites institucionais, sanitários visto que a maior parte da pesquisa foi executada durante a pandemia da COVID-19 e a temática trata assuntos delicados, contudo, ainda foi possível contatos, experiências e conversas com pessoas, profissionais e atores sociais políticos fundamentais para o seu desenvolvimento. Para melhor trabalhar os dilemas da pesquisa acionamos a perspectiva da etnografia ativa baseada na metodologia da pesquisadora Veena Das. Conclui-se que apesar de diversos grupos articularem o conceito de milícia para dizer de ações de alguns policiais que atuam de forma pontual em esquemas de corrupção que envolvem mais ganhos econômicos. Contudo, ao longo da pesquisa foi possível compreender um pouco do crime-negócio que o Primeiro Comando da Capital empreende nas periferias de Uberlândia.

Abstract

This work aims to analyze metanarratives that denounce the presence of militia groups in the city of Uberlândia. Thus, from the emergence of exposures by the judiciary of the existence of these groups in the city, we started the research with the guiding hypothesis that different spaces and narratives mobilized this term for criminal actions in the city. However, since the concept is linked to the reality of Rio, what are the similarities and differences present in these groups in the city and how this affects community life. The research encountered several challenges and institutional, health limits, since most of the research was carried out during the COVID-19 pandemic and the theme deals with delicate subjects, however, it was still possible to contact, experience and talk with people, professionals and social actors fundamental policies for its development. To better work the research dilemmas, we used the perspective of active ethnography based on the methodology of researcher Veena Das. It is concluded that although several groups articulate the concept of militia to say about the actions of some police officers who act in a punctual way in corruption schemes that involve more economic gains. However, throughout the research it was possible to understand a little of the crime-business that the Primeiro Comando da Capital undertakes on the outskirts of Uberlândia.

INTRODUÇÃO

Inicialmente, o objeto de pesquisa deste trabalho se construiu para a compreensão da existência e caracterização do conceito de “milícia” empregado nas mídias para definir certos grupos organizados na cidade de Uberlândia em Minas Gerais. A partir desse interesse inicial, desenvolveu-se uma metodologia que trabalhou com entrevistas junto a atores da segurança pública da cidade e moradores das periferias, dados etnográficos coletados em trabalho de campo nas ocupações urbanas, e matérias de jornais. Ao longo da pesquisa as tramas urbanas, as experiências coletivas e individuais de sujeitos vinculados a segurança pública, o complexo fluxo de relações, mercadorias, símbolos e palavras do cotidiano urbano ampliaram minha perspectiva do objeto de pesquisa. Diante das reflexões teóricas de Manso (2020), Feltran (2014), Das (2008), Telles & Hirata (2007), Zaluar (2004), Ianni (2008), me reformulei o objeto de pesquisa, mas sem perder de vista o ponto de partida sobre as milícias. Mas agora os territórios periféricos, a cidade e as diversas configurações sociais, mercadológicas e ilegais que articulam fluxos na conjuntura urbana de Uberlândia se tornava o meu objeto para compreender o que a aparição midiática das milícias apresentava do contexto urbano de Uberlândia e em que ponto isto está relacionado as estruturas sociais de governabilidade das populações, de opressão e exploração do capital. Para isso conceitos como neoliberalismo autoritário (Andrade, D. P., Côrtes, M., e Almeida, S. 2021), biopolítica (FOUCAULT, 2008) e necropolítica (MEMBE, 2014) e as análises sobre dinâmicas criminais no Brasil com intuito de articular saberes, conceitos e palavras que possa explicar historicamente os arranjos urbanos nas fronteiras do ilegal, legal, formal e informal, nas grandes metrópoles, com intuito de verificar esta construção na cidade de Uberlândia.

O primeiro capítulo está dedicado a responder duas perguntas que foram apresentadas durante minha avaliação na banca de mestrado e caminharam comigo durante esta jornada. A primeira é o que me levou a pesquisar este objeto e a segunda se eu estou disposta a encarar e percorrer os caminhos que este objeto e a pesquisa na área do poder, controle e segurança pública podem me levar. Para respondê-las retomo vivências pessoais e profissionais que se acumularam e suscitaram o interesse na pesquisa deste objeto. Entre elas, destaco a produção de enunciados por meio das mídias (Jornal Diário de Uberlândia, O GLOBO, entre outras), pela GAECO (Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado), da Polícia Militar e da coordenação do

Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, após operação que identificou a existência de grupos milicianos atuando junto ao poder legislativo em 2019 na cidade. Além do impacto que a operação de investigação sobre a existência de milícias em Uberlândia suscitou em minha curiosidade etnográfica, acrescento também o papel da minha experiência como militante do MTST e coordenadora na ocupação Fidel Castro, que em março de 2020 perdeu um companheiro de luta¹ para aquilo que a comunidade denominou de milícia. Este ponto se desdobrará melhor nos próximos capítulos.

Em diversos âmbitos (jurídicos, acadêmicos, jornalísticos, redes sociais, senso comum), são definidas características para a categoria “milícia”. O debate público produz significados para estes grupos criminosos. Interessa-nos, primeiramente, como se organizam estas concepções na realidade de Uberlândia. O objeto de pesquisa vem ganhando espaço nos estudos sobre segurança pública, e após as eleições presidenciais, que elegeram Jair Bolsonaro como Presidente da República em 2018, se tornou frequente nas mídias o vínculo entre o governo federal e os grupos organizados, especialmente no Rio de Janeiro. A relação entre a família Bolsonaro e as milícias cariocas foi se apresentando cada vez mais próxima. Inicialmente, os discursos públicos de Jair Bolsonaro e de seu filho Flávio Bolsonaro demonstraram total apoio às ações dos grupos milicianos nos territórios periféricos, com a justificativa de que afastam o tráfico de drogas².

As notícias sobre as milícias já inundavam a imprensa desde 2005³. No ano de 2007, Flávio Bolsonaro, que iniciava seu segundo mandato como deputado estadual, se

¹Ver em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2020/03/05/interna_gerais.1126555/coordenador-do-mtst-e-morto-durante-acao-policia-em-uberlandia.shtml Acesso em: 13/09/2020.

²Veja parte do discurso de Flávio Bolsonaro na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj) em 2003: “Sempre que ouço relatos de pessoas que residem nessas comunidades, supostamente dominadas por milicianos, não raro é constatada a felicidade dessas pessoas que antes tinham que se submeter à escravidão, a uma imposição hedionda por parte dos traficantes e que agora pelo menos dispõem dessa garantia, desse direito constitucional, que é a segurança cidadã. Façam consultas populares na Favela de Rio das Pedras, na própria Favela do Batman, para que haja esse contrapeso também, porque sabemos que vários são os interesses por trás da discussão das milícias, como falei. Há interesses comerciais, há interesses políticos, mas vamos também olhar com um pouco de atenção os interesses das pessoas que estão nessas comunidades” (CONGRESSO EM FOCO, 2019).

Ver em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/projeto-bula/reportagem/dez-fatos-que-ligam-a-familia-bolsonaro-a-milicianos/>. Acesso em: 07/05/2021

³A página 18 da Edição de 20 de março de 2005 do jornal OGLOBO anunciava “Milícias de PM’s expulsam tráfico”, a reportagem de Vera Araújo revelava que grupos de policiais e ex-policiais tinham assumido o controle territorial de 42 favelas na Zona Oeste do Rio.

Ver em: <http://memoria.oglobo.globo.com/jornalismo/reportagens/as-milicias-chegam-para-assustar-9152202>. Acesso em: 07/05/2021.

tornava defensor dos grupos milicianos⁴. No mesmo ano, Flávio Bolsonaro empregou em seu gabinete Fabricio Queiroz, hoje investigado por comandar esquema de “rachadinhas”⁵ dentro do gabinete de Flávio Bolsonaro e ex-policia do 18º Batalhão do Rio de Janeiro. Da mesma forma Flávio também empregou a esposa e a mãe⁶ de Adriano Magalhães da Nóbrega, chefe da milícia de Rio das Pedras, ex-policia do Batalhão de Operações Especiais (Bope) e líder do “Escritório do Crime”, um grupo de extermínio apontado como responsável pelo assassinato da vereadora Marielle Franco. Adriano foi morto em uma operação policial em 2020, na Bahia.⁷

Desde 2007 este negócio criminal vem ganhando destaque na imprensa (MANSO, 2020) e após estes acontecimentos as milícias se tornaram temas de produções científicas que tratavam da violência e da segurança pública no Rio de Janeiro e em outros estados (Alves, 2020; Bonesso, 2019; Manso, 2020; Feltran; Zaluar e Conceição, 2007).

Em 2021, o *Grupo de Estudos dos Novos Ilegalismos* da Universidade Federal Fluminense e o *Observatório das Metrôpoles* com o apoio da Fundação Heinrich Boll, realizou uma pesquisa que resultou em um relatório sobre a expansão das milícias no Rio de Janeiro⁸ e concluiu que as milícias controlam mais territórios no município do que a soma de todos os comandos do tráfico de drogas e que são poucas as operações policiais realizadas em área de milícias.

Os diversos acontecimentos que movimentaram o debate público sobre as milícias, nos convida a propor uma perspectiva crítica ao analisar as narrativas mobilizadas para explicar estas organizações. Alguns enunciados que são frequentemente

⁴ De acordo com matéria da Carta Capital e do jornal online Terra o deputado estadual Flávio Bolsonaro segue a mesma linha política que seu pai Jair Bolsonaro, que votou contra a instauração da CPI das milícias e planejava propor projeto de lei que regulamenta as atividades da “polícia mineira”, termo antes utilizado dos para os grupos criminosos que envolviam agentes de segurança pública.

Ver em: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/politica/deputado-quer-legalizar-milicias-no-rio-f2fe24d51491139f856ce9e94d4a88bc1m7unakr.html>. Acesso em: 07/05/2021.

Ver em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/cronologia-aponta-2007-como-inicio-da-alianca-entre-bolsonaros-e-as-milicias/>. Acesso em: 07/05/2021.

⁵ Conhecida como desvio de salário de assessores é a prática em que os salários dos assessores são desviados e embolsados pelo parlamentar ou secretário.

⁶ Ver em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/01/22/flavio-bolsonaro-contratou-mae-de-foragido-de-operacao-contramilicia-ex-assessora-e-citada-pelo-coaf.ghtml>. Acesso em: 07/05/2021.

⁷ Ver em: <https://brasil.eipais.com/brasil/2020-02-09/suspeito-de-envolvimento-no-assassinato-de-marielle-e-morto-em-operacao-policia.html>. Acesso em 08/05/2021.

⁸ Grupo de Estudos dos Novos Ilegalismo (GENI); Observatório das Metrôpoles. A EXPANSÃO DAS MILÍCIAS NO RÍO DE JANEIRO: uso da força estatal, mercado imobiliário e grupos armados. Janeiro/2021.

Ver em: <https://geni.uff.br/2021/04/30/a-expansao-das-milicias-no-rio-de-janeiro-uso-da-forca-estatal-mercado-imobiliario-e-grupos-armados-4/>. Acesso em 08/05/2021

utilizados informam uma “ausência do Estado” ou um “poder paralelo”, contudo, partiremos da forma de atuação para compreender as diversas concepções do objeto. Deve-se pontuar a diversidade que o termo milícias pode representar em diversos espaços seja: midiático, dentro das comunidades, para o poder legislativo e judiciário. Trataremos de pensar sobre estas diversas concepções da categoria milícia, desde sua atuação e composição para que possamos desenvolver uma análise voltada à realidade uberlandense. Para isso algumas referências bibliográficas se tornaram fundamentais para a compreensão do tema, como as produções dos pesquisadores Gabriel Feltran (2018; 2021 e 2022), José Claudio de Souza Alves (2020), Bruno Paes Manso (2020), Isabel Siqueira Conceição (2007) e Alba Zaluar (2007).

No primeiro capítulo, adentramos na análise dos dados produzidos em trabalho de campo com as entrevistas e matérias jornalísticas sobre a atuação miliciana em Uberlândia. As primeiras publicações jornalísticas que apareciam polícias vinculados a organizações criminosas em Uberlândia as caracterizavam como milícias. Em outubro de 2019 a GAECO realizou prisões, buscas e apreensões envolvendo policiais militares, policiais civis e vereadores da cidade de Uberlândia.⁹ Neste momento, é deflagrada as operações “Poderoso Chefão”, “Torre de Babel” e “Mercúrio”. Somente ao explicarem as ações da operação Torre de Babel a GAECO traz em sua narrativa a existência de milícias na cidade. Conforme reportagem do G1 explica que a operação tinha como foco três organizações criminosas, sendo que uma delas funciona como milícia e seria chefiada por um policial militar¹⁰. A partir destas reportagens a categoria milícia adentra o cenário da criminalidade urbana em Uberlândia e nos convida a escavar mais sobre estes documentos, discursos e sentidos.

No segundo capítulo, inicia-se o debate conceitual sobre as milícias que se divide em dois momentos distintos, a primeira fase se encerra junto à CPI das Milícias e a segunda fase parte desse período até a atualidade. Ainda que a CPI das Milícias tenha focado na realidade carioca para obter as fontes para a investigação, o debate produzido neste período retomou os conceitos e origem das milícias e reuniu diversas abordagens e perspectivas de representantes acadêmicos, do judiciário e da segurança pública sobre o

⁹ Ver em: <https://g1.globo.com/mg/triangulo-mineiro/noticia/2019/10/25/servidores-publicos-sao-alvo-de-nova-operacao-do-gaeco-em-uberlandia.ghtml>. Acesso em: 08/05/2021

¹⁰ Ver em: <https://g1.globo.com/mg/triangulo-mineiro/noticia/2019/10/10/gaeco-de-uberlandia-divulga-balanco-da-operacao-torre-de-babel-que-tambem-ocorreu-em-uberaba-e-monte-carmelo.ghtml>. Acesso em: 08/05/2021

tema. Após a exposição das milícias no debate público, o que implicou em uma desmistificação sobre os interesses que os movem e uma investigação sobre seu *modus operandi*, através dos trabalhos da CPI, estes grupos criminais sofreram uma maior repressão estatal e enfrentaram sua deslegitimação frente parte da sociedade. Em função disso, o modo de relação entre estes grupos organizados e a sociedade se transformaram e novas análises foram produzidas.

Em seguida, busquei tecer um fio teórico-metodológico sobre os trabalhos de Foucault (1972-1973) e alguns conceitos importantes para um diálogo com a realidade brasileira, utilizando os estudos de Daniel Andrade como “meio de campo” para a construção das conexões necessárias. Apresento os debates que Foucault se propõe durante os cursos ministrados no Collège de France de 1973 à 1979, especificamente, “A sociedade punitiva” (2015), “Em defesa da sociedade” (1999), “Segurança, território, população” (2008) e “Nascimento da biopolítica” (2008).

Os cursos produzidos pelo filósofo carregam um legado dentro das Ciências Humanas e foram base para outros teóricos desenvolverem pesquisas e análises sobre a modernidade e a contemporaneidade, a partir da produção de uma genealogia do poder que pretende mostrar a forma relacional da categoria poder e os efeitos transformadores produzidos. A genealogia do poder de Foucault promove a formulação de novos problemas e campos de pesquisa, como os “governmentality studies”, uma série de estudos produzidos no mundo acadêmico anglo-saxão que têm como inspiração os trabalhos do Foucault.

A proposta de análise do neoliberalismo e da biopolítica se torna ferramenta importante para pensarmos as crises políticas no sistema capitalista. Assim como para compreender os sujeitos que vivenciam relações de poder com diversos dispositivos de controle, normalização e disciplina. Pensando na ação de governar condutas e populações, Foucault (1999; 2008; 2015) elabora um conjunto de pesquisas importantes para compreender as novas formulações do poder sob a via neoliberal na sociedade do controle sem cair na velha dicotomia entre projetos e ideologias de esquerda e direita.

PRIMEIRO CAPÍTULO

1. ZOOM OUT

Neste primeiro momento vamos emergir na contação de histórias urbanas que dão indícios para a pesquisa sobre segurança pública, milícias e grupos criminosos organizados na cidade de Uberlândia atualmente. A vida na cidade é composta pelo movimento contínuo de pessoas, mercadorias, significados e significantes. A pulsão de vida e morte presente no ambiente urbano uberlandense, por vezes, tem seu sentido no alto fluxo de imigração em busca de oportunidades de trabalho e qualidade de vida. O discurso que constrói a imagem da cidade é o do desenvolvimento e o progresso da maior cidade do interior de Minas Gerais. Em contraposição ao progresso o conservadorismo se apresenta de forma organizada e articulada politicamente, em 2022 houve o 1º Fórum Conservador no Triângulo Mineiro na cidade¹¹. Além disso, desde 1980 apenas dois prefeitos não foram de partidos de direita, nesse sentido o espectro político da cidade tende a política de direita com muita influência das famílias tradicionais da cidade vinculadas ao agronegócio.

A ausência na paisagem urbana de morros ocupados e favelizados, por vezes esconde o real processo de favelização. No cerrado uberlandense as cidades não têm morros ocupados por “barracos” e lajes, mas também sofre com a segregação espacial e com a produção de um espaço social desigual. Assim se criou a cidade fragmentada (SOARES, 1995, p. 167), onde há lugar para todos e tudo tem seu lugar definido, restrito e controlado. Está é a sensação que temos em Uberlândia, os pobres e pretos restritos aos espaços distantes do centro e sul da cidade. Os setores leste e oeste são os mais identificados como espaços favelizados, destinados aos loteamentos para população de baixa renda, conjuntos habitacionais e ocupações irregulares urbanas.

Adentramos o cotidiano da cidade de Uberlândia de forma etnográfica para pensar as configurações do crime e quais indícios temos da presença miliciana, conforme as investigações da GAECO apontaram. Neste primeiro momento, introduzimos narrativas do ordinário, com intuito de representar situações que permite iniciar o processo de pesquisa sobre o tema das milícias. O zoom out no ordinário de algumas situações na

¹¹ Ver em: <https://www.sympla.com.br/evento/1-forum-conservador-do-triangulo-mineiro/1601046>

cidade nos indica caminhos para desvendar e desmistificar o cotidiano que esconde ordens opressoras.

É na descrição destas cenas urbanas que se reformula o objeto em perspectiva, saindo da especificidade do debate - por vezes que gera polarizações -sobre a violência urbana, o crime organizado ou as populações em situação de risco, e então jogando o holofote na cidade e em todas as tessituras que criam as tramas do ordinário urbano.

Se é verdade que o mundo urbano – o “bazar metropolitano” em suas modulações locais – é atravessado pelas forças estruturantes que redefinem as relações do trabalho e não-trabalho, entre o formal e o informal, o legal e o ilegal, esses processos operam em situações de tempo e espaço. Processos situados, portanto. E agenciados por meio de mediações e conexões de natureza e extensão variada. Por isso mesmo, só podem ser compreendidos nessas constelações situadas (cf. Telles, 2007, p.207-8). E é isso propriamente que exige uma estratégia descritiva. De nossa parte, e esse é o nosso pressuposto teórico-metodológico, optamos pelo exercício de uma “etnografia experimental”, tomando como referência “cenas descritivas” que permitam flagrar as novas mediações e conexões pelas quais vêm se processando esses deslocamentos às fronteiras do legal e ilegal. (TELLES; HIRATA, p. 177, 2007)

O trabalho da pesquisa se encontra no desafio de compreender o modo como as linhas de força, poder e saber que perpassam os mundos urbanos atualmente em Uberlândia, introduzidos neste primeiro momento, se entrelaçam e se conjugam nas tramas sociais e nos agenciamentos práticos da vida urbana atual. (TELLES e HIRATA, p. 176, 2007)

Este trabalho é um primeiro passo na pesquisa das mobilidades urbanas nas periferias da cidade de Uberlândia, percebendo o tempo e espaço, busca-se compreender as segregações, assimetrias e desigualdades de uma cidade em desenvolvimento e mudança constantes.

1.1. LIMA DA ROTAM

Nasci e fui criada na cidade de Uberlândia, assim meu acesso a vários ambientes e pessoas me facilita vivenciar contextos cotidianos distintos e relações diferentes. Algumas amigas são de longas datas e algumas vinculadas à criminalidade. As “fofocas”, os “rumores”, histórias e fantasias dos espaços em que me insiro por vezes culminam em situações que envolvem atores importantes para compreender as relações criminais dentro da cidade e dão base para esta jornada de pesquisa. Recordo-me de uma situação que vivenciei em janeiro de 2022, enquanto um amigo próximo me liga para dizer que está sendo ameaçado após “cobrar uma fita” de um homem conhecido por

algumas mulheres por ser um assediador e que havia assediado sua companheira em outra ocasião. A cobrança ocorre por meio de uma pichação feita no estúdio de tatuagem onde o assediador trabalha. Além destas situações, este homem é conhecido por ter e também fazer tatuagens nazistas. Dentro deste nicho dos tatuadores da cidade muitos negam parcerias, apoio e renome a ele. Após cobrá-lo, o suposto assediador mais duas pessoas foram até a casa desse amigo em um carro preto. De acordo com ele, eram fortes e intimidadores, se apresentaram como policiais da ROTAM¹², ameaçando-o de morte caso voltassem a incomodá-lo. No momento em que chegam à casa, saem do carro apenas os dois homens, que chamam meu amigo pelo nome e começam as ameaças. Meu amigo confirma a pichação e diz que quer resolver diretamente com o suposto assediador. Os policiais pedem que o assediador saia do carro, nessa hora meu amigo inicia ofensas contra ele e então os policiais informam que caso continuasse as pichações, difamações e calúnias eles iriam matá-lo. Logo em seguida, meu amigo me telefonou pedindo orientação, eu sugeri que ele fosse à polícia para fazer o Boletim de Ocorrência (B.O.), o que ele se recusou a fazer devido ao medo de uma perseguição. Após este momento me encontrei com ele no dia seguinte e ele estava muito receoso e com medo da retaliação que poderia ocorrer, mas não aceitou fazer o B.O como forma de se proteger. Nesta conversa, meu amigo pediu minha opinião sobre terem se identificado como da polícia, eu consenti com a informação justificando que a ROTAM tem um histórico de serem corruptos e mais violentos dentro da corporação, inclusive de serem treinados¹³ para ações em operações mais violentas visando a violência letal, e que foram os primeiros policiais a se envolverem em práticas milicianas (WAGNER, 2018).

Assim como este evento, outros foram vividos e experienciados por mim no cotidiano em contato com atores envolvidos em múltiplos contextos. Meu trabalho na Política de Prevenção à Criminalidade, minha atuação como militante do Movimento dos

¹² O BATALHÃO DE RONDAS TÁTICAS METROPOLITANAS (BATALHÃO ROTAM) constitui-se em força de reação e manobra do Comando-Geral da PMMG, podendo, portanto, ser empregado em qualquer local do Estado, onde ocorra grave violação da ordem pública.

É uma força especial capaz, totalmente adestrada, pronta para atuar em qualquer parte de Minas Gerais mediante acionamento do Comando-Geral da PM e do Coronel Comandante do Policiamento Especializado (CPE). De ágil deslocamento e atua diuturnamente recobrando as Unidades de Área e atuando principalmente no combate a grande criminalidade violenta. Dotada de policiais bem treinados e de armamentos de combate urbano como fuzis 223 (556) de fabricação da IMBEL e de pistolas 9mm e fuzis para-fal 762. Ver em: <https://www.policiamilitar.mg.gov.br/portal-pm/rotam/conteudo.action?conteudo=566&tipoConteudo=itemMenu>. Acesso em: 27/01/2022

¹³ Ver em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2022/01/23/interna_gerais.1339602/pm-apura-tapa-dado-por-policial-em-colega-durante-treinamento-da-rotam.shtml. Acesso em: 27/01/2022

Trabalhadores Sem Teto, minhas participações no movimento cultural do Hip Hop são espaços em que acesso informações, narrativas e perspectivas que envolvem meu objeto de pesquisa. São a partir destas vivências cotidianas que pude ouvir e perceber como as pessoas vivem e constroem o Estado, como dão nome às ações do Estado.

Em conversas com moradores das ocupações sobre as Megaoperações - operações de grandes dimensões que se interligam entre outras pequenas operações para identificar e combater ações criminosas de grande proporção - sobre a atuação de policiais corruptos na cidade até de milicianos, muitos conectam esta temática a morte de D., um dos companheiros da coordenação da ocupação que foi executado por policiais, caso que relembrei a seguir.

1.2. SEM-TETO É INIMIGO

Uberlândia teve um alto crescimento urbano nos últimos 30 anos, em parte em razão de ocupações que foram se estruturando em terrenos vazios ao redor da cidade. Atualmente a cidade conta com diversas ocupações, como militante do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto consigo identificar 8 ocupações, contudo nem todas vinculadas a um movimento de ocupação urbano. Em 5 destas atuei construindo ações políticas, especialmente, com as cozinhas solidárias que atendem famílias que estão em situação de insegurança alimentar, contudo este número não é o mais exato visto que o movimento não consegue acessar e acompanhar todas as ocupações no município, além de não existir muitas pesquisas sobre o tema da moradia na cidade. Em comparação, no ano de 2009 a prefeitura estimou a existência de 25 ocupações urbanas em Uberlândia, com aproximadamente 18 mil pessoas (Swatowiski; Barbosa, 2019 apud Prefeitura Municipal de Uberlândia 2009). Uma das ocupações que ganhou destaque com objeto de pesquisa na cidade foi a Ocupação Glória. O trabalho dos antropólogos Claudia Wolff Swatowiski e Luciano Senna Peres Barbosa (2019) reverbera a necessidade de uma pesquisa que vincula o território e as relações sociais e políticas que coloca em movimento seus significados. A presença das ocupações tenciona com o setor imobiliário privado e com seus representantes no poder público em relação às pautas políticas, econômicas e sociais na cidade. Enquanto em grandes metrópoles como o Rio de Janeiro, a representação da desordem, da pobreza e do crime tem endereço nas favelas e morros, na cidade de Uberlândia, são as ocupações que representam as margens e toda sua complexidade

social. Dessa forma, os trabalhadores sem-teto são identificados como inimigos, dentre outros que permeiam o cotidiano de Uberlândia.

A primeira ocupação criada e organizada desde seu início pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Teto foi a ocupação Fidel Castro, ela é extremamente importante no contexto da cidade e para a pesquisa, pois um de seus coordenadores, chamado D. foi executado por policiais enquanto fazia uma manutenção nas fiações elétricas de uma casa. A Ocupação V assim como outras ocupações, não está localizada em espaços afastados da cidade, algo que modifica as modulações espaciais da mesma. Se existia antes uma demarcação territorial que determinava uma separação entre a elite e as classes pobres e médias de acordo com o espaço que ocupavam, centro ou periferia, a partir de 1990 condomínios fechados e mansões são construídas intensamente na periferia da zona sul da cidade de Uberlândia.

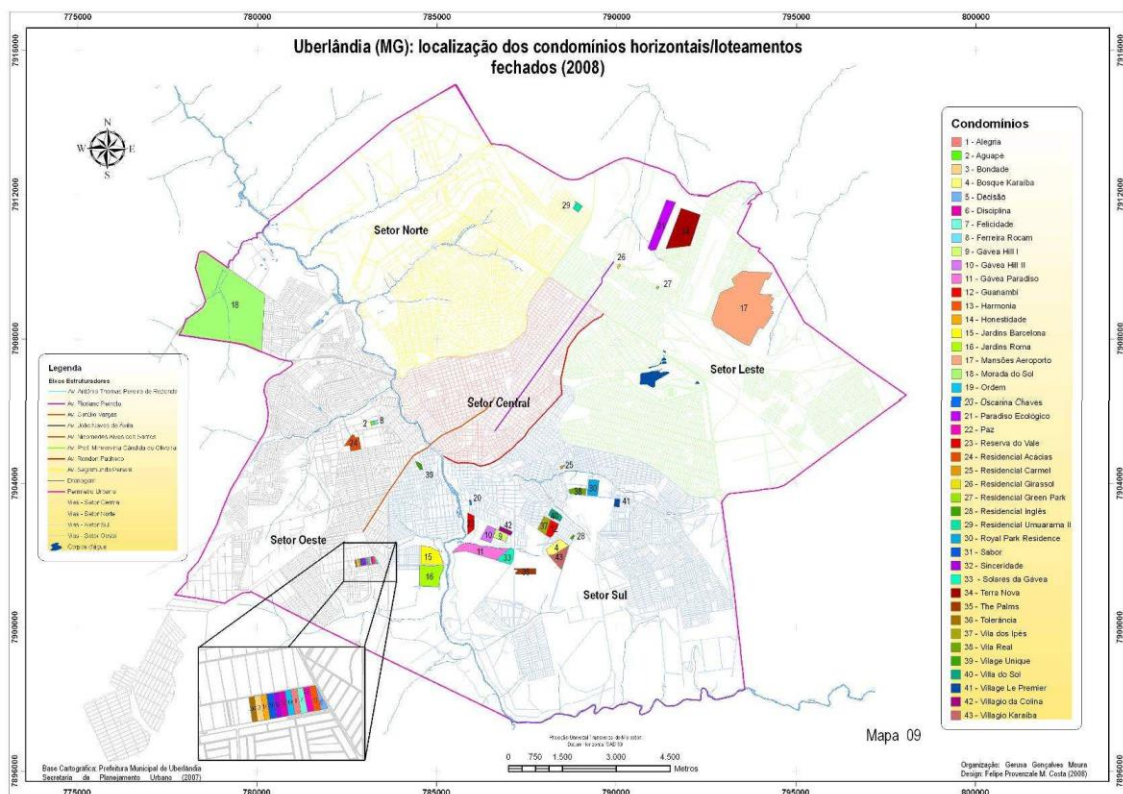
Em 1980 surge os primeiros condomínios horizontais fechados em formato de chácaras, que funcionavam como segunda moradia para os donos. O Morada do Sol e Mansões Aeroporto foram os dois primeiros condomínios horizontais fechados a surgir nas áreas mais afastadas da cidade, ou seja, bairros distantes da região central. A partir de 1990 no Morada do Sol as casas se tornaram residências fixas, mas no Mansões Aeroporto ocorreu uma desvalorização devido ao surgimento de assentamentos e ocupações por famílias pobres nas regiões próximas. Neste período, a cidade de Uberlândia sofre uma estruturação do espaço urbano com a chegada de políticas públicas de habitação que fornecem infraestrutura para as regiões periféricas. Estes programas de habitação municipal e federal tem como foco as zonas leste, norte e oeste, apartamentos populares para famílias de baixa renda inscritas em programas sociais do governo, além disso, as ocupações crescem. Como resultado temos uma expansão horizontal nos bairros Mansour, Guarani, Shopping Park, São Jorge, Laranjeiras, Morumbi, Canaã. Da mesma forma, é presente a instalação dos condomínios horizontais e verticais, com a construção de edifícios de médio e grande porte nas áreas centrais e também nas periferias com condomínios verticais fechados de pequeno porte.

Soares e Ramires (2002, p.380-381) ilustram o processo de divisão urbana em setores Norte, Sul, Leste e Oeste que se iniciou a partir de 1990. Esta dinâmica urbana já foi profundamente alterada, com a o aumento dos conjuntos habitacionais, a expansão da cidade e as ocupações urbanas.

[...] A área Sul da cidade, às margens do rio Uberabinha e Córrego São Pedro, ficou reservada aos loteamentos de luxo, condomínios fechados, clubes

campestres e as áreas Leste/Oeste para loteamentos periféricos e conjuntos habitacionais na sua maioria, onde se concentra uma parcela significativa da população assalariada uberlandense. A área Norte foi destinada à expansão do Distrito Industrial, da Estação Aduaneira Interior (EADI), das distribuidoras de petróleo, das cerealistas. Na área mais central estão localizados serviços e comércio, os grandes edifícios, e os bairros de ocupação mais antiga que estão passando por mudanças em seu conteúdo, sobretudo, no que diz respeito à transformação de residências em locais para a realização de atividades de comércio e serviços. O núcleo central vem se expandindo para uma nova área onde estão concentrados o shopping center, o hipermercado Carrefour e o complexo administrativo municipal (Prefeitura e Câmara Municipal).

Em sua tese de doutorado, Gerusa Gonçalves Moura identificou no cenário urbano de Uberlândia/MG, até o ano de 2008, 43 condomínios horizontais/loteamentos fechados. Gerusa reproduziu este cenário no formato de um mapa reproduzido a seguir.



Este número permaneceu até o ano de 2008 conforme pesquisa da Carolina Fernandes (2008) sobre os condomínios fechados e loteamentos em Uberlândia. Os últimos dados atualizados sobre o contexto imobiliário de Uberlândia foi um levantamento divulgado pelo Sindicato da Indústria da Construção Civil do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (Sinduscon-TAP)¹⁴. A pesquisa realizada pelo Grupo Brain, demonstrou que de 5.807 imóveis lançados no mercado no 1º trimestre de 2023, 1.170 foram de residenciais horizontais, especialmente, em condomínios fechados. Sobre a

¹⁴ Ver em: <https://diariodeuberlandia.com.br/noticia/33860/condominios-verticais-lideram-indice-de-imoveis-lancados-em-uberlandia-em-2023> Acesso em: 25/08/2023

comercialização houve um aumento nas unidades comerciais horizontais, de 157 no primeiro trimestre de 2022 para 219 no mesmo período de 2023.

Os condomínios horizontais/loteamentos fechados estão em sua maioria localizados nos Setores Sul e Leste. No setor Sul predominam os condomínios horizontais de alto luxo, entretanto, nos demais setores (Leste, Oeste e Norte), o modelo de condomínios verticalizados são destinados preferencialmente para os grupos de renda média e baixa, algumas destas são fruto das políticas públicas de habitação denominadas Minha Casa Minha Vida. Nos setores Leste, Oeste e Norte também crescem ocupações urbanas. As ocupações, os condomínios populares dos programas de habitação, as mansões e condomínios de luxo em zonas afastadas do centro estruturam a distribuição espacial e simbólica em Uberlândia.

As configurações espaciais e a dinâmica dentro dos bairros pobres e ocupações da cidade tencionam novas formas de governo destas populações. Sobre a expansão, Soares (1988) destaca que o poder público municipal

[...] privilegiou a classe dominante, seja por doações de terreno, por provimento de infraestrutura, ou por isenção de impostos para cada novo investimento. Esse comportamento resultou na produção de um espaço urbano multifacetado, com áreas urbanizadas entremeadas de espaços vazios, facilitando o processo de estratificação social e incentivando a especulação imobiliária (SOARES, 1988, p. 43).

De acordo com Silva (2012), o poder público municipal da cidade se relaciona mais firmemente com a produção do espaço urbano local a partir da década de 1930 com o empresário do ramo imobiliário e político Tubal Vilela da Silva, que foi prefeito da cidade entre os anos de 1952 e 1955.

Assim,

[...] a maioria dos prefeitos eleitos fazia parte do setor imobiliário, combinando o cargo público com o de empreendedor, sendo proprietários de grande quantidade de terra, originárias de imensas fazendas que foram se incorporando ao perímetro urbano por meio de seu loteamento. Para angariar maior lucratividade, os lotes eram vendidos de acordo com os interesses dos donos, familiares ou correligionários políticos (SILVA, 2012, p. 55).

O setor imobiliário da cidade de Uberlândia teve seu desenvolvimento atrelado à presença do setor empresarial organizado no processo de incorporação de terras e ocupação dos terrenos públicos para investimentos imobiliários¹⁵. No processo de expansão urbana, as habitações populares e as ocupações urbanas surgem como expressão

¹⁵Ver em: <https://www.sinduscontap.com.br/noticias/949-imoveis-vendidos-em-uberlandia-tem-crescimento-de-48-13-no-segundo-trimestre#:~:text=10%2F02%2F2016-1m%C3%B3veis%20vendidos%20em%20Uberl%C3%A2ndia%20t%C3%A2m,48%2C13%25%20no%20segundo%20trimestre&text=O%20mercado%20imobili%C3%A1rio%20na%20cidade,%2C%20na%20sede%20da%20Fiemg>. Acesso em: 15/02/2022

da contradição entre terrenos vazios para especulação imobiliária, ausência de políticas públicas de habitação e crescimento nos lucros do mercado imobiliário¹⁶.

Neste cenário, o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto surgiu de forma organizada a partir de 2016 na cidade com o propósito de organizar os trabalhadores em prol do direito à moradia, quando se constitui a primeira ocupação do movimento denominada Fidel Castro.

Em 24 de agosto de 2017, o prefeito Odelmo Leão fez um pronunciamento que representava o contexto no qual o MTST teria que intervir.

Eu como prefeito de Uberlândia, digo, não vou aceitar invasões na cidade. Tem que ter respeito a cidade, respeito às leis e respeito às pessoas que estão aguardando a sua habitação através das inscrições que existem na prefeitura. Há demandas. Há. E estamos trabalhando para vencer as demandas. (ODELMO LEÃO, 2017).

O movimento estava diante de uma gestão que criminaliza a luta por moradia, além de produzir maior exclusão e violência institucional contra as famílias que buscam conquistar seus direitos.

Em 2020 início minha participação no MTST em Uberlândia, acompanhando uma das ocupações em Minas Gerais, denominada Fidel Castro. Minha participação no movimento social me permitiu um contato íntimo com a realidade periférica de Uberlândia, assim como dados importantes para a produção da pesquisa. Quando me envolvi com o movimento social havia acabado de ocorrer um crime de execução dentro da ocupação, os autores deste crime eram policiais militares. Neste momento a ocupação nomeia esta situação como ação miliciana de execução.

Em 4 de março de 2020, D., coordenador da ocupação responsável pelo setor de infraestrutura, foi executado por policiais militares dentro da ocupação enquanto prestava um serviço de manutenção. A morte do coordenador gerou indignação nos moradores da ocupação que bloquearam as vias da BR-365 na manhã do dia 05 de março de 2020 na cidade. A BR-365 é uma importante rodovia diagonal federal que liga as regiões Nordeste e Centro Oeste, servindo 10 cidades e conectando-as, por isso bloqueá-la gerou um impacto no fluxo da pista e uma visibilidade para o movimento sobre a pauta da morte de D.. Por isso, diversos jornais noticiaram o ocorrido e acompanharam o desenrolar do processo que concluiu, por meio de laudo pericial, que D. corria agachado

¹⁶ Ver em: <https://diariodeuberlandia.com.br/noticia/29617/vendas-de-imoveis-crescem-78-nos-ultimos-12-meses-em-uberlandia> Acesso em 15/02/2022

quando foi executado por um tiro no pescoço. Até setembro de 2021 doze policiais militares foram denunciados pelo MPMG e afastados das atividades.

Este crime cometido por policiais militares na ocupação Fidel Castro levantou questões para o desenvolvimento da pesquisa. Primeiramente, sobre os dispositivos (Foucault, 2008; Agamben, 2009; Mbembe, 2014) manejados pelas forças de segurança para o governo das populações pobres na cidade. A morte e a escassez são pilares de uma política que gerencia e controla populações, especialmente pretas e periféricas, conforme Mbembe (2014) trata em seu estudo sobre necropolítica. Neste sentido, determinados sujeitos são desautorizados a existirem no mundo, dentro de uma ordem de exploração material-simbólica-afetiva. Esta ordem que compõem e constrói uma macroestrutura se perpetua por meio dos sujeitos e instituições no cotidiano. Os sem-teto integram este grupo de sujeitos desautorizados a existirem. Em Uberlândia o estigma sobre os moradores das ocupações, em sua maioria negros (as), gira em torno de uma animalização e destituição da humanidade, a partir disso - na cidade dos condomínios fechados e da imponência do mercado imobiliário - sem-teto é um inimigo ficcional e o estado cumpre o papel de gerar e gerir morte e violência como mecanismos de segurança para eliminar aqueles que são uma ameaça à existência dos demais.

Ademais, neste processo de investigação o movimento foi capaz de pressionar os órgãos envolvidos e articular atores fundamentais dentro das esferas do judiciário para que as denúncias sobre os policiais militares não cessassem. Portanto, diferente de outros contextos, em que a violência letal da polícia é naturalizada e avalizada pela Justiça¹⁷,

¹⁷ Recentemente, com o lançamento do Anuário de Segurança Pública (2023), o contexto baiano da segurança pública nacional foi o que gerou debates em torno do crescimento da violência policial e letal, mesmo que outros estados tenham números mais alarmantes como do Amapá. A Bahia ultrapassou os índices do Rio de Janeiro na letalidade policial, um a cada cinco mortos pela polícia foi executado no estado. De acordo com entrevista do coordenador do IDEAS e do articulador do Fórum Popular de Segurança Pública do Nordeste, Wagner Moreira ao Brasil de Fato, um dos aspectos que contribui para o aumento da letalidade policial é a impunidade avalizada historicamente e ademais juridicamente por meio da Instrução Normativa 001/2019 que entrou em vigor em julho de 2019 e seguiu ativa até 22 de março de 2023, quando o Tribunal de Justiça da Bahia (TJ-BA) julgou, por unanimidade, pela inconstitucionalidade. A normativa legalizava os “autos de resistência”, ou seja, se alegava que a violência letal policial ocorria fruto da resistência por parte dos suspeitos, na prática, houveram restrições à apuração das mortes de civis causadas por policiais militares. Uma aberração jurídica já utilizada no Estado do Rio de Janeiro, inclusive o documentário “Autos de Resistência” de Natasha Neri e Lula Carvalho traz no audiovisual está realidade da impunidade policial. Ver em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/08/17/violencia-policial-na-bahia-um-a-cada-cinco-mortos-pela-policia-em-2022-foi-executado-no-estado#:~:text=Com%20esse%20C3%ADndice%2C%20a%20Bahia.da%20letalidade%20policial%20o%20pa%20C3%ADs>. Acesso em 25/08/2023

como *modus operandi* nas periferias, no caso de D. houve a denúncia pelo MPMG contra os policiais¹⁸.

Em conversa com um dos coordenadores da ocupação, que esteve com D. na noite da execução, podemos compreender a ampla mobilização e massiva pressão do movimento sobre os órgãos responsáveis pela investigação e julgamento do caso. Durante o processo judicial, doze policiais foram denunciados; destes, quatro foram denunciados pelo crime de homicídio e duas tentativas de homicídio.

Após as manifestações, as mídias divulgaram¹⁹ as diferentes versões apresentadas, ao final do processo também produziram uma reportagem sobre as condenações e resultados da investigação que concluíram a respeito da execução do coordenador do movimento. O coordenador do movimento denomina estes militares como milicianos e aponta para uma mudança na ideia de quem é o inimigo social atualmente, pontuando que isto ocorre com a mudança ideológica e das representações políticas que emanam da ideologia dominante. Assim, antes o bandido, o ladrão e o traficante de drogas estavam na posição de inimigo, agora os movimentos sociais adentram este grupo.

Este cenário dos inimigos do Estado se configura por meio da experiência colonial que produz eventos que reformulam as violências coloniais. As sociedades contemporâneas têm em seu ceio diversas formas de violência, por vezes reformuladas nos processos políticos e culturais. Desde a escravidão passando pelo narcotráfico, à violência urbana, o terrorismo de Estado, os conflitos étnicos e religiosos a exploração desenfreada dos recursos naturais e genocídio dos povos indígenas, são muitas as formas de violência que se manifestam nestas sociedades.

A trama das relações sociais, as reformulações das forças político econômicas, como vimos no ano de 2013 a 2023 no Brasil, são também laboratórios da violência do Estado e recentemente dos grupos paramilitares, milicianos e do crime organizado. O ordinário da vida urbana no Brasil, traz consigo as nuances de uma história banhada de

¹⁸Ver em: <https://g1.globo.com/mg/triangulo-mineiro/noticia/2021/09/17/doze-militares-sao-denunciados-pelo-mpmg-pela-morte-do-coordenador-do-mtst-em-uberlandia.ghtml>. Acesso em: 17/05/2021

¹⁹Ver em: <https://mtst.org/mtst/nota-oficial-militante-do-mtst-e-executado-pela-pm-em-uberlandia-mg/>. Acesso em: 17/05/2021. Ver em: <https://g1.globo.com/mg/triangulo-mineiro/noticia/2020/03/05/mtst-diz-que-homem-morto-em-confronto-com-a-pm-em-uberlandia-era-coordenador-de-movimento.ghtml> Acesso em: 17/05/2021. Ver em: <https://g1.globo.com/mg/triangulo-mineiro/noticia/2021/09/17/doze-militares-sao-denunciados-pelo-mpmg-pela-morte-do-coordenador-do-mtst-em-uberlandia.ghtml> Acesso em: 17/05/2021.

sangue preto e indígena. As violências do cotidiano são também reformulações dos eventos coloniais e da violência produzida por eles. É neste sentido que o inimigo do Estado Brasileiro se redefine ao longo dos processos de modernização, nacionalização e globalização.

Algumas mudanças necessárias a manutenção do poder da classe hegemônica recorria ao mito da “guerra civil”, este está presente na história da humanidade e é mobilizado pela classe dominante na tentativa de justificar genocídios, violações de direitos humanos, o domínio e subjugação de determinados grupos e etnias. Não é minha intenção destrinchar aqui os diversos eventos nos quais houveram o uso na linguagem e no discurso do mito da “guerra civil” para reformular a violência colonial, mas apresentar o percurso metodológico para pensar o contexto das milícias em Uberlândia como fruto de um autoritarismo neoliberal. Nas disputas de saber/poder cotidianas no interior das periferias, quem o Estado seleciona como inimigo? Aqueles que herdaram a imagem do escravizado: o sem-teto, o marginal, o vagabundo, o bandido, o preto e o pobre.²⁰

As ações do Estado são pautadas na concepção de que existe uma essência violenta e criminosa naqueles que descendem ou se assemelham pelas condições, aos escravizados no período colonial. Essa relação foi sendo construída através de teorias racistas, eugênicas e higienistas.

Os inimigos do Estado, são os que padecem a violência do modo de produção capitalista pelo qual se organiza e funciona a sociedade. A eles destina-se apenas o necessário para sua sobrevivência e reprodução. Na mesma medida são vistos como bomba relógio contra a dominação burguesa se tornando o alvo das intervenções penais do Estado.

Povoam as grandes cidades, migram em diferentes direções, vagam perdidos por campos e construções, atravessam territórios e fronteiras, continentes. (...). Nesse sentido é que a violência institucionalizada, traduzida em mecanismos de oferta e demanda de trabalho vigilância rigorosa, praticamente militar, nos locais de trabalho vigilância policial contínua sobre o desempregado, brutalidade policial relativa ao trabalhador negro, nativo, branco, árabe, asiático ou outro, conforme o país, nesse sentido é que a violência revela-se uma poderosa força produtiva. Sim, ao lado do capital, tecnologia, força de trabalho, divisão do trabalho social, mercado e planejamento, a violência institucionalizada, o Estado como a violência organizada e concentrada da sociedade, revela-se poderosa força produtiva. (IANNI, 2002, p. 24 e 25)

²⁰ Sobre os processos de sujeição criminal dos movimentos sociais a partir da repressão estatal a eles e aos protestos por meio de códigos, símbolos, discursos e narrativas para diferenciar e hierarquizar modalidades de protestos (pacífico/violento, legítimo/ilegítimo), e de cidadãos (pacíficos/vândalos, trabalhadores/manifestantes). (Almeida, 2020)

Diante deste cenário nosso método precisa conectar passado e presente, observando o território e o ordinário das violências cometidas contra os inimigos do Estado, que sofrem tanto na exploração do mercado de trabalho, como com a militarização, a morte e a insegurança no território em que vivem. Tudo vira mercadoria, balizada pela violência, essa podendo ser vendida ou utilizada como ferramenta de domínio e controle. Dessa forma, o ordinário ganha contornos do processo histórico e esconde as reformulações da colonialidade.

O autoritarismo brasileiro possui as marcas da colonização, o passado colonial e escravocrata produz contornos específicos no processo de definição e seleção das “classes perigosas”. Enquanto, nos países colonizadores o encarceramento em massa predomina como expressão máxima do poder punitivo, na América Latina a violência institucional e a violação dos direitos, principalmente, do direito à vida, apresenta essa diferença entre o controle penal do centro e da margem. Quer dizer que, na periferia colonizada o poder punitivo é genocida, e vigora de forma complexa e ambígua.

(...) entre o sistema penal oficial (pena pública de prisão e perda da liberdade) e subterrâneo (pena privada de morte e perda da vida), entre lógica da seletividade estigmatizante e lógica da tortura e do extermínio, a qual transborda as dores do aprisionamento para ancorar na própria eliminação humana, sobretudo dos sujeitos que “não tem um lugar no mundo.” (ANDRADE, 2009, p.7)

O legado colonial da violência é o que conecta a produção social dos inimigos no Brasil com o método escolhido da etnografia do cotidiano e do sofrimento. Os corpos dos colonizados continuam como objeto de punição, mantemos as estruturas absolutistas e inquisitoriais e os mecanismos de controle social que estabeleciam a hierarquização dos sujeitos de acordo com o meio de produção emergente na modernidade. Estes corpos são dos “escravos e escravos livres”, jovens, pobres e negros, das periferias colonizadas, urbanas e rurais.

2. NOTA METODOLÓGICA

O Livro *Vida e Palavras* da antropóloga Veena Das (2007) foi fundamental para minha segurança em produzir a escrita desta dissertação. Portanto, acredito ser necessário reservar algumas páginas para contar sobre meu método para a escrita. De acordo com Das (2007), o “rumor” compõem a linguagem com o potencial de nos fazer experimentar eventos, tanto no momento da escuta quanto do contar as histórias, dessa forma uma memória e interpretações são mobilizadas a partir de sentimentos e emoções.

A partir destes eventos, criamos conexões entre diversos outros e podemos assim vislumbrar novas relações entre o ordinário e o político econômico e social.

Durante a pesquisa, ao ouvir sobre os rumores, a “contação” de histórias e conversas cotidianas nos espaços em que transito (ocupações, periferias, segurança pública, academia) sobre crime, polícia e milícia, deparo-me com eventos chave para compreender a dinâmica social das violências em Uberlândia assim como sobre a corrupção policial. No cotidiano como militante, funcionária de uma política pública de segurança pública e agente cultural me muni de experiências que me fornecem uma das entradas possíveis no campo da pesquisa sobre as milícias na cidade de Uberlândia. A partir destes contatos pude construir uma leitura sobre a dinâmica social e das relações de poderes dentro da periferia da cidade. Não desconectada do legado da violência colonial perpetrada até os dias de hoje por meio de uma ordem social neoliberal e autoritária.

Conheci a Política de Prevenção à Criminalidade por um interesse na área de pesquisa da segurança pública, iniciei meu estágio no território do Morumbi pelo programa *Fica Vivo!* que atua com controle de homicídio entre jovens de 12 a 24 anos, prevenindo jovens de matar e morrer nas comunidades em risco, depois também trabalhei como estagiária no *Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional (PRESP)*, minhas funções eram recolher assinaturas para comprovação da execução da pena, atender e encaminhar demandas dos atendidos, promover grupos de discussão sobre temáticas transversais e articular redes para encaminhamentos de demandas. Durante meu trabalho no PRESP pude conhecer histórias de corrupção policial e envolvimento com organizações criminosas. Em 2021, entrei por meio de processo seletivo para o programa *Mediação de Conflitos* no bairro Canaã. O trabalho nestes territórios de risco dentro de uma política de segurança pública me permitiu o contato com policiais, instituições de assistência social, jurídicas, comunitárias e, o principal, com as comunidades, por uma outra perspectiva. No meio destas mudanças de cargo dentro da Política de Prevenção iniciei minha militância no MTST acompanhando as cozinhas solidárias e 8 ocupações da cidade. Minha presença nas ocupações se iniciou em 2020 e se estende até os dias atuais. Este trânsito em diferentes espaços e contextos me auxiliou na pesquisa e me proporcionou conectar meus saberes sobre a periferia e o estudo sobre as organizações criminosas que a adentram. Os diversos atores que compõem essa rede que acesso tem perspectivas ideológicas e objetivos distintos, contudo se conectam por meio das relações geridas dentro da periferia e negociações pela sobrevivência e existência.

Faz sentido para a pesquisa privilegiar as experiências e as trocas cotidianas que foram extremamente afetadas pela pandemia do COVID-2019. A proposta metodológica e etnográfica de “escutar as vozes” ficou prejudicada pelo medo do vírus. Ainda assim, segui tentando pensar o Estado por meio da antropologia e da etnografia do cotidiano.

A organização política em espaços irregulares, marginalizados, “de risco” - como são considerados os bairros onde o Programa Mediação de Conflitos, no qual trabalho, se implanta - existe e deve ser pensado a partir das experiências daqueles que vivenciam estes espaços cotidianamente e sua relação com o Estado. Os contextos e configurações dos territórios classificados e estigmatizados como perigosos, de risco e/ou favelados é o ponto de partida para o estudo das questões urbanas. São nestes bairros e ocupações em que trabalho, milito e me divirto que pude chegar próximo da temática das milícias. A primeira vez foi com a história da morte de D., um militante do MTST assassinado pela Polícia Militar de Uberlândia dentro da ocupação em que militei no período da pandemia do COVID-19.

Ao longo do tempo fui me conectando com diversos “rumores” sobre como a milícia poderia ser caracterizada na cidade, um espaço no qual tive a possibilidade de ouvir mais sobre a perspectiva institucional destes grupos foi o Grupo de Intervenção de Estratégica ou GIE. O GIE é um espaço de encontro de atores da segurança pública para tratar de pautas interligadas e que demandam maior articulação em rede. Neste espaço se encontram cargos de coordenação, chefia e gestão de órgãos do poder judiciário, da polícia militar, da polícia civil, dos presídios, sistema socioeducativo e da proteção social.

Descrever estes momentos em que ouço estes atores da segurança pública em espaços que não me encontro como pesquisadora, mas como gestora da política de segurança pública e participante da própria reunião e da rede de intervenção estratégica gerou a dúvida de como lidar com a transcrição dos eventos e narrativas que pude ter contato. O conforto destes órgãos em falar e dar opiniões sobre as experiências e a dinâmica do crime organizado no município só se deu devido ao espaço estratégico ao qual me encontrava. Sendo fora destes espaços o que ouvi costumeiramente foi uma negativa em dizer de determinadas situações que pudesse afetar a imagem da polícia e sensação de segurança na cidade. As negativas das entrevistas e falas que afirmavam que o tema não poderia ser debatido por profissionais ainda vinculados a polícia e investigações dificultava o trabalho de campo. Por vezes no fim do ano de 2022,

começamos a debater em reunião a ascensão do PCC - Primeiro Comando da Capital, na cidade de Uberlândia, uma vez que a polícia militar tem o cuidado de verificar pessoas que tem um envolvimento criminal e interferem na dinâmica social, das violências e da criminalidade em dois territórios específicos (Jardim Canaã e Morumbi).

Em uma das reuniões o chefe da polícia civil sugere que o formato da facção em Uberlândia se assemelha muito com a forma que o PCC é conceituado no documentário apresentado pela HBO, chamado “PCC: poder secreto”²¹.

Na ocasião falávamos sobre ocupações urbanas dentro do território do Morumbi, no qual os moradores não denunciam crimes relacionados ao tráfico, nem colaboram com investigações, além de o formato da venda e distribuição ser mais sofisticada do que em outros bairros. Neste bairro o crime organizado toma um lugar de salvaguardar a ordem e governar as comunidades. A fala do chefe da polícia civil se atinha a esta parceria no dia a dia entre comunidade e crime organizado. As relações cotidianas e que complexificam a atuação da polícia nas operações e investigações faz parte da forma de governabilidade estabelecida pela PCC nos territórios que estão presentes.

A polícia militar acrescenta que um dos articuladores de novas ocupações ao redor de um assentamento recém regularizado pela Prefeitura de Uberlândia, denominado Maná, é uma gerência dentro do crime organizado da região Leste da cidade. Neste momento, vivências e experiências dos policiais se vinculam com o que vem sendo pesquisado e descrito por alguns acadêmicos que estudam mudanças na forma em que o PCC mobiliza o *modus operandi* de empresa ou crime-negócio, similar ao da milícia no Rio de Janeiro, para controlar, governar e extorquir das comunidades em que se instala. A mudança deste *modus operandi* do PCC não será objeto desenvolvido nesta pesquisa, mas corrobora no argumento de que os mercados ilegais se expandem e desenvolvem mercadorias que circulam entre o legal, ilegal, formal e informal, na medida em que a nova ordem global neoliberal demanda, mas com características próprias e históricas de onde se desenrola, no caso no Brasil, de acordo com alguns pesquisadores, a ordem neoliberal se estabelece na relação com o autoritarismo.

²¹ PCC - Poder Secreto, lançada em 2021, é uma série documental que acompanha a trajetória histórica da facção. Baseada no livro “Irmãos: Uma História do PCC” do sociólogo Gabriel Feltran. Ao longo dos episódios é apresentada a origem da organização criminoso até sua situação atual. O assunto é explorado a partir de entrevistas e depoimentos de estudiosos, ex-agentes carcerários, ex-membros da facção, familiares e autoridades. Por conta disso, a série traz o ponto de vista de pessoas que vivenciaram o PCC de perto, revelando a lógica interna do grupo, códigos de conduta e estrutura. Assim como no livro, a série mostra diferenças na formação e ideologias por trás do PCC.

As milícias é fruto dessa forma de governo das populações neoliberal autoritária, sendo fruto dos esquadrões da morte – como veremos, mas à frente – mercantilizam inicialmente a proteção nas periferias, mas expandem os negócios com outras mercadorias políticas e ilegais – transporte ilegal, botijão de gás, *GatoNet*, chegando no tráfico de armas, de drogas e outros.

O espaço urbano nos apresenta estas “experimentações etnográficas” que pode nos proporcionar uma análise daquilo que é do cotidiano urbano, mas esconde as mediações entre o global e local, além das diversas assimetrias, desigualdades e opressões socioeconômicas.

A vida na periferia de Uberlândia tem no seu cotidiano a presença do crime organizado do tráfico de drogas, de forma distinta do que conhecemos nas grandes metrópoles em que o tráfico tem vantagens tanto pela relação comunitária com os moradores (as) quanto pela configuração territorial de morros e favelas, o que dificulta as operações policiais.

Contudo, a leitura de conjuntura criminal das forças de segurança pública sobre o modelo de negócio e gestão que o Primeiro Comando da Capital começa a promover nos bairros periféricos em Uberlândia me chama a atenção visto que concomitantemente a pesquisa que vinha realizando uma outra pesquisa também estava em desenvolvimento. Thalia Marques, que havia sido orientada no trabalho de conclusão de curso por minha orientadora, pesquisava sobre a chegada do PCC no interior de Minas, especificamente no Triângulo Mineiro. Sua dissertação “A Ordem: tempo analítico, homicídios e PCC no Triângulo Mineiro (1990 – 2020)”, orientada por Gabriel Feltran, apresenta que a través do mercado ilegal da droga outros mercados legais e formais são acionados e dentro do capitalismo globalizado estes mercados ilegais também buscam expansão, monopólio e diversificação. Nesta direção, o PCC ou Primeiro Comando da Capital tem adentrado as cidades do interior de Minas com o intuito de ampliar os negócios.

De um outro lado, o que foi denominado de milícias pelos meios midiáticos de Uberlândia mostra o vínculo com crimes de maior potencial ofensivo como o de roubo de cargas e do tráfico de armas.²²

Ao pesquisarmos sobre violência, grupos criminosos e crime nos deparamos com limites para representação na escrita e até mesmo adentrar o campo de pesquisa. Além

²² Ver em: <https://g1.globo.com/mg/triangulo-mineiro/noticia/2019/10/10/gaeco-de-uberlandia-divulga-balanco-da-operacao-torre-de-babel-que-tambem-ocorreu-em-ubera-ba-e-monte-carmelo.ghtml>. Acesso em: 14/05/2021

disso, muitos dos contextos narrados envolvem sofrimento e conhecer pelo sofrimento faz parte da metodologia utilizada aqui para analisar a existência da milícia na cidade. Esse tipo de reflexão, sobre eventos críticos que produzem experiências de sofrimento social mostram os seus efeitos na maneira de ser dos grupos atingidos, especialmente, no âmbito do imaginário, das metanarrativas e de sua compreensão da vida. Neste caso, o sofrimento que a periferia vive diante de uma necropolítica produz formas de interação, e algumas vezes isso se apresenta como obscurecimentos, ocultações ou opacidades. Um exemplo é o fato que muitas vezes as denúncias de violações de direitos humanos em casos que envolve controle territorial pela milícia e tráfico de drogas não são trazidas à luz do dia.

Este contexto dificulta a investigação e traz uma característica para a pesquisa que é o da ausência das palavras, pois a violência, a insegurança e a dinâmica destes espaços em que se inserem a milícia e outros grupos criminosos não se encerram, mas são processos fluídos e simultâneos. Dessa forma, assim como Das, compreendo o estado de violência como um processo que pode ter um ponto ápice de dramaticidade e transparência, mas que por vezes no cotidiano se faz imperceptível, ainda que molde a vida daqueles que se vinculam ao evento. Portanto, o estado de violência é como um texto inacabado e que vai sendo produzido por várias palavras que são desenvolvidas no dia a dia como processos de criação dos limites das subjetividades e das relações entre os sujeitos que vivenciam o estado de violência.

As dificuldades enfrentadas se amplificam pelo lugar estratégico no qual ocupo a partir do ano de 2022 como Gestora Social da Política de Prevenção a Criminalidade em Uberlândia, lidando diretamente com atores fundamentais do Judiciário, das Forças de Segurança e da Proteção Social no município. Muitas do que vivencio e diálogo com estes atores são fundamentais para compreender a dinâmica social das violências e da criminalidade, contudo a representação como gestora versus pesquisadora se confunde e por vezes apenas permitiu o acesso a informações que me levaram ao desenvolvimento e conclusão do trabalho. Por vezes, o debate sobre o respeito a ética na pesquisa e qual arcabouço metodológico poderia dar corpo ao que foi colhido em campo enquanto gestora, precisou ser frequentemente refletido e revisto.

A estratégia de captar informações não perpassou questionários e muitas entrevistas guiadas ou livres, mesmo assim a preocupação com a confiabilidade dos dados fez com que optássemos por não aplicar questionários, por julgar que seria um método

ineficiente já que o tema da pesquisa gera tabus e desconfiança afetando o discurso dos entrevistados.

A participação na Política de Prevenção à Criminalidade permitiu que muitas vezes conversas informais com atores estratégicos fossem mais reveladoras. Várias informações relevantes para a pesquisa foram obtidas desta forma. Uma vez que como pesquisadora tenho relações pessoais, comunitárias ou profissionais nos diversos campos de pesquisa acessados para compreender o objeto de estudo, foi um desafio pessoal buscar distanciamento crítico e necessário ao pesquisador (a). Espero ter conseguido cumprir com este objetivo.

A etnografia viva ou ativa que me guiou no processo de pesquisa, baseado nos escritos da antropóloga Veena Das, propõem que a produção de uma pesquisa envolve autobiografia, biografia e etnografia. O movimento de observar, refletir, criticar, repensar e assim por diante tem sua produção dentro de uma forma de vida, ou seja, a produção antropológica é feita dentro de uma forma de vida. Aqui a forma de vida ocorre no meio urbano, nas tramas do cotidiano.

3. CONFIGURAÇÃO SOCIOECONÔMICA DE UBERLÂNDIA

Uberlândia é um município que se localiza no estado de Minas Gerais. De acordo com o site do IBGE²³ a população residente no município está estimada em 713.232 habitantes. Em 2023, uma reportagem do G1²⁴ informa que a cidade é a segunda mais populosa de Minas Gerais, ficando atrás apenas da capital Belo Horizonte. Sendo um município de médio porte e com crescimento populacional anual de 1,12%, a cidade tem como uma das pautas prioritárias a segurança pública.

A pasta de segurança pública em Uberlândia nos anos em que esta pesquisa foi produzida estava sob o comando do secretário Orion Alves da Silva, ex-delegado da Polícia Federal até o ano de 1991. A Secretária Municipal de Prevenção às Drogas, Defesa Social e Defesa Civil é responsável por promover as políticas públicas sobre drogas em consonância com os princípios e objetivos estabelecidos no Sistema Nacional de Políticas sobre Drogas, e também políticas voltadas à Defesa Civil e Defesa Social municipal.

²³ Ver em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/uberlandia/panorama>. Acesso em 25/08/2023

²⁴ Ver em: <https://g1.globo.com/mg/triangulo-mineiro/noticia/2023/06/28/censo-do-ibge-com-crescimento-de-quase-20percent-uberlandia-e-a-cidade-com-maior-aumento-populacional-em-mg.ghtml>. Acesso em: 25/08/2023

Em 2018 um documento produzido pela Secretaria de Planejamento Urbano de Uberlândia apresentou dados integrados sobre segurança pública no município. O documento apresenta as instituições militares, sendo: a 9ª REGIÃO DE POLÍCIA MILITAR – 9ª RPM; o COPOM e Videomonitoramento; o 17º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR(17º BPM) composto por 04 (quatro) Companhias de Polícia Militar com responsabilidade territorial definida, 01(uma) Companhia de Recobrimento e 01(uma) Companhia de Ensino e Treinamento, sendo: 91ª CIA PM, 148ª CIA PM, 158ª CIA PM e 170ª CIA PM; a 199ª CIA TM - Companhia de Recobrimento; a 119ª CIA ET Companhia de Ensino e Treinamento; o 32º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR (32º BPM) composto também por 04 (quatro) companhias de área e 01(uma) Companhia de Recobrimento, sendo: 92ª CIA PM, 109ª CIA PM e 169ª CIA PM; a 171ª CIA PM, a 200ª CIA PM – Companhia de Recobrimento, o 9º BATALHÃO DE POLICIAMENTO ESPECIALIZADO (9ª BPE) composto por 03(três) Companhias de Polícia Militar Especializadas, sendo elas: 1ª Cia GER, 2ª Cia GER, 3ª Cia PM CHOQ, a 2ª BASE REGIONAL DE AVIAÇÃO DO ESTADO (2ª BRAVE), a 9ª COMPANHIA MILITAR de Policiamento Rodoviário e 9ª Companhia Militar de Meio Ambiente (9ª CIA PM RV e 9ª CIA PM MAMB; 36º BATALHÃO DE INFANTARIA MOTORIZADO - 36º BIMTZ; e o 5º BATALHÃO DE BOMBEIRO MILITAR - 5º BBM.

As instituições civis de Segurança Pública foram divididas em Ministério da Justiça, Departamento de Polícia Rodoviária Federal, Delegacia de Polícia Federal de Uberlândia, Secretaria de Segurança Pública de Minas Gerais, 1º Delegacia Regional de Polícia Civil Uberlândia, Secretaria Municipal de Prevenção às Drogas, Defesa Social e Civil, Presídio Professor Jacy de Assis, Penitenciária Professor João Pimenta da Veiga e Superintendência de Informação e Inteligência Policial. Algumas outras instituições que não configuram este quadro são as Unidades de Prevenção à Criminalidade e o Centro Socioeducativo para menores infratores.

Algumas instituições e atores na política pública de segurança afetam a dinâmica de atuação sob à criminalidade. Neste sentido, a presença de programas como: Central de Apoio às Penas Alternativas (CEAPA), Programa de Inclusão Social de Egresso de Sistema Prisional (PRESP), Programa Fica Vivo e Mediação de Conflitos (PMC e FV!). A política pública estadual de prevenção à criminalidade tem efeitos na relação com políticas de segurança pública de policiamento sob a forma como se pensa e se constrói estratégias sobre temas como violência, os bairros e o próprio crime. Como

referência, os estudos de Beato, Silva e Silveira (2008) demonstraram que as medidas estratégicas adotadas pelas políticas de prevenção à criminalidade conseguiram reduzir os índices de homicídios modificando aspectos da criminalidade e da própria lógica de prevenção ao crime diante da comunidade e das instituições militares.

Em Belo Horizonte, onde foram produzidos os estudos sobre os programas de prevenção, os autores constataram os efeitos da implantação do programa Fica Vivo! no controle de homicídios entre jovens.

Gráfico referente às taxas de homicídios no Morro das Pedras, nos aglomerados da cidade e nos bairros durante o ano de 2000 a 2005, permite visualizar o impacto do Programa Fica Vivo. É importante ressaltar que o programa foi implantado a partir do mês de agosto de 2002 no aglomerado Morro das Pedras, com o objetivo de reduzir os elevados índices de homicídios nesta área. No que diz respeito às taxas de homicídio nesse local, no período de agosto a dezembro de 2002 (41,91 por 100 mil pessoas) verifica-se uma redução de 25% com relação à taxa de homicídio no mesmo período do ano de 2001 (55,88 por 100 mil pessoas). Ainda é interessante observar o quanto este programa foi impactante na redução das mortes se analisarmos os valores da taxa de homicídios nos dois períodos do ano de 2003, momento em que o programa fica sem uma coordenação ou mesmo sem a continuidade das atividades desenvolvidas a partir da sua implementação. Nesse caso, há um crescimento gradativo das taxas, passando para 48,90 por 100 mil pessoas nos meses de janeiro a julho de 2003 e alcançando a cifra de 55,88 por 100 mil pessoas nos meses de agosto a dezembro desse mesmo ano (BEATO, SILVA & SILVEIRA, 2008, p.84).

Em Uberlândia, a chegada dos programas e da parceria Estado e Município encontraria contextos e condições distintas da capital. Mesmo assim, a necessidade de construir de forma integrada ações de segurança pública que vinculam o policiamento, a repressão qualificada e a proteção social foram compreendidas pela própria polícia.

Nesse contexto, em 2005, a antiga Secretária de Estado e Defesa Social (SEDS) em parceria com a Prefeitura Municipal de Uberlândia (PMU) e o Instituto Elo, iniciou o processo para implementação das Unidades de Prevenção à Criminalidade (UPC's) no município, sendo um de base local situado no centro e outro de base territorial nos bairros do setor leste da cidade que recebeu o Programa Controle de Homicídios Fica Vivo com a colaboração do Grupo Especializado de Policiamento em Área de Risco (GEPAR). Em seguida, o bairro Jardim Canaã foi classificado como área de risco, portanto foi implantado o policiamento do GEPAR que junto a população se mobilizaram para demandar um UPC para a localidade. Em 2015 o bairro Jardim Canaã recebeu a segunda base territorial na cidade.

Dessa forma, de maneira resumida o governo estadual criou um desafio em articular a rede de proteção social, com os programas de prevenção e a estratégia de repressão qualificada da PMMG, representada pelo Grupo Especializado de Policiamento

em Área de Risco (GEPAR). Ambas instituições com filosofias distintas deveriam se mobilizar conjuntamente e compartilhar informações para ações estratégicas na segurança pública.

O GEPAR foi inspirado no Grupo de Policiamento de Áreas Especiais do Rio de Janeiro (GPAE), criado no ano 2000, e tem como objetivo principal articular estratégias de polícia comunitária, repressão qualificada e prevenção da criminalidade em bairros denominados de área de risco. Já o eixo de proteção social, trabalha com acesso à direitos e prevenção às múltiplas violências a que a população das áreas de risco está exposta. Ademais, atuam na articulação e organização de redes institucionais e comunitárias para ampliar o debate sobre prevenção da criminalidade, à violência e segurança pública.

As ações dos programas e a possibilidade de diálogo com o agrupamento policial para alinhar perspectivas de prevenção afeta a forma como a polícia atua nos territórios, inclusive, minha atuação em vários programas da política me permitiu verificar o poder de intervenção e pequenas mudanças no trabalho policial.

Em 2020, iniciei como analista social no programa Mediação de Conflitos no Bairro Jardim Canaã, antes já havia feito estágios no Fica Vivo na região leste e também no PRESP na região central. Em conversas informais no ambiente de trabalho com os gestores sociais das unidades sobre os efeitos da política na segurança pública confirmam que a atuação dos programas intervém nas dinâmicas das instituições militares, jurídicas e da própria população. As reuniões do Grupo de Intervenção Estratégica do qual os gestores, tenentes e soldados participam colocam a polícia e a política de prevenção cara a cara para debaterem sobre ações, dúvidas, questionamentos e possibilidades de parceria.

No cotidiano do trabalho nas periferias de Uberlândia onde estão localizados os programas os efeitos de suas filosofias são mais perceptíveis. No segundo semestre de 2021, quando minha equipe retornou ao trabalho de forma presencial no bairro Canaã, começamos a caminhar pelo bairro conversando com jovens e adultos sobre o retorno das atividades. Em uma conversa com jovens da oficina de Futebol do FV!, eles nos contaram sobre as apreensões de drogas que estavam ocorrendo no bairro e que a presença do programa direcionou a polícia para a apreensão de armas de fogo, buscando evitar homicídios entre os jovens envolvidos com o tráfico de drogas. Em uma das histórias, contaram sobre a apreensão de um revólver em uma casa irregular próximo a um córrego do bairro usada para separar e distribuir as drogas, de acordo com os jovens - que já eram

atendidos pelo programa na época - os policiais entraram na casa enquanto separavam maconha, contudo, o policial à frente da operação apenas perguntou sobre as armas de fogo e apreendeu o revólver calibre 38. Além disso, ações violentas cometidas pela polícia contra jovens atendidos pelo FV! no bairro Canaã são denunciadas ao programa.

Para além dos programas de proteção social, o comandante Tenente Coronel do 32º batalhão da cidade de Uberlândia Sandro Heleno Gomes Ferreira tem sido uma voz militante dos direitos humanos. Em conversa com o tenente-coronel Sandro Heleno, o mesmo pontua sua disposição em articular as redes de proteção e prevenção social para um diálogo com o batalhão no intuito de apresentar para os soldados, majores e capitães as possibilidades de um trabalho comunitário e humanizado. Conta de sua formação em Direito e especialização em Direitos Humanos e que vislumbra sempre a possibilidade de vincular o trabalho da polícia militar com os princípios dos direitos humanos. Heleno explica que tem um bom trânsito com a Secretária de Justiça e Segurança Pública e os diretores da política de prevenção à criminalidade, sendo que quando iniciou no comando do batalhão em Uberlândia foi a ponte para a defesa à implantação dos programas na cidade. Meu primeiro contato com o comandante se deu em um evento de reabertura da Unidade de Prevenção à Criminalidade no bairro Canaã, neste momento podemos conversar sobre os pilares da atuação policial comunitária e as possibilidades de humanização do trabalho policial. Em conversa posterior, o comandante me conta sobre sua coragem para propor as mudanças no cenário da polícia na cidade, com sugestões de ações voltadas para formação e capacitação dos policiais, além de sua disposição para barrar ações antiéticas e que não condizem com a lei. Em 2022, o tenente-coronel Heleno foi transferido e o tenente-coronel Rodrigo Brasil Pereira assumiu o comando do 32º Batalhão²⁵.

As intervenções destes atores envolvidos na segurança pública que promovem uma sensibilização a respeito dos princípios dos direitos humanos, da mediação comunitária, dos direitos da criança e do adolescente, entre outros, produzem mudanças sutis e cotidianas nas dinâmicas de atuação das instituições da área e também das estratégias de prevenção e enfrentamento de questões como o tráfico de drogas e a violência urbana. A polícia em diálogo com outras instituições dentro da pasta de segurança pública, que pressionam e posicionam o debate sobre direitos fundamentais e

²⁵ Ver em: <https://diariodeuberlandia.com.br/noticia/30329/32--batalhao-de-policia-militar-de-uberlandia-passa-a-contar-com-novo-comandante>. Acesso em 30/01/2022

sociais, se modifica sutilmente. Contudo, nem sempre foi assim, houve um período em que a polícia militar em Uberlândia investia e encobria esquadrões da morte.

Os espaços políticos para pensar as ações de segurança pública por vezes acabam sendo ocupados por pessoas com carreiras na corporação militar, até o momento da escrita desta dissertação a Secretária de Segurança Integrada do Município de Uberlândia era coordenada por um ex-vereador conhecido como “Sargento Edinaldo”, o uso do cargo de sargento como forma de identificação diante do espaço público e para a população tem como intuito desenvolver um sentimento de segurança e credibilidade na atuação como figura pública o que expressa que o espaço democrático está ocupado de forma simbólica e prática pela lógica da militarização. Os espaços de poder e de representação democrática ocupada por atores públicos e políticos com histórico nas Forças Armadas ou Polícias demonstra uma continuidade na história política permeada pelos efeitos da ditadura militar e do autoritarismo.

Dessa forma, Uberlândia não foge as condições macrossociais e econômicas que afetam a forma como a segurança pública é mobilizada e promovida para a manutenção do neoliberalismo (WACQUANT, 1999). Daquilo que Dardot (2002) denomina de neoliberalismo militarizado e Andrade elabora para neoliberalismo autoritário. O neoliberalismo com forma de vida conforme o modelo do mercado, é uma construção política e econômica que se viabilizou e manifestou pelo autoritarismo. O neoliberalismo como modo de governabilidade da vida que busca manter protegido a forma do capital de interferências das políticas sociais de distribuição de renda e para justiça social, demanda um aparato e mecanismos para sua proteção que se alinhem aos interesses dos possuidores do capital.

O aumento da lucratividade pela transformação dos objetivos dos Estados nacionais, incorporados no fluxo econômico global e na lógica de competitividade interna e externa, é a base para uma reformulação da destruição das garantias dos direitos humanos, da exploração dos trabalhadores (as). O que se propõem é um recorte da população, os trabalhadores que serão integrados de forma competitiva com intuito de reduzir direitos trabalhistas e poder de articulação, negociação, greve, mobilização em favor de seus direitos e demandas. Enquanto os que não se inserem nos circuitos econômicos e globais de valorização são descartados e violentamente governados.

A gestão da vida no modelo mercadológico não se restringe ao âmbito do trabalho, mas integra a vida cotidiana e outras esferas da vida fora do mercado, como o

da segurança pública, que sofre privatizações e corrupções das forças de segurança transformando o direito de segurança por uma mercadoria.

Esta governabilidade se desenvolveu por práticas autoritárias, por autoritarismo se deve compreender não apenas o uso da força bruta coercitiva, mas uma reconfiguração interna ao Estado onde o poder institucional nega e ataca a democracia e a ética institucional. Andrade, Cortês e Almeida (2021) reúnem de outros pensadores alguns exemplos das práticas autoritárias do neoliberalismo, sendo elas:

f) a repressão a sindicatos e manifestações populares e a criminalização dos movimentos sociais; g) a construção de inimigos internos, materializados em certas minorias e em grupos opositores, considerados “comunistas” ou “corruptos”; h) a expulsão de grupos excedentes que ameaçam prejudicar a rentabilidade da população; i) o esvaziamento progressivo do poder dos representantes eleitos e a transferência das decisões públicas para gestores e/ou atores de mercado na reforma gerencialista do Estado; j) a definição da “boa governança” estatal por agências de rating privadas e por organismos internacionais, como o FMI e o Banco Mundial; k) o enfraquecimento das instâncias nacionais de participação democrática com a transferência de decisões políticas fundamentais, especialmente no campo econômico, para o âmbito internacional; l) a subordinação antidemocrática do Estado às regras constitucionais e legais apresentadas como necessárias à busca da prosperidade econômica; m) o recurso argumentativo a circunstâncias materiais imediatas como desculpa para o Estado não reverter processos de desigualdade socioeconômica; n) a recalibragem das atividades viáveis e apropriadas para instituições não mercadológicas, como sindicatos, de maneira a diminuir expectativas; o) o ataque à ideia de bem comum como totalitária, o esvaziamento da esfera pública e da noção de justiça social e a redução da cidadania à despolitizada responsabilidade dos empreendedores de si mesmos (Brown, 2003, 2015, 2019; Bruff, 2014, 2016; Dardot; Laval, 2009, 2016; Christiaens, 2019; Crouch, 2013a, 2013b; Harvey, 2008; Hirsch, 2010; Sassen, 2014; Wacquant, 2012)

A radicalização da governabilidade neoliberal autoritária no Brasil se consolidou e intensificou após a eleição da extrema-direita representada por Bolsonaro. Neste sentido, “é preciso reconhecer que a compreensão da fase autoritária do neoliberalismo brasileiro passa pela relação entre o Estado e as margens da população.” (Andrade; Cortês; Almeida, 2021).

A vitória de Bolsonaro nas eleições de 2018, foi baseada em propostas de recrudescimento da violência Estatal, negação dos direitos constitucionais, dos direitos humanos e de um programa econômico ultraliberal, ainda sim esta gramática política, econômica e moral do bolsonarismo encontrou uma ressonância simbólica em uma parte dos mais pobres.

Na cidade de Uberlândia, local da pesquisa, as votações nas eleições de 2018 e de 2022²⁶ Jair Bolsonaro ganhou nas urnas da cidade. Um fato importante para compreender o alinhamento político dos uberlandenses ao autoritarismo neoliberal. Concomitantemente a passagem da fase do neoliberalismo progressista para o neoliberalismo autoritário no Brasil (Fraser, 2017 apud Andrade; Cortês; Almeida, 2021), em Uberlândia as forças policiais intensificaram as megaoperações com foco no crime organizado.

SEGUNDO CAPÍTULO

1. AS MEGAOPERAÇÕES

A partir do ano de 2015 o Ministério Público Estadual (MPE) e a Polícia Federal iniciam uma série de operações e megaoperações para combater o crime organizado em Uberlândia. A primeira operação deflagrada foi a Operação Catira no mês de outubro que investigou uma das principais quadrilhas de roubo de cargas de caminhão na região do Triângulo Mineiro. A operação teve como atores na investigação a Força Integrada de Combate ao Crime Organizado (FICCO/MG), coordenada pela SEDS - Secretaria Estadual de Defesa Social em parceria com a Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Civil, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros. Identificaram empresários de diversos setores como os mentores, produtores e receptores das cargas roubadas. O chefe da quadrilha era um empresário do setor de automóveis da cidade. Em junho de 2016, o Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (GAECO/MG) deflagrou a Operação Serendipe que teve a apreensão de policiais civis e delegados, envolvidos com a Operação Catira.

A primeira fase da operação Serendipe destinava-se a investigar e punir crimes de extorsão, corrupção passiva, ativa, falsidade ideológica, lavagem de dinheiro, concussão e organização ideológica. A partir da prisão de alguns policiais civis, foram realizadas delações premiadas, o que propiciou que mais delegados e policiais civis fossem investigados e condenados por ações criminosas. Ainda em 2017, a operação Xequê-Mate foi deflagrada para investigar crimes envolvendo agentes da corporação. A operação

²⁶ Ver em: <https://g1.globo.com/mg/triangulo-mineiro/eleicoes/2022/noticia/2022/11/03/eleicoes-2022-bolsonaro-e-mais-votado-em-todas-as-zonas-eleitorais-de-uberlandia.ghtml>. Acesso em: 26/08/2023

identificou diversos policiais civis lotados no Departamento de Operações Especiais, uma unidade de elite da Polícia Civil de Minas Gerais, envolvidos com crimes de corrupção passiva e ativa, tráfico de drogas, extorsão e outros. Um ex-policial civil que participou dos crimes investigados pela operação Serendipe foi condenado a 23 anos de prisão em regime fechado e perdeu o cargo público. Ao fim da operação Serendipe, 18 policiais civis, entre delegados, escrivães e investigadores foram presos. Além das condenações de policiais civis, um desdobramento da operação foi a prisão de um empresário que teria ligações com os policiais presos na operação Serendipe. O empresário foi acusado de ser o mandante de um roubo de 160 kg de pasta base de cocaína, que ocorreu em Uberlândia em 2015²⁷, além de lavagem de dinheiro. Em reportagem do Diário de Uberlândia, aponta-se que o empresário é suspeito de ter envolvimento com o Primeiro Comando da Capital (PCC). A prisão deste empresário é um desdobramento de outras operações "Serendipe"²⁸ e "Fenix"²⁹, realizadas pelo Gaeco, e que resultaram na prisão de dezenas de policiais civis na região por envolvimento com diversos crimes. Também em 2017, outro empresário do ramo de recuperação de créditos judiciais, chamado Cairo Luiz Borges Mendes foi executado³⁰. No dia 14 de fevereiro de 2019, policiais do Grupo Especializado em Recobrimento (GRE)³¹ prenderam o filho do empresário por suspeita de ser o mandante de um crime de vingança contra o assassino de seu pai. O Ministério Público confirmou que a ação estava relacionada à segunda fase da Operação "Dominó"³², chamada de "Mercenários", que foi deflagrada em dezembro em Uberlândia pelo Grupo de Atuação Especial contra o Crime Organizado (Gaeco), que investiga a atuação de um grupo de extermínio na cidade. As operações chegaram a ser feitas dentro de um dos condomínios fechados de luxo da cidade, chamado Gávea Paradiso. Um cabo e um

²⁷ Ver em: <https://g1.globo.com/mg/triangulo-mineiro/noticia/2019/07/18/empresario-suspeito-de-trafico-de-drogas-em-uberlandia-e-presos-em-apartamento-de-luxo-em-ribeira-o-preto.ghtml>. Acesso em: 30/01/2022

²⁸ Ver em: <http://g1.globo.com/minas-gerais/triangulo-mineiro/noticia/2016/06/delacoes-e-escutas-ajudaram-na-prisao-de-policiais-em-uberlandia.html>. Acesso em: 30/01/2022

²⁹ Ver em: <https://g1.globo.com/mg/triangulo-mineiro/noticia/mais-de-200-mandados-sao-cumpridos-na-operacao-fenix-em-uberlandia.ghtml>. Acesso em: 30/01/2022

³⁰ Ver em: <https://g1.globo.com/minas-gerais/triangulo-mineiro/noticia/empresario-morre-depois-de-levar-tiro-no-peito-e-bater-carro-em-uberlandia.ghtml>. Acesso em: 30/01/2022

³¹ Ver em: <https://g1.globo.com/mg/triangulo-mineiro/noticia/2019/02/14/grupo-especializado-da-policia-realiza-operacao-dentro-de-condominio-em-uberlandia.ghtml>. Acesso em: 30/01/2022

³² Ver em: <https://g1.globo.com/mg/triangulo-mineiro/noticia/2019/02/06/gaeco-deflagra-segunda-fase-operacao-dominio-e-mandados-sao-cumpridos-em-uberlandia.ghtml>. Acesso em: 30/01/2022

soldado estariam envolvidos na execução da morte de Marcos Lucena, suspeito de matar o empresário Cairo Borges.

De acordo com reportagem do jornal Estado de Minas Gerais³³, o empresário e ex-secretário de Obras e ex-diretor geral do Departamento Municipal de Água e Esgoto de Uberlândia (Dmae) Orlando Resende foi apontado pela Polícia Civil como mandante da morte de Cairo Borges. Dentre os indiciados, que fariam parte do grupo de extermínio, se encontra um policial civil aposentado. Nesse sentido ambos os crimes foram encomendados pelo que a GAECO denominou grupos de extermínio.

De 2015 até 2019 várias megaoperações ocorreram envolvendo crimes de corrupção policial. Em dezembro de 2017 a megaoperação Fênix³⁴ deflagrada em Uberlândia desbaratou esquema de desvio de cargas liderado por policiais civis que atuavam nos estados de Minas Gerais. Na primeira fase da operação foram presos 57 policiais civis. Outras fases da operação Fênix se desdobraram a partir deste período e até 2018 vários delegados, policiais civis e advogados estavam sendo investigados e alguns foram presos³⁵. Em 2017, o sindicato de delegados de polícia do estado de Minas Gerais soltou nota repudiando as ações do Ministério Público na investigação e prisões.³⁶

Em 2019 foi deflagrada a operação “Poderoso Chefão” que se desenrolou em outras como a “Torre de Babel” e “Mercúrio”³⁷, fruto de investigações envolvendo policiais civis, militares e vereadores da cidade. Na primeira fase da investigação foram presos dois vereadores da cidade, Juliano Modesto (SD) e Alexandre Nogueira (PSD) por desvio de recursos públicos oriundos de contratos de prestação de serviço municipal de transporte de alunos³⁸ de obstrução da justiça. O objetivo das investigações era desarticular uma organização criminosa responsável por ameaças a funcionários do transporte escolar que estavam insatisfeitos com os crimes cometidos em 2017 sobre irregularidades em cooperativas de transporte escolar.

³³ Ver em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2021/11/03/interna_gerais.1319504/ex-secretario-de-obras-de-uberlandia-e-indiciado-por-morte-de-empresario.shtml. Acesso em 30/01/2022

³⁴ Ver em: <https://g1.globo.com/mg/triangulo-mineiro/noticia/mais-de-200-mandados-sao-cumpridos-na-operacao-fenix-em-uberlandia.ghtml>. Acesso em: 30/01/2022

³⁵ Ver em: <https://g1.globo.com/minas-gerais/triangulo-mineiro/noticia/2016/06/policiais-civis-suspeitos-de-corrupcao-sao-presos-em-operacao-do-mp.html>. Acesso em: 30/01/2022

³⁶ Ver em: <https://www.sindepominas.com.br/noticia/nota-de-repudio-19-12-2017>. Acesso em: 30/01/2022

³⁷ Ver em: <https://g1.globo.com/mg/triangulo-mineiro/noticia/2019/10/25/servidores-publicos-sao-alvo-de-nova-operacao-do-gaeco-em-uberlandia.ghtml>. Acesso em: 30/01/2022

³⁸ Ver em: <https://g1.globo.com/mg/triangulo-mineiro/noticia/2019/11/27/vereadores-a-alexandre-nogueira-e-juliano-modesto-seguem-presos-em-uberlandia-a-pos-justica-negar-habeas-corpus.ghtml>. Acesso em: 30/01/2022

A segunda fase³⁹ da operação deteve policiais militares e civis e investigou esquema de lavagem de dinheiro, por meio de empresas constituídas em nome de dirigentes da Cooperativa dos Transportadores de Passageiros e Cargas de Uberlândia Ltda (Coopass). A operação incriminou policiais militares e denominou a organização criminosa como milicianas.

O que mais nos chamou atenção foi que a organização criminosa contava com núcleo formado por cinco policiais civis e cinco militares que davam cobertura a atividades delituosas, repassavam informações privilegiadas, desprezando os deveres como policiais. No caso, quatro militares já estavam presos em outras operações, disse o promotor Daniel Marotta. (G1, 2019)

Muitos jornais da cidade noticiaram as prisões dos agora denominados “milicianos”, o que gerou bastante debate sobre os novos contornos da criminalidade na cidade de Uberlândia. Neste momento, interessei-me pela narrativa midiática e o surgimento das milícias na cidade, justamente, no contexto imediatamente após a vitória de Jair Bolsonaro nas eleições presidenciais em 2018 e a exposição pública de diversas denúncias sobre o alinhamento ideológico do governo com as práticas criminosas milicianas.

O chefe da “milícia” e mais dois policiais militares foram acusados de serem integrantes, e se encontrarem hoje presos. Mais oito policiais militares foram denunciados por envolvimento com a suposta milícia. As acusações são de roubos a banco, frigoríficos, postos de gasolinas, tentativas de extorsão, contratação de serviço para incendiar uma clínica médica, homicídios e tentativas de homicídios mediante contratação⁴⁰.

Além disso, a GAECO associou a organização criminosa com as acusações de corrupção dos vereadores da cidade. A justiça investigou indícios da contratação, por parte de um dos vereadores, dos serviços da organização milicianas contra motoristas de vans escolares da cidade que poderiam ser obstáculos para o esquema de corrupção. As investigações se desdobraram em um ataque com arma de fogo a um dos procuradores da GAECO, e o planejamento do homicídio de outro procurador e de seu filho.⁴¹

³⁹ Ver em: <https://g1.globo.com/mg/triangulo-mineiro/noticia/2019/10/10/gaeco-de-uberlandia-divulga-balanco-da-operacao-torre-de-babel-que-tambem-ocorreu-em-uberaba-e-monte-carmelo.ghtml>. Acesso em: 30/01/2022

⁴⁰ Ver em: <https://diariodeuberlandia.com.br/noticia/23030/milicia-planejou-mortes-e-cometeu-diversos-roubos-em-uberlandia>. Acesso em: 30/01/2022

⁴¹ Ver em: <https://diariodeuberlandia.com.br/noticia/23030/milicia-planejou-mortes-e-cometeu-diversos-roubos-em-uberlandia>. Acesso em: 30/01/2022

Esta nova dinâmica do crime na cidade merece um olhar mais profundo, percebemos que a CPI do Narcotráfico lançou luz a estas práticas criminosas dentro das forças de segurança pública, contudo, não foi necessária para barrar sua atuação no município. Será que começaremos a retirar o pano que cobre os crimes nos extratos mais elevados da sociedade e assim como Manso (2020), conseguiremos em menor escala conectar o que ocorre no submundo do crime com figuras políticas e empresariais da cidade? . A corrupção, a letalidade e a injustiça se apresentam como princípios para estas formas de governo e das ações de diversos atores inseridos em um contexto mercadológico de competição e sobrevivência individual.

As megaoperações nos apresentam uma nova configuração das relações entre agentes de segurança pública e agentes políticos. Neste momento, conseguimos caminhar na pesquisa que alguns pesquisadores do contexto carioca já estão desenvolvendo. Diferente do Rio de Janeiro, a realidade de Uberlândia não dava indícios de milícias atuando em formato de empresa para dominação territorial com intuito de extorquir e se inserir no mercado ilegal com alugueis em terrenos irregulares, subornos de pequenos traficantes, jogo do bicho e distribuição de energia e internet ilegal. No caso de Uberlândia é identificado grupos de extermínio que estão à serviço dos grandes empresários e políticos envolvidos em crimes, especialmente, corrupção passiva, ativa, lavagem de dinheiro e ameaças.

Nesta mesma linha, o conceito de milícia é empregado por diversos atores da segurança pública e pesquisadores aos grupos de policiais ou ex-policiais que estão presentes nos territórios periféricos e investem em ações ilegais que se tornam negócios, incluindo o tráfico de drogas. Diferente do contexto uberlandense que midiaticamente e na narrativa judicial contextualiza a figura das milícias vinculada a crimes comumente denominados de “colarinho branco”, especificamente, roubo de cargas, lavagem de dinheiro, corrupção em licitações, etc.

Uberlândia começa a ter uma mudança na dinâmica criminal e das violências: as megaoperações tomam lugar nos noticiários, mas ainda não mobiliza o debate público em torno da participação de policiais, grandes empresários e figuras públicas. O crime violento na cidade se modifica com a maior organicidade e profissionalização do crime organizado dentro do comércio do tráfico de drogas. Nos territórios os homicídios reduzem e o varejo da droga entra para o espaço privado, antes o que ocorria nas ruas, especialmente, nas esquinas e na porta das casas passa a ser feito dentro das casas, o que

dificulta a atuação da polícia, de acordo com policiais militares que tive contato durante a pesquisa e pelo trabalho na segurança pública.

As megaoperações anunciam os processos de metamorfose da lógica de militarização e guerra ao inimigo interno da ditadura militar, que antes eram identificados como os “comunistas”, “guerrilheiros da esquerda”, “militantes”, “traidores da nação”, agora os traficantes das favelas e o crime organizado.

As forças de segurança atuaram de maneira a abrir espaço para a neoliberalização ao conter o avanço das demandas democráticas, ao lidar com os problemas sociais pela via da gestão militarizada da pobreza e ao complementar punitivamente o estrangulamento dos gastos públicos e as políticas sociais focalizadas. O neoliberalismo, desse modo articulava as práticas autoritárias legadas pela ditadura, casando-se com o militarismo inclusive na redefinição dos inimigos internos. (Andrade, D. P., Côrtes, M., e Almeida, S. 2021).

As megaoperações é uma forma de consolidar a racionalidade militarizada utilizada para a governança e gestão urbana e de determinadas populações. O campo da segurança pública é um campo de experimentações biopolíticas e necropolíticas, já que as forças de segurança têm prerrogativas para controlar, matar com intuito de defender o “bem comum”, que servem para camuflar sua existência como mecanismos de controle dos sujeitos em prol de uma ordem econômica neoliberal. O incremento quantitativo (de mortes, equipamentos, tecnologias, “recursos humanos” militares, recursos econômicos) permite uma mudança qualitativa nas formas combinadas de gestão urbana e da ordem. (Magalhães, 2021). Temos visto uma preparação do terreno político social na cidade de Uberlândia que aprofunda a lógica militarizada e consolida o neoliberalismo autoritário.

No dia 11 de outubro de 2021 vai ao ar no programa do MGTV 1º edição uma reportagem sobre uma operação que vincula o tráfico de drogas e armas do Triângulo Mineiro a uma milícia carioca. Neste fluxo das megaoperações a Polícia Federal deflagrou no dia 05 de outubro de 2021 a Operação Balada, com o objetivo de desarticular organização criminosa especializada no tráfico de drogas e de armas de grosso calibre e lavagem de dinheiro. Rafael Machado Caldeira, delegado regional de combate ao crime organizado, informa que a posição central no território nacional transformou Uberlândia em ponto estratégico para a distribuição de grandes cargas de droga e armas. O nome da operação tinha como intenção simbolizar o quanto os traficantes ostentavam uma vida luxuosa nas redes sociais e construíam também uma imagem pública. No dia 20 de novembro do ano de 2022 uma reportagem do Fantástico mostrou uma investigação sobre uma conexão entre a milícia do Rio de Janeiro e o tráfico de drogas no Triângulo

Mineiro⁴². Conforme o delegado da Polícia Federal Rento Beni da Silva, o esquema fazia com que empresas fossem forçadas a contratarem um serviço de escolta armada. O chefe de todo esquema de escolta armada para as empresas no Triângulo Mineiro, especialmente, em Uberlândia, é o policial militar do Rio de Janeiro Marcos Paulo Ferreira dos Santos e seu sócio William de Oliveira Reis. De acordo com as investigações William também é ligado às milícias do Rio de Janeiro e tinha parceria com o crime organizado no Triângulo Mineiro, do qual se utilizavam para lavagem de dinheiro.

Lavagem de dinheiro, roubo de carga, distribuição de armas e drogas são alguns crimes que começam a aparecer nas reportagens dos jornais de Uberlândia e região. Este contexto e seus desdobramentos são pincelados na fala do Dr. José Aparecido, promotor de justiça que ocupa a promotoria de controle externo da polícia em Uberlândia.

1.2 MILÍCIA OU MAÇAS PODRES

Corriqueiramente nos espaços institucionais e nos bastidores que o trabalho como gestora social da política de prevenção à criminalidade me possibilitou, é possível ouvir que a corrupção policial dentro da corporação em Uberlândia é feita por poucas “maças podres”. Essas maçãs podres não atuam de forma organizada e sistemática, mas poucos policiais que por vezes cometem crimes para benefício econômico. Um dos casos emblemáticos na cidade é a “máfia do Detran”, uma das megaoperações deflagradas no ano 2021, foi denominada “Operação Café Amargo”⁴³ devido a expressão “pagar um cafezinho” costumeiramente utilizada para se referir a propina paga aos agentes públicos com intermediação com despachantes da cidade para prestarem serviços ilegais dentro do sistema do Departamento.

De acordo com o promotor Dr. José Aparecido, do Ministério de Controle Externo da Polícia, em um período anterior a pandemia a corrupção policial era mais presente na corporação militar em Uberlândia, muitos policiais acabavam incorrendo em crimes de extorsão, como no caso dos “cafezinhos” pagos aos agentes públicos para ganhar vantagens e privilégios dos serviços no Detran. Contudo, vários mecanismos de controle

⁴² Ver em: <https://globoplay.globo.com/v/11141941/> Acesso em: 19/05/2023

⁴³ Ver

em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2021/07/15/interna_gerais.1286846/operacao-do-ministerio-publico-investiga-corruptao-no-detran-de-uberlandia.shtml. Acesso em: 19/04/2022

foram promovidos dentro das polícias para vigiar a conduta no policiamento ostensivo para reduzir o envolvimento dos policiais em esquemas de corrupção ativa ou passiva.

Contudo, o promotor traz como um ponto de dificuldade do trabalho conjunto no controle da polícia a autonomia criada pela corporação historicamente, especialmente, com a ditadura militar.

A sensação de segurança é outro ponto que se percebemos relacionado ao controle externo da polícia, visto que a presença do tráfico de drogas organizado em alguns territórios reduz a quantidade de crimes e acaba por não expor a criminalidade e a dinâmica de violências, deixando os dados de vitimização, criminalidade e violência subnotificados. Assim conforme a perspectiva do controle externo, as polícias no município não atendem esse critério para adentrar o conceito de milícias, conforme a CPI das milícias e a experiência carioca e paulista tem determinada, pois não existe o controle territorial para o crime negócio.

O envolvimento dos policiais em crimes de maior dimensão econômica como prestadores de serviços, é o que caracteriza mais a participação dos agentes da segurança pública na criminalidade, no entanto não figuram como mandantes ou não estão organizados dentro de territórios para controle social com objetivos econômicos. Muitas das megaoperações na cidade apresentam a ação individualizada de alguns agentes nas diversas polícias, como por exemplo no caso de corrupção de policiais da PRF na operação Domiciano.⁴⁴

Portanto para o promotor, a mídia se equivoca ao apresentar o conceito de milícia ao expor crimes e informar sobre as operações visto que não necessariamente as organizações criminosas tem a participação pontual de policiais ou não são compostas por policiais, mas caracterizadas como milícias pois atuam com outros crimes de maior dimensão e desvinculado do objeto do tráfico de drogas, logo, os policiais não constituem grupos milicianos, mas participam de forma individualizada de atividades criminosas facilitando, permitindo, executando, entre outras ações.

Nessa perspectiva, o promotor informa que Uberlândia tem uma polícia civil que investe em inteligência e atua de forma mais integrada com atores da segurança pública o que fortalece o controle externo e a troca junto ao ministério público. Além disso, o

⁴⁴ Ver em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2017/06/23/interna_gerais.878478/veja-detalhes-da-corrupcao-praticada-por-policiais-presos-no-triangulo.shtml. Acesso em: 21/05/2023

ministro informa que Uberlândia opera com um efetivo militar muito inferior ao necessário, mas com recursos materiais adequados.⁴⁵

Nesse sentido, a corrupção policial é tema muito complexo e que não se esgota aqui tendo diversos desdobramentos, sendo que no caso específico das milícias o promotor entende que não se configura na realidade criminológica do município essa atuação organizada municipalizada ou territorializada de policiais com intuito de ganhos econômicos por meio de negócios criminosos.

TERCEIRO CAPÍTULO

1.SEMPRE PARTIMOS DO MESMO LUGAR

Não é objetivo desta dissertação apresentar uma análise aprofundada sobre o período ditatorial e o contexto da corrupção policial carioca, outrossim o recorte histórico pleiteado aqui é do ano de 2012 a 2022. Neste sentido, nosso intuito é trazer elementos que contribuam para a análise sobre a continuidade e aprofundamento de certos hábitos, princípios e dinâmicas dentro das agências policiais entendidas como ações do Estado que demonstram um tipo de governamentalidade.

Para pensarmos corrupção dentro da polícia é importante retroceder um pouco na história do Brasil para nos localizar no período ditatorial. Os esquadrões da morte são o exemplo de herança da ditadura que permeia a atualidade, especialmente nas periferias dos centros urbanos.

A ditadura no Brasil teve como articuladores militares que conspiravam sobre um inimigo interno terrorista vinculado às forças internacionais que promoveria o crescimento e fortalecimento do ideário comunista e ceifaria a democracia e os direitos individuais. Então, durante 21 anos de ditadura houve um crescimento no poder da burguesia nacional que tinha como protetores os militares. A proposta era que o controle militar respaldasse as transformações necessárias para um novo modelo de estado brasileiro e de país, assim como para conter a crise e dar segurança à população diante dos inimigos internos. Neste momento teve a participação e apoio das forças armadas,

⁴⁵ Sobre este debate verificar entrevista de Bruno Manso: <https://marcozero.org/e-melhor-ter-uma-policia-menor-e-controlada-do-que-uma-policia-grande-descontrolada-diz-bruno-paes-manso/>

dos grandes empresários do país vinculados às elites norte-americanas, a Igreja Católica bem como camadas inferiores da sociedade, a avaliar pelas manifestações da “marcha da família com Deus pela liberdade”. Inclusive conceitos e propostas que são retomados nos anos em que a pesquisa se atenta, por meio de algumas manifestações entre 2013 e 2014⁴⁶ denominadas “contra tudo o que está aí”, as quais demarcaram uma mudança na dinâmica das manifestações de rua e no “marketing” dos partidos de direita do país (COHN, 2014).

O *modus operandi* das forças de segurança pública durante a ditadura se perpetuou até os períodos de regime democrático, assim a tortura e a morte se tornaram ferramentas e técnicas para a manutenção do poder e de uma ordem social e econômica vinculada ao capitalismo predatório e posteriormente a racionalidade neoliberal.

Wagner Jacinto de Oliveira, pesquisador sobre violência, crime e direitos humanos, formado em Direito e doutor em História, produziu no ano de 2018 uma pesquisa sobre um grupo de extermínio em Uberlândia que se formou na transição do período ditatorial para o democrático, entre 1980 e 1990, com a promulgação da constituição de 1988. O grupo denominado Kombão da Morte seria, no cenário brasileiro, mais um dos vários grupos de extermínio que tinham como prerrogativas certos princípios do período ditatorial, como a identidade de herói vingador, e o desejo de conquista de poder. As violações de direitos, mortes e outros crimes que cometeram os policiais que compunham o grupo se assemelha dos atos de outros grupos que surgiram no final dos anos 1950 e início dos anos 1960, como por exemplo os atuantes no Rio de Janeiro: “Cravo Vermelho”, “Invernada da Olaria”, “Bombril”, “Scuderie Le Coq”, “Os 12 homens de Ouro”, “Cavalos Corredores”, entre outros (MANSO, 2020).

O Rio de Janeiro foi berço para muitos grupos de extermínio, alguns surgiram antes do golpe de 1964 e se fortaleceram durante o período ditatorial ganhando respaldo e podendo reformular suas atividades do crime-negócio como: extorsão, sequestro, tortura, “arrego” e homicídios sem medo de qualquer punição.

É difícil uma definição exata do surgimento destes grupos no Brasil, por causa de sua clandestinidade, contudo, de acordo com Manso (2020), o primeiro grupo de extermínio se formou dentro da institucionalidade. O nome Turma Volante Especial de Repressão aos Assaltos à Mão Armada (TVRAMA) vinculado ao Serviço de Diligências Especiais (SDE) da Delegacia de Vigilância foi formado em 1957 pelo general do

⁴⁶ Ver em: <https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2014/03/manifestantes-se-reunem-para-nova-versao-da-marcha-da-familia-em-sp.html>. Acesso em 10/05/2021

Exército Amaury Krueel e chefe de polícia do Distrito Federal, como resposta à pressão da Associação Comercial e da população para resolver o problema com crimes de furto e roubo à mão armada. Estes polícias cariocas eram denominados “Esquadrão Suicida” pela mídia. A Invernada de Olaria, na zona norte do Rio de Janeiro, se formou depois de ser conhecida pela violência e truculência dos seus policiais (MANSO, 2020).

Um marco formal do surgimento dos Esquadrões da Morte foi o assassinato, em agosto de 1964, do investigador e comandante da Delegacia de Vigilância Milton Le Cocq de Oliveira em uma troca de tiros com Manoel Moreira, um criminoso conhecido como Cara de Cavalo que foi executado com 62 tiros à queima-roupa. No ano seguinte, em homenagem ao investigador, policiais civis do Rio formaram o que seria o grupo de extermínio mais reconhecido no estado, a Scuderie Le Cocq. A reprodução destes grupos se deu principalmente nas capitais e o jargão “bandido bom é bandido morto” foi se infiltrando na corporação e cooptando cada vez mais policiais civis e militares para os grupos de extermínio. A justificativa era a crescente violência e criminalidade nos centros urbanos e a necessidade de uma política de segurança que eliminasse esse “inimigo interno”, representado como favelado, marginal, traficante e perigoso.

Com a ditadura se impulsionou a nacionalização destes grupos e com isso surgiram diversas configurações de acordo com o perfil dos policiais e a relação com a comunidade em que atuavam. Além disso, a ditadura com o DOI-Codi, centro do combate à luta armada, aperfeiçoou técnicas de tortura e outras táticas de violência que estavam incorporadas no cotidiano das polícias e também dos grupos de extermínio. Manso pontua que muitos policiais que compunham os grupos de extermínio também entram para as operações de combate ao comunismo nos Departamentos de Operações de Informações (DOIs). “A Polícia Militar, reformulada em 1969, assumiu papel crescente nos confrontos travados nos territórios pobres das favelas, morros e periferias. Em São Paulo, por exemplo, o delegado Sérgio Paranhos Fleury, apontado como chefe do Esquadrão da Morte paulista, liderou o grupo que executou o guerrilheiro Carlos Marighella em 1969 (MANSO, 2020, p.138).

Em 18 de novembro de 2011, a então presidenta Dilma Rousseff (PT) promulgava a Lei 12.528, que instituiu a Comissão Nacional da Verdade (CNV)⁴⁷ para investigar as violações de direitos praticadas pelo Estado entre 1946 e 1988, com foco

⁴⁷ Ver em: <https://www.brasildefato.com.br/2018/05/14/conclusoes-da-comissao-nacional-da-verdade-sao-confirmadas-em-relatorio-da-cia/>. Acesso em: 07/02/2022

nos 21 anos de ditadura militar. Muitas pesquisas, relatos e registros do período da ditadura foram concentrados no site⁴⁸ da CNV para acesso público.

Em Uberlândia a subcomissão da verdade foi instaurada em 2016 com apoio da Comissão da Verdade de Minas Gerais (Covemg), de sindicatos e da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). O relatório produzido ao final apresenta como denúncia a falta de apoio para a execução das investigações e procedimentos de Justiça de transição. A título de exemplo o relatório conta que o Comandante Geral do Exército indeferiu um pedido da subcomissão de visita para fins de pesquisa e memória ao 36º Batalhão, que antigamente era um dos Campos de Instrução do Exército Brasileiro localizado na zona rural de Uberlândia, popularmente conhecido como “Fazenda Tatu” e identificado por fontes sigilosas como possível centro de tortura e detenção. Estas barreiras institucionais que o relatório apresenta, se mostra familiar atualmente para pesquisas que envolvam má conduta, corrupção e outros crimes dentro da polícia militar. Contudo, mesmo sem apoio e um vácuo de informações a subcomissão retomou partes importantes da história do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba no período ditatorial, demonstrando a relação e influência das elites locais com o regime ditatorial. Tal dinâmica de relações civil-militares se repete na história, atualmente as milícias ganham respaldo institucional assim como os esquadrões da morte no período pré e durante a ditadura. O apoio aos esquadrões de extermínio e as milícias são usados por pessoas fora da corporação militar com a justificativa da necessidade de controle territorial das periferias para proteção da sociedade. Aqueles que compunham os Esquadrões da Morte eram considerados heróis e ganhavam visibilidade e credibilidade para se inserirem na carreira política, como por exemplo, o detetive José Guilherme Ferreira Godinho, apelidado de “Sivuca”, que era um dos componentes do esquadrão “12 homens de ouro”, anos depois foi eleito deputado estadual do Rio de Janeiro de 1994 a 2006 com o bordão “Bandido bom é bandido morto”. Sivuca fazia parte do Grupo de Operações Especiais (GPE) criado em 1969 no estado de Guanabara, depois transformado em Coordenadoria de Recurso Especiais da Polícia Civil (CORE) - responsável pela operação no Jacarezinho que terminou com 28 mortos, em maio, e considerada a mais letal da história do estado⁴⁹. O documentário “Autos de

⁴⁸ Ver em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/institucional-acesso-informacao/a-cnv/57-a-instalacao-da-comissao-nacional-da-verdade.html>. Acesso em: 07/02/2022

⁴⁹ Ver em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/10/18/justica-aceita-denuncia-contrapoliciais-por-morte-em-operacao-no-jacarezinho.ghtml>. Acesso em: 14/12/2021

Resistência”⁵⁰ apresenta diversas operações do CORE que resultaram em mortes de moradores das periferias e que foram alvos de inquérito e processos judiciais, mas que acabaram sem respostas ou com absolvição dos policiais, como no caso de 16 de agosto de 2012, em que dois helicópteros sobrevoavam a Favela do Rola e abriram fogo contra um bar matando traficantes armados e moradores, a operação foi filmada por uma câmera no uniforme de um dos policiais, contudo as mortes foram registradas como provenientes de autos de resistência⁵¹.

1.1 NO RASTRO DE FORMIGA

Em 2019 finalizo minha graduação com um trabalho de conclusão de curso voltado ao estudo da Intervenção Federal no Rio de Janeiro⁵². O contexto carioca e as imbricações com a criminalidade me intrigaram. Fiquei curiosa ao me deparar com dados do IBGE que demonstraram baixos índices de violência e homicídios do Estado, comparados a outros estados do nordeste do país, e a contradição posta no cotidiano, difundida pelo senso comum, que estigmatizava o estado do Rio de Janeiro, especialmente sua capital, como terra dos piores ladrões, traficantes, milicianos e onde era possível presenciar atrocidades criminosas, mortes violentas e muita insegurança. Algumas perguntas ficaram pujantes, a sensação de medo e insegurança produziu a Intervenção Federal, ou as operações do Estado, as intervenções policiais, as UPP’s⁵³ o

⁵⁰Ver em: <http://www.autoderesistencia.com.br/o-problema>. Acesso em: 14/12/2021.

⁵¹ Ver em: <https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2013/08/corregedoria-indicia-seis-policiais-da-core-por-acao-na-favela-do-rola-rio.html>. Acesso em: 14/12/2021.

⁵²No Rio de Janeiro a intervenção foi decretada pelo Governo Federal, sob presidência de Michel Temer, no dia 16 de fevereiro de 2018 sobre o tema específico da Segurança Pública pelo decreto 9.2883, com base e objetivo de pôr termo ao grave comprometimento da ordem pública. O decreto determina a duração da intervenção para o dia 31 de dezembro de 2018 e seu motivo, sem nenhuma surpresa, é pelo grave comprometimento da ordem pública no Estado do Rio de Janeiro. O cargo de interventor foi assumido pelo General do Exército Walter Souza Braga Netto e a natureza do cargo de interventor é exclusivamente militar. O tema de segurança pública proposto para a intervenção seria – paralelamente ao governo estadual – pensado, elaborado, instrumentalizado sob um comando militar. Alguns apontam que a intervenção, prevista nos artigos 34 e 36 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, visava a conter o comprometimento da ordem pública em face do agravamento da violência, num quadro de acirramento das crises política e econômico-financeira. A Intervenção finalizou sua vigência em 31 de dezembro de 2018.

⁵³ Em dezembro de 2008 a primeira Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) foi instalada na favela Santa Marta, a primeira de muitas outras que iriam se consolidar em 31 diversos territórios previamente selecionados pela Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro. No ano anterior, a FIFA anunciou o Rio de Janeiro como sede dos jogos da Copa do Mundo de 2014. Nesse cenário, o Rio também foi escolhido como anfitrião dos jogos do Comitê Olímpico Internacional (COI) de 2016. As UPPs surgiram como uma política renovada e um dos mais importantes programas de Segurança Pública realizado no Brasil nas últimas décadas”. A proposta é de intervenções militarizadas nas favelas para a implantação de unidades permanentes de polícia que seriam acompanhadas de políticas e investimentos sociais para

modus operandi das forças de segurança do Estado do Rio de Janeiro produziu medo e insegurança nas comunidades?

A clássica pergunta “quem veio primeiro, o ovo ou a galinha?” foi substituída pela necessidade de não esquecer a origem deste ente chamado Estado e da tarefa de compreender a genealogia do poder, do controle territorial e de uma nova racionalidade no contexto brasileiro, e por fim, uberlandense. Ouso dizer, prematuramente, que esta nova racionalidade se integraria à ideologia gestada nos porões da ditadura e nos conveses dos navios negreiros desembarcados no Brasil, comandados pelos bastardos, ou melhor, pela *ralé*. Mas, desdobramos estas hipóteses mais adiante.

No momento, quero retomar um evento ocorrido em meados de 1999 na cidade de Uberlândia, no qual o informante da Polícia Civil Emerson Vieira da Silva deu uma entrevista à Ilson Lima jornalista do jornal Estado de Minas, na qual denunciava agentes da segurança pública por prática de crimes relacionados ao tráfico de drogas, em especial, pelo inspetor Cezarino Ituassu. O primeiro dado institucional de envolvimento de agentes de segurança pública com organizações criminosas do narcotráfico em Uberlândia foi apresentado no relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito do Narcotráfico da Assembleia de Minas Gerais (2001) há 20 anos atrás. O caso “Formiga”, codinome utilizado pelo informante da Polícia Civil, não resultou em investigação ou prisão dos denunciados. Contudo, em 12 de dezembro de 1999, Formiga compareceu à Delegacia de Furtos e Roubos de Uberlândia na presença de policiais e do inspetor para retirar a denúncia e desmentir as acusações, assim como também foi à Secretaria de Segurança Pública em Belo Horizonte acompanhado do inspetor Ituassu e o delegado Gilmar Souza Freitas para publicamente informar que concedeu a entrevista à Lima em troca de 50 reais.

Depois da entrevista ao jornal, Formiga deu depoimento à CPI ratificando todas as informações passadas ao jornalista. De acordo com o relatório da CPI Formiga teria sentindo-se pressionado desmentiu tudo o que disse frente à CPI.⁵⁴

garantir o acesso a direitos nos espaços que a criminalidade e a guerra entre policiais e traficantes infringem essa garantia tanto aos moradores quanto ao restante da cidade “formal”. A prerrogativa das UPPs era o modelo proposto de policiamento de proximidade, muitas vezes apresentado como polícia comunitária. A UPP e a UPP Social foram desenhadas como política para a instrumentalização do “direito à cidade”. Ver também “GOVERNO DO RIO DE JANEIRO. O que é UPP?” Disponível em: https://www.upprj.com/index_php/faq/. Acesso em: 07/02/2022

⁵⁴ <https://www.otempo.com.br/politica/maioria-dos-alvos-da-cpi-do-narcotrafico-nao-foi-punida-1.223995>

Na denúncia o inspetor Ituassu foi acusado de dar proteção a criminosos em troca de vantagem financeiras, inclusive de fazer vistas grossas para policiais civis que faziam escolta de cargas de cocaína para um traficante da cidade, assim como de proteger um receptador de cargas roubadas conhecido como “Billy”. Por fim, o relatório ressalta que Ituassu respondeu a procedimento da Corregedoria da Polícia Civil, no qual o delegado responsável o qualificou como “elemento pernicioso e criminoso”. (CPI DO NARCOTRÁFICO, 2001, p.69).

Ao me deparar com o relatório senti curiosidade sobre esta figura do inspetor Ituassu, que me parecia o primeiro resquício histórico para compreender a relação entre polícia e crime organizado em Uberlândia. Procurei no site de pesquisa Google sobre o nome Ituassu e encontrei uma reportagem do G1⁵⁵, republicada no site⁵⁶ do Sindicato dos Servidores da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais (SINDPOL/MG), noticiava uma tentativa de roubo a um ônibus de turismo que seguia para Brasília com policiais civis de Uberlândia. Na ocasião Cezarino Ituassu, identificado como representante do Sindpol/MG em Uberlândia, comentou o ocorrido:

Nesses assaltos os criminosos costumam praticar estupros, roubam tudo e dessa vez eles quebraram a cara porque pegaram um ônibus cheio de policiais civis. Então, antes chorar a mãe de um bandido, do que chorar a mãe de um policial civil. Espero que eles tomem vergonha na cara já que sobreviveram. A sociedade não aguenta mais esse bando de pilantra e vagabundo. Na minha concepção já deveria existir pena de morte há muito tempo em relação a essa bandidagem (G1, 2013).

A premissa do inspetor de “antes chorar a mãe de um bandido, do que chorar a mãe de um policial civil” é para mim uma extensão do velho ditado “bandido bom é bandido morto”. Ao final o inspetor reitera sua posição de combate ao crime por meio da morte e da violência. A fala do inspetor representa uma aposta na violência como dispositivo de controle e gerência para a segurança da população.

A figura de Ituassu se apresenta como um rastro da corrupção policial e da relação com organizações criminosas, ainda de forma tímida. Contudo, é possível perceber até aqui que os crimes de receptação de cargas e distribuição de drogas estão sempre presentes nas investigações vinculadas a crimes pelos agentes de segurança pública, por vezes a condição da localização geográfica estratégica da cidade de Uberlândia evoca maior recorrência destes crimes.

⁵⁵ Ver em: <https://g1.globo.com/minas-gerais/triangulo-mineiro/noticia/2013/04/quadrilha-que-tentou-roubar-onibus-com-policiais-ficara-presa-em-araguari.html>. Acesso em: 07/02/2022

⁵⁶ Ver em: https://sindpolmg.org.br/quadrilha-que-tentou-roubar-onibus-com-policiais-civis-ficara-presa-em-araguari/?doing_wp_cron=1651173206.6728620529174804687500. Acesso em: 07/02/2022

Retornando mais na história e a partir de um processo intenso de pesquisa, encontramos a tese de doutorado de Wagner Jacinto de Oliveira sobre um grupo de extermínio denominado Kombão da Morte.

1.2 KOMBÃO DA MORTE

No final de 2021 pesquisando sobre índices de mortes e/ou execuções por policiais em Uberlândia encontrei a tese de doutorado de Wagner Jacinto de Oliveira (2018), intitulado “O Kombão da Morte: Ditadura e Polícia - Um estudo de caso em Uberlândia-MG dos anos de 1980 aos anos de 1990”. De acordo com Prof. Dr. Wagner o grupo de extermínio em Uberlândia foi um dos grupos criados e estruturados por determinação do próprio Estado e tinha como objetivo executar indivíduos considerados criminosos e perigosos. Em uma das transcrições de entrevistas, um policial que participou do esquadrão conta que já tinha ouvido falar da “Scuderie Le Coq” e que um dos matadores teria vindo a Uberlândia para fazer um treinamento com o grupo de policiais que iria compor o “Kombão”. Contudo, diz que a polícia não continuou com o treinamento por ser muito caro.

Um relatório preliminar sobre violência na cidade de Uberlândia foi publicado em 2005 com o auxílio da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação da Universidade Federal de Uberlândia, nele os organizadores pontuam o crescimento triplicado da cidade no período de 1980 a 2000 atingindo mais de 500.000 habitantes, conforme resumos do censo demográfico do IBGE. Essa evolução populacional foi acompanhada por um aumento das ocorrências policiais. Na cidade começou-se a vivenciar um dos grandes problemas vividos das grandes e médias cidades brasileiras: o crescimento da insegurança e do medo da criminalidade violenta, que ocupa o espaço urbano. Dessa forma, os jornais noticiam as ocorrências de crimes violentos, onde ocorreram, e questionam as ações efetivas da segurança pública, as periferias são na maioria das vezes os alvos dessa incursão midiática e para estigmatização.

Prioritariamente, identificados pelas políticas de segurança pelas respostas político-midiáticas enquanto operadores do sistema criminoso, os mais pobres assumem, ao final, a face tanto do réu como da vítima, totalizando em si mesmos o simulacro da execução sumária do Estado ou, indiretamente, pela entrega de amplos estratos pobres à ganância irrefreável dos ganhos via esquemas criminosos, ilegais e ilícitos e suas interações com o legal, normal e institucional (ALVES, 2020, p.12).

As transcrições das falas dos matadores do Kombão da Morte são imbuídas de xenofobia e preconceito, pois relaciona diretamente a migração de pessoas de outras

cidades e estados para o município com o aumento da criminalidade. Esta migração foi fator essencial para o crescimento populacional e para o surgimento de espaços urbanos periféricos com uma população em vulnerabilidade social.

O Estado tem uma maneira específica de governar as periferias em que os matadores vão ganhando maior experiência para esse controle a fim de transformar este espaço em algo do seu ideal. Neste contexto, a violência é compreendida enquanto estrutura de práticas, relacionadas diretamente à forma de organização de grupos, visando a maximização de ganhos econômicos, políticos, sociais e culturais mediante imposição de sua vontade, podendo recorrer a eliminação de quem se opõe a eles (ALVES, p. 10, 2020).

De acordo com Wagner, o cotidiano nas insurgentes favelas do município apresentava tensões sociais a partir das desigualdades escancaradas, as quais o Estado tomou como solução para a retomada da ordem ações que transitavam entre a legalidade e a ilegalidade. O *Kombão da Morte* é gestado e planejado com o aval do Estado, sendo os policiais escolhidos à dedo. No começo do ano de 1988 um policial do município foi convidado pelo comandante do batalhão de polícia militar de Uberlândia para formar um grupo de policiais que se destacasse na força física e de aparência intimidadora, para serem treinados para serem truculentos. Foram escolhidos sete policiais, entre eles: um sargento, dois cabos e quatro soldados, todos eles com treinamento para serem ROTAM. O coordenador do grupo, denominado por “Policial M”, conta que quando chegou a Uberlândia havia sido fundado o 17º Batalhão da Polícia Militar e entrou para o treinamento, recém-saído do exército, primeiro para um pelotão de choque e por fim para a ROTAM.

Quase um ano depois da constituição do grupo, o Comandante do 17º Batalhão de Polícia Militar justificou, de forma exaltada, o trabalho da ROTAM: “a população de Uberlândia nunca teve tanta paz nos dois últimos fins de semana. Por isso a ROTAM continua aqui e trabalhará de acordo com nossa orientação e avaliação (OLIVEIRA apud Correio de Uberlândia, 2018, p. 38).

Ao longo da pesquisa e das entrevistas é possível identificar que os policiais vinculados ao grupo de extermínio são do agrupamento da ROTAM. A partir da minha experiência enquanto analista social dentro da Política de Prevenção à Criminalidade e o contato com policiais e outros atores da segurança pública, a ROTAM ainda hoje é conhecida por sua truculência e também por sua dificuldade em dialogar com demais grupamentos da polícia militar, como por exemplo, o GEPAR que tem outra estrutura, formação e treinamento.

Os policiais entrevistados por Wagner (2018) para a pesquisa tinham amplo conhecimento da cidade, tinham formação até a 4º série, e se identificavam com uma socialização a partir de uma hierarquia, em que os policiais mais velhos passariam os saberes da atuação policial para os mais novos. Estes foram treinados para acessarem uma subjetividade motivadora da ação violenta que se insere em uma racionalidade própria e se vincula a uma rede de processos constitutivos de ganhos, poder, identidade, controle e perpetuação no tempo e espaço.

Assim os policiais do Kombão respondem a ordens superiores das elites locais, representantes políticos e da própria comunidade. De acordo com um dos policiais entrevistados - “Policial L”, os comandos convivem com prefeitos, vereadores e as elites locais que demandam uma resposta que pode ser a prisão ou em último caso o extermínio “destes seres cancerosos que estavam infiltrados dentro da sociedade”⁵⁷.

A partir das entrevistas com os policiais, a divisão moral entre pessoas “do bem” e “do mal” justificava a ação de “limpeza social” como função do grupo. A questão é que aqueles identificados como pessoas do mal têm classe, raça e endereço. As ações do Kombão da Morte ocorriam na parte da noite, o que permitia maior segurança ao grupo por não serem facilmente identificados. Com uma kombi reformada da polícia, os matadores trabalhavam uma noite sim, outra não. Quando questionados se houveram mortes o “Policial M” responde em uma das transcrições:

Olha, meu amigo, muitas coisas nós não podemos dizer, mas houve mortes, mas tudo dentro da regra, dentro do serviço, [...] Infelizmente teve gente referindo-se aos policiais componentes do grupo que destoou da normalidade, mas a maioria trabalhou corretamente e revidou a agressão imposta à altura do que merecia ser feito. Houve excesso? Houve. Porque? Numa situação dessa nem sempre você pode trabalhar dentro da lei (WAGNER, 2018, p.51).

Qual regra permitia a execução e as ações ilegais destes policiais? Qual a fonte de legitimidade para que estes policiais atuem como matadores, no papel de executores? A violência praticada pelos matadores é construída e ensinada no seio da polícia militar e justificada pelo clamor por segurança e proteção da sociedade. Dessa forma, a institucionalidade e a legalidade vinculadas aos Direitos Humanos é negada àqueles que são identificados como criminosos pela linha de frente das políticas de segurança pública, mas que estão chancelados por toda uma rede de pequenos, médios e grandes esquemas de poder sócio-econômico-político-culturais, aqui podemos elencar como estes sujeitos que compõem esta rede grandes empresários, a classe política - vereadores, deputados, governadores, etc -, a própria polícia, entre outros, que se

⁵⁷ Parte da transcrição da entrevista do “Policial L” (WAGNER, 2018, p. 44).

movimentam em uma dinâmica de integração, divisão e subdivisões que tem a violência como suporte para a mediação para a conquista dos seus desejos políticos, territoriais, de imagem e de lucro. Esta rede envolve aparatos institucionais, policiais e comunitários - como igrejas, ONGs e lideranças comunitárias - e os aprendizados destas relações compõem o processo de alimentação e retroalimentação entre Estado e margem.

Assim, é nas comunidades, bairros e populações periféricas que o Estado promove o desenvolvimento de ações e grupos que irão controlá-las e extorqui-las por meio de mecanismos de saber-poder construídos e apreendidos pela experiência nas margens. É na periferia das cidades que a vulnerabilidade desses sujeitos se aprofunda em prol do lucro de determinados grupos que dominam estes mesmos mecanismos. Assim, para compreender o Estado, especialmente na atualidade, precisamos compreender as margens. O Estado reformula suas técnicas de controle e gerência de acordo com as ameaças que sente com as margens quando não consegue lê-la, ou seja, existe uma ilegibilidade do território e da conduta das massas.

As milícias se produzem como dispositivos de governabilidade especialmente nos territórios periféricos que vivenciam ao máximo os desdobramentos da ordem neoliberal autoritária. Em que o manejo tático de alguns grupos sociais marginalizados e vulnerabilizados, que também incluem os matadores, policiais corruptos, traficantes e moradores, ocorre por mecanismos de poder-saber. A gestão penal da pobreza e dos problemas urbanos são exemplos dessas práticas autoritárias na ordem neoliberal atual e brasileira.

O periférico, à margem, está inteiramente relacionado ao Estado de forma conflituosa, mas também em uma relação de mútua construção. Podemos nos contestar de qual maneira os saberes das margens são negociados e englobados pelo Estado.

As fronteiras entre legal e ilegal, lícito e ilícito, legibilidade e ilegibilidade, também dá sentido a relação margem e Estado como nos apresenta Veena Das (2008), Vera da Silva Telles (2010), Gabriel Feltran (2018; 2022). Neste sentido, o Estado pode estar invisível, mas não ausente. Continuamente, compreendemos as periferias como abandonadas pelo Estado, no intuito de denunciar uma ausência nestes espaços. Contudo, o Estado está lá por meio da polícia que é a melhor categoria para exemplificar esta presença. Pois, a polícia tem sua matriz funcional dentro do Estado, está imbuída de institucionalidade, mas a todo tempo busca negociar sua própria posição dentro desta margem, seja por meio do diálogo, seja pelo recurso da violência, seja por meio da

extorsão, como por exemplo a prática de “arrego” - quantia paga a polícia para que esta não prejudique de alguma forma o comércio de drogas. Dessa forma, essas ações também produzem o Estado assim como também produz a margem.

No ordinário se entrelaçam e percorre-se as fronteiras entre o legal, ilegal, lícito, ilícito, formal e informal. Desde a venda de produtos contrabandeados, receitas médicas falsas, remédios abortivos, droga, carros roubados e armas os agentes urbanos mobilizados para estas intermediações e fluxos de compra, venda e distribuição são incontáveis, até que se perde os lastros e rastros desta cadeia de mercado que se expande. Tais fluxos e dispositivos de sobrevivência, trabalho, renda e poder são acionados conforme o momento e a circunstâncias, seja por pessoas buscando uma renda extra ou um grupo organizado. Na ordem neoliberal, a cidade comporta diversas formas de mercado, sejam formais ou informais, legais e ilegais, neles se insere a figura contemporânea do trabalhador urbano, precarizado e que tem lançado mão das diversas oportunidades para sobreviver, inclusive no crime-negócio.

Os mercados formais, informais, legais e ilegais não são setores demarcados, mas redes sociais flexíveis que se interligam e relacionam no cotidiano, estes mercados mobilizam mercadorias. As que nos interessam aqui são as mercadorias políticas criminalizadas e ilegais, como por exemplo: propina, chantagem, redes de proteção, etc.

As diversas mercadorias ilegais mobilizam outras mediações com outros mercados. A vida na cidade começa a depender de diversos atores e mercadorias ilegais para que os fluxos da vida e do dinheiro se mantenham ativos. O mercado da proteção informal surge nesses melindres da vida urbana. Em Uberlândia, a expansão imobiliária informal com as ocupações irregulares e favelização de alguns espaços se deu necessária para o crescimento econômico, visto que os trabalhadores, especialmente os imigrantes de outras cidades, necessitavam de moradia. Contudo, este crescimento populacional e imobiliário ilegal precisava ser vigiado e controlado, de modo que não afetasse outros fluxos de negócio, outros setores econômicos. O Kombão da Morte surge como mercadoria política ilegal de proteção de dentro da instituição policial.

Práticas comuns, em suas versões tradicionais ou muito modernas, que transitam nas fronteiras borradas entre expedientes de sobrevivência e práticas ilícitas (Ruggiero, 2000). Podem estar vinculadas (ou não, e não necessariamente) à pequena criminalidade local ou às redes mobilizadas por esquemas mais pesados, como é o caso do roubo de carga. (TELLES, HIRATA, p. 184, 2007)

As formas de governabilidade no neoliberalismo autoritário somente são possíveis com uma alta capacidade de regular os negócios e gerir os negócios ilegais e as

práticas criminosas na cidade. A instabilidade nas relações dentro das comunidades periféricas, os acordos entre movimento social urbano e o domínio do tráfico de drogas, os acordos frágeis com a polícia, a mediação entre os atores políticos da cidade e os mercados ilegais e informais, entre outros contextos que explicitam a corrupção e entrelaçam com a violência urbana.

TERCEIRO CAPÍTULO

1. GÊMEAS SIAMESAS: VIOLÊNCIA E CORRUPÇÃO

Um dos passos metodológicos que tomei na pesquisa foi a escuta de um podcast (2021) criado a partir do livro *A República das Milícias* do Bruno Manso⁵⁸. O podcast (2021) que leva o nome do livro traz as gravações das entrevistas que o pesquisador fez para a escrita de seu livro com atores centrais que o ajudaram a compreender a dinâmica das milícias e suas relações com o bolsonarismo no Rio de Janeiro. Bruno é de São Paulo e teve sua trajetória como jornalista e pesquisador na área da violência e criminalidade.

Todos os episódios são intrigantes e contém elementos importantes de reflexão sobre a criminalidade dentro das forças de segurança pública, logo no segundo episódio o diálogo que Manso constrói com o Delegado Hélio Luz apresenta a temática da corrupção. Aquilo que Luz denominou de “acertinho”, nas periferias de Uberlândia é denominado pelo tráfico como “arrego”. O arrego é a extorsão e o suborno praticado por policiais para que práticas criminosas possam passar despercebidas pela corporação. Este tipo de corrupção é conhecida como corrupção externa, ou seja aquela que ocorre contra ou “com” os cidadãos fora da instituição policial, englobando desde o dinheiro arrecadado pelo policial para liberar um veículo irregular em uma “blitz”, ao invés de multá-lo ou apreendê-lo, até aquele obtido por meio de negociações com traficantes, bicheiros ou milicianos privados para permitir que estes executem suas atividades sem interferência da polícia, ou mesmo com a participação dela, como ocorre com as milícias. Além desta, temos a corrupção interna praticada dentro das instituições policiais de um policial para com o outro.

⁵⁸ Ver em: <https://globoplay.globo.com/podcasts/a-republica-das-milicias/0ceedd4b-503a-479e-af28-f0fb3c12e33b/>. Acesso em: 04/02/2022

Minha atuação primeiro como analista e depois como gestora na Política de Prevenção à Criminalidade possibilitou uma aproximação de jovens envolvidos com o tráfico de drogas no bairro Jardim Canaã. Em uma das circulações pelo bairro, encontrei os jovens que aguardavam pelo início de uma oficina de Hip Hop e juntei-me a eles para uma conversa. Ao longo da conversa adentramos o tema da polícia no bairro e sua conduta com os jovens. Um dos jovens me contou que recentemente haviam atentado contra sua vida, outro jovem do território tentou esfaqueá-lo, mas conseguiu fugir. Alguns dias depois seus amigos foram abordados pela polícia e questionados se iriam fazer algo a respeito da tentativa de homicídio e garantiram que não iriam interromper caso a decisão dos jovens fossem por “cobrar a fita”, ou seja, se vingarem. Esta conversa me fez refletir sobre os baixos índices de letalidade policial na cidade, pois, mesmo que a polícia não estivesse apertando gatilhos, ela permanecia como técnica necropolítica. Na perspectiva de Mbembe (2014) a necropolítica não implica simplesmente em fazer morrer (o assassinato), mas também em expor à morte.

Em uma reunião de trabalho em janeiro de 2022 com o Supervisor Metodológico do programa, ele corroborou a hipótese, por meio de sua experiência na área de Segurança Pública e de inúmeras reuniões com policiais militares e civis, que a baixa letalidade da polícia de Minas Gerais, comparada a outros Estados, teria relação com a premissa do “deixar morrer” pela mão do Estado. Em diversos momentos as conversas com os jovens atendidos pela Política de Prevenção à Criminalidade anunciavam a existência e permanência da extorsão e do arrego para os policiais militares. Contudo, não indicavam que estes valores eram repassados de forma contínua a uma organização miliciana.

Diante deste panorama, a corrupção dentro da corporação policial vem sendo investigada e controlada por meio dos órgãos do Ministério Público de Minas Gerais, da Polícia Civil e Militar. O GAECO informou em reportagem ao G1⁵⁹ que 62 policiais civis foram denunciados em Uberlândia até o ano de 2018. O elemento da corrupção está confirmado, contudo, a violência letal não acompanha, de forma contínua e desvelada, a prática destes policiais envolvidos na criminalidade.

Na perspectiva do Comandante Heleno, entrevistado para a pesquisa, a ausência de uma polícia corrupta e violenta, comparado ao estado do Rio de Janeiro, tem fundamento na inexistência de uma cultura e um *habitus* violento e miliciano que não

⁵⁹ Ver em: <https://g1.globo.com/mg/triangulo-mineiro/noticia/denuncias-de-corrupcao-policial-ja-levaram-o-gaeco-a-prender-cerca-de-90-policiais-em-2-anos-em-mg.ghtml>. Acesos em: 04/02/2022

conseguiu se instalar dentro da polícia militar em Uberlândia. Para o comandante, não existe um terreno fértil para o desenvolvimento de organizações criminosas milicianas na cidade, mas ele não nega a corrupção dentro da corporação e a necessidade de controlá-la.

No sistema brasileiro as polícias estaduais estão divididas em duas instituições diferentes e complementares: Polícia Militar e Polícia Civil. As atribuições de ambas são distintas, cabendo à Polícia Militar a função do policiamento ostensivo e preventivo, além de ser uma força auxiliar do Exército, e à Civil a atribuição de polícia judiciária, cuja função é elaborar inquéritos na investigação de crimes, com exceção dos crimes envolvendo militares.

Cada instituição possui divisões internas de cargos. No caso da polícia militar a divisão ocorre atravessada pela hierarquia institucional que separa os “praças” (soldados, cabos e sargentos) dos “oficiais” (que vai do posto de tenente a coronel) que precisam atender outros critérios para a graduação e conquista do cargo. Em contraposição, a Polícia Civil possui uma divisão que é caracterizada por Kant de Lima (1995) entre o que chamam de “tiragem” e os “delegados”⁶⁰. Em ambas as diferenças salariais entre os cargos são muito grandes o que reforça as rivalidades e disputas e conflitos internos. Esse sistema de separação em que a interação e diálogo não são prioridade entre as polícias civil e militar acarreta uma cultura institucional de distinção e por vezes de desconfiança mútua. Sem uma linha de integração e compartilhamento entre as instituições se torna insustentável o planejamento das ações e intervenções qualificadas na segurança pública numa perspectiva ampla e geral e no próprio controle das atividades institucionais. No entanto, a divisão entre as polícias é de extrema importância para a legalidade com intuito de impedir a concentração de poder em um órgão e promover maior regulação dos poderes.

As diferentes formas de corrupção cometidas pelos policiais têm em sua maioria relação com ganhos econômicos. Adicionado a isso, segundo Rose-Ackerman (2002) a corrupção ocorre na interface dos setores público e privado, quando uma autoridade pública possui liberdade sobre a distribuição de um benefício ou dos custos para o setor

⁶⁰ Diferenças salariais são assustadoras para o tipo de tarefas comuns que tem por dever exercer — mas que os delegados justificam, na prática, por serem formados em Direito — que não só não é um saber policial, como este nem mesmo faz parte do currículo dos cursos de Direito — e, assim, poderem operar a tradução entre os dois regimes de verdade, o policial e o judicial; opostos também os “tiras” em “turma da rua” e “turma do cartório”, conforme se encarreguem de investigações ou de registros cartoriais, o que define diferentes formas e oportunidades de negociação e remuneração, sempre oficiosas ou ilegais; (Kant de Lima, p. 36, 1999)

privado, pode negociá-lo e criar incentivos para que haja o suborno, o que afeta significativamente a eficiência da Justiça e a legitimidade das atividades do Estado e da própria polícia. Nessa perspectiva, a corrupção policial prejudica a eficiência da Justiça já que utiliza mecanismos informais e ilegais para distribuição privilegiada de informação ou das intervenções. Constantemente isso produz o que chamamos de sensação de insegurança. A confiança nas instituições de segurança é ponto fundamental para que a população se sinta protegida e assistida pelo Estado. A atuação das milícias, ou grupos paramilitares, especificamente no Rio de Janeiro é um exemplo da interface entre os setores público e privado para oferta de serviços ilegais de proteção nas favelas.

Por fim, a corrupção é uma forma de mercadoria política que pode ser negociada e que envolve interesses de duas partes, sendo que uma delas tem um poder outorgado pelo Estado. Bom, até aqui o elemento da violência fica implícita na relação corrupta entre polícia e sociedade.

2. A COMUNIDADE E O HABITUS MILICIANO

A milícia produz um comportamento e uma forma de pensar a vida e a coletividade. De acordo com Zaluar (2007), o regime militar teve seus efeitos sobre o contexto de violência urbana. As ações violentas e de violações de direitos não eram a exceção, mas a regra para o controle social e a repressão. Os oficiais que aderiram a tais práticas iniciavam grupos criminosos que se alinhavam aos comércios ilegais e informais praticando extermínios e extorsões, estes se somavam ao crime negócio e reconfiguraram a prática criminosa, pois traziam um novo formato de criminalidade tornando-a mais violenta e belicosa.

Nesse sentido, para diversos pesquisadores que estudam o tema das milícias, principalmente no Rio de Janeiro, elas têm como eixo de conceituação e definição a participação ativa e reconhecida dos agentes do Estado. Por meio desta premissa podemos partir da análise estatística dos dados a respeito da configuração das forças de Segurança Pública e acrescentar um método qualitativo para a compreensão do *ethos* destes sujeitos.

Alguns dados que contribuem para a direção do debate estão nas páginas da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre as milícias nos Rio de Janeiro. A Subsecretaria de Inteligência constatou por meio de pesquisas em disque-denúncias, jornais, agências de inteligência e outros órgãos a possibilidade da existência de 171 comunidades sob

domínio das milícias. Outros dados mostram que, quantitativamente, a polícia militar – principalmente, os que ganham menores salários – e pessoas sem ligação com a corporação são os mais envolvidos em grupos de milícias.

Bruno Paes Manso (2020) no início de seu livro “República das Milícias” começa contando sobre seu contato com Lobo, um miliciano que não advém da polícia militar, ou seja, nunca trabalhou na segurança pública, mas tinha um amplo repertório de saber-poder periférico. No início do texto Manso apresenta sua primeira impressão sobre Lobo pelo WhatsApp.

Vimos a foto um do outro no WhatsApp para que nos reconhecêssemos na estação. A impressão inicial que tive de Lobo, quando o vi pessoalmente, não correspondeu às minhas expectativas. Ele era forte, com excesso de peso, alto, pouco mais de um metro e oitenta, cabelo curto, quase raspado. Usava boné, uma barba moderna, dois alargadores de orelha e tatuagens grandes em um braço. Vestia uma camisa preta cheia de caveiras estilizadas, que evocavam mais o Dia dos Mortos mexicano do que os esquadrões da morte brasileiros. Parecia um integrante de uma banda de rock indie (MANSO, 2020, pag.8)

Além dessa descrição e interpretação da figura do miliciano por meio das conversas com Lobo, Manso (2020) compreende que a milícia utilizava da figura do provedor e do herói da comunidade para manter uma boa relação com os moradores da comunidade. Estes atributos dos milicianos são também verificados na representação social dos homens da Vila do Cachorro Sentado que Claudia Fonseca (2000) descreve e analisa. O atributo de provedor está estritamente vinculado ao da honra e produz efeitos nos vínculos, tanto reforçando a confiança naqueles que detém estas características, quanto de estabelecer a posição de superior e de dominância. Ser provedor da comunidade, como fazem os milicianos, contempla os fundamentos da identidade social do homem. A identidade miliciana é também definida pelos mesmos critérios que baseiam a identidade social do homem dos estratos populares.

“Essa ideia do homem forte nada tem a ver com a autonomia moral que leva o outro em consideração quando avalia moralmente sua ação” (ZALUAR, 1994, p. 55). Ao contrário, o uso da força bruta e da violência homicida reafirmam o lugar do masculino e da virilidade que se mistura com a perversidade. Todos estes atributos são concentrados na figura dos milicianos com um objetivo: o ganho individual. As milícias são, atualmente, a aposta do crime-negócio nas periferias, favelas e na relação com o Estado. O lucro é o pano de fundo das relações capitalistas globalmente, assim, para sobreviver e viver é preciso explorar e lucrar. Antes de miliciano, o agente ou ex agente de segurança pública é um trabalhador com baixos salários, treinamento precário e distante das

premissas fundamentais dos Direitos Humanos. O crime se transforma em um ótimo negócio para ampliar ganhos e a renda destes agentes.

Portanto, Soares acredita que não é possível efetivamente tratar das instituições de segurança pública sem enfrentar o ponto decisivo do orçamento público, que remete ao padrão salarial dos policiais e envolve, necessariamente, reavaliações políticas a respeito das relevâncias e das prioridades (ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2008, p. 40)

Dessa forma, as milícias investem primeiro nos subornos e no garimpo de criminosos endinheirados que serão extorquidos, quanto mais rico, maior o potencial de lucro do policial por meio da extorsão; segundo, com a segurança privada nos morros; terceiro, com as mortes encomendadas e com o domínio dos negócios legais e ilegais; por fim, com a instrumentalização dos territórios controlados para a eleição de vereadores, deputados, prefeitos e presidentes. A comunidade e toda a sociabilidade gerada em seu seio é pano de fundo da sociabilidade milicianiana e mantenedora de diversos discursos de promoção dos comportamentos e ações destes atores sociais.

MILICIALIZAÇÃO DO TRÁFICO

Em contraposição ao Planalto Central temos as favelas (VALLADARES, 2005; ZALUAR; ALVITO, 2004), que sempre foram vistas como um problema social que ameaçava a organização da cidade. Contudo, foi a partir de 1980, que se relacionou a presença da violência na cidade com o espaço simbólico das favelas no imaginário (SILVA, 2008). A expansão do tráfico de drogas resultou na maior entrada de armas, inclusive, de grosso calibre para os confrontos entre diferentes facções criminosas para obtenção do poder territorial, assim como os conflitos entre esses grupos criminosos e a polícia. Neste cenário houve uma superposição entre a problemática da segurança com a das favelas no espaço urbano.

De acordo com Misse (2007), as principais organizações do tráfico a varejo surgiram dentro dos sistemas penitenciários durante a ditadura militar, estabeleceram-se nos morros cariocas e passaram a disputar esses territórios. Essa disputa levou a uma intensa “corrida armamentista” entre comandos, uma vez que a atuação dessas facções cariocas, assim como a gestão das atividades que elas exercem, encontra-se diretamente relacionada com as disputas em torno do domínio territorial das favelas (Misse, 2007). E tal domínio, como também a reprodução dessas organizações criminosas, provavelmente não seria possível se não existissem constantes acordos e trocas políticas com agentes

públicos, dos quais policiais — que detêm o uso legal das armas e de informações estratégicas — constituiriam um dos principais tipos.

Durante o processo etnográfico da pesquisa, me deparei, em diversas reuniões e conversas com atores da segurança pública da cidade, com a análise de que o Primeiro Comando da Capital tem se transformado em milícias para a extorsão dos territórios por meio de negócios criminosos. Muitos identificam uma mudança nos objetivos da facção e avaliam que o PCC tem focado mais na lucratividade que as práticas criminosas podem gerar do que para um controle e melhoria de vida dentro das periferias em que se inserem.

Um caso emblemático e midiático no dia 28 de março de 2022, onde policiais da rota e um líder do PCC atuaram juntos no desvio de dinheiro público da área da saúde.⁶¹ Em 2022 o site Consultor Jurídico fez uma entrevista⁶² com o Delegado de Polícia Civil do Rio de Janeiro Orlando Zaccone, em uma sabatina com profissionais do Direito que se candidatariam a cargos eletivos nas eleições de 2022, uma das perguntas foi “como combater às milícias no Rio de Janeiro?”. A resposta do Delegado conta nas primeiras frases com a seguinte análise:

A milícia é um pouco como o tráfico, embora tenha surgido como algo que se oporia ao tráfico. Na verdade, há um processo de “milicialização” do tráfico e um processo de “traficalização” das milícias. O tráfico no Rio, que só vivia da venda de drogas, hoje vive também de outras economias informais. Na Rocinha, por exemplo, não se pode comprar gás fora da favela. Não era assim antigamente. Isso é a “milicialização” do tráfico. E a milícia passou a vender drogas. Hoje, em Rio das Pedras, que é uma área conhecida de milícia do Rio, tem ponto de venda de drogas. Então está tudo misturado nessa situação de ocupação territorial. (CONJUR, 2022).

A ideia de uma milicialização do tráfico e traficalização da milícia, pode ser melhor desenvolvida a partir de uma das categorias que uma equipe de pesquisadores da Fundação Heirich Böll utiliza para construir um estudo comparativo sobre as condições de vida nos territórios periféricos do Rio de Janeiro frente ao controle de grupos armados.

O estudo da Fundação buscou identificar, por meio do trabalho de campo etnográfico em seis áreas da cidade do Rio, as diversas dinâmicas de controle territorial dos grupos armados. Para tanto, utilizaram o conceito de “cerco” (MACHADO DA SILVA, 2008) que os moradores desses territórios estão submetidos. Nesta análise, se utilizou algumas categorias e dimensões da vida social como: formas de presença dos grupos armados nos territórios, a composição social que caracteriza cada agrupamento,

⁶¹ Ver em: <https://www.youtube.com/watch?v=ot-EJzS8XMQ>. Acesso em: 03/04/2023.

⁶² Ver em: <https://www.conjur.com.br/2022-jul-10/entrevista-orlando-zaccone-delegado-pre-candidato-deputado>. Acesso em: 21/02/2023

os recursos econômicos explorados, as relações estabelecidas com a população local e suas organizações foram selecionadas.

Neste sentido, dividiu-se os territórios em dois tipos de “cerco”: “tráfico” e “milícia”. A forma da presença territorial e a relação com as organizações locais se modifica de acordo com cada tipo de cerco. Contudo, a cobrança de taxas dos moradores para a realização de atividades de qualquer tipo apresentou uma semelhança na forma de atuação do tráfico e da milícia. Dessa forma, a dimensão da exploração dos recursos econômicos foi uma categoria que permitiu estabelecer conexões entre os dois tipos de “cerco”.

A pesquisa descreve quatro novas dinâmicas:

- i) nas áreas de milícia consolidada aumenta a extorsão dos moradores, que passa a ser classificada como “abusiva” e diminui a aprovação com a qual esse grupo conta; ii) também em áreas de milícia expandem-se os recursos por eles explorados, não sobrando qualquer atividade econômica sem cobrança; iii) em áreas de atuação de traficantes de drogas observamos o estabelecimento de parcerias com grupos de milicianos, que podem ser mais permanentes – as quais nomeamos como “operação consorciada” – ou mais pontuais, como acordos entre traficantes e milicianos sem a fusão ou parceria entre os grupos; e iv) a milicialização das práticas de grupos de traficantes de drogas, ou seja, a apropriação por parte de grupos de traficantes de práticas consideradas típicas da milícia, como a cobrança de taxas e a comercialização de terrenos.

A partir destes pontos, sobre as práticas dos grupos armados, observa-se a similitude entre o tipo de “cerco” produzido por traficantes e milicianos. Tendo como ponto de partida a exploração econômica dos territórios, os grupos armados compartilham da mesma tecnologia de governo nos territórios periféricos e precarizados. Assim o tráfico de drogas vem tendo práticas milicianas nos territórios que ocupam, como: cobrança de taxas ao comércio e o monopólio de produtos como água, energia, televisão a cabo, vans do transporte alternativo, pontos ilegais de venda de produtos, acesso às casas de programas habitacionais do governo assim como corretoras informais, grilando terrenos, construindo prédios e vendendo imóveis. Em contrapartida, as milícias também se lançaram ao tráfico de drogas para expandir sua lucratividade. Os limites que separavam o tráfico de drogas e a milícia, vem cada vez mais se desfazendo e mesclando, como aponta Thais Duarte (2019).

No caso de Uberlândia já é possível perceber esse processo de milicialização do tráfico de drogas. Nas conversas informais junto a Polícia Civil e a Polícia Militar algumas investigações sobre atores importantes do tráfico de drogas em Uberlândia e que

atuam de forma territorializada expõem a atuação dentro das ocupações urbanas no controle de terrenos e na própria mobilização de famílias para novas ocupações com intuito de grilar terras e locar terrenos e casas dentro das ocupações. Em uma reunião com instituições da segurança pública um caso é apresentado, de um gerente do tráfico de drogas de um bairro periférico que utilizava de seu pai como mobilizador político das famílias para ocuparem terrenos próximos a uma ocupação já consolidada e em processo de regularização com intuito de ampliar os ganhos do tráfico, vinculado ao PCC, por meio dos terrenos e aluguéis.

Minha atuação dentro do MTST também me aproximou dessa realidade de milicialização do tráfico. Nas ocupações em que atuei na cidade se ouvia por “rumores” e comentários a taxaço de comércios e de serviços dos moradores pelo tráfico de drogas. Ademais, em determinados momentos era necessário negociaçoes junto ao tráfico para impedir que terrenos fosse vendidos, visto que o MTST se opunha a venda e aluguel de terrenos e “barracos”.

5. AS MILÍCIAS TOMAM O PALÁCIO CENTRAL

A negaço e manipulaço da história e da memória do período ditatorial, assim como a exaltaço das atrocidades cometidas é uma das bases do legado político de Bolsonaro. De forma cronológica a revista Veja produziu uma matéria em 2019 com o nome “Doze vezes em que Bolsonaro e seus filhos exaltaram e acenaram à ditadura”⁶³, mostrando as declaraçoes de Bolsonaro na mídia, na Plenária da Câmara de Deputados do Rio de Janeiro e em palestras sobre o regime militar a partir de 2008. A partir dessa introduço, já poderíamos esperar mais escândalos no gabinete presidencial.

Contudo, precisaremos voltar um pouco no tempo para contar sobre essa inserço das milícias no palácio central.

O Le Monde Diplomatique lançou em abril de 2018 um artigo intitulado “Neoliberalismo autoritário em cinco atos”, que trata de elucidar cinco atos que caracterizam o fenômeno do novo ideário neoliberal. O artigo estabelece uma cronologia para definir a nova ordem. No primeiro ato os Estados Unidos definiram a linha política da crise: “proteger o sistema financeiro e redistribuir o ônus para a população”. Seguindo

⁶³ Ver em: <https://veja.abril.com.br/politica/doze-vezes-em-que-bolsonaro-e-seus-filhos-exaltaram-e-acenaram-a-ditadura/> . Acesso em 19/12/2021.

a atuação austera estadunidense a Grécia toma o segundo ato com a crise da dívida e como solução implementou medidas de redução dos déficits públicos com cortes de verbas e gastos sociais.

O terceiro ato engloba o Brasil e nos interessa: O terceiro ato se inicia quando, após a oscilação da economia chinesa, a crise global chega à periferia e o preço das commodities despenca. O protagonismo do Brasil é evidente. Desde a imposição da agenda política derrotada nas eleições de 2014, ficou claro que as práticas de concentração bancária, juros elevados e financeirização das políticas sociais da era Lula seriam insuficientes para a proteção do sistema financeiro. (GONÇALVES e MACHADO, 2018)

Neste contexto, após o impeachment da presidente Dilma Rousseff, o governo aprovou uma emenda que congelava os gastos com saúde e educação por 20 anos e uma reforma trabalhista que se enquadrasse nas medidas necessárias ao capitalismo globalizado sob o ideário neoliberal. Os efeitos do alinhamento ao ideário neoliberal e a implantação de políticas de proteção as instituições financeiras e os bancos geraram, de acordo com dados divulgados pelo IBGE, um novo recorde de desempregados, chegando a 3,2 milhões de pessoas. Os dados demonstram que as pessoas subocupadas por insuficiência de horas trabalhadas chegou a 6,9 milhões, a desregulamentação do trabalho junto a flexibilização de horas e direitos integra a política econômica no governo Temer. A política excludente neoliberal desemboca em um estado coletivizado de medo e insegurança e afeta a percepção da violência e da criminalidade o que fornece a base para a demanda por segurança pelo viés da militarização. Assim, para a proteção dos sistemas financeiros, políticas de exceção são inseridas no contexto brasileiro. Embora, a democracia da caveira representada pela política de pacificação no Rio se tornou mais um fracasso na área da segurança pública, a militarização e a utilização das forças armadas se mantiveram como saída para a crise da ordem e da segurança.

O fortalecimento de um Estado mínimo e punitivo no Brasil também pode ser observado a partir da atuação do governo na proposta da PEC5533 que institui um novo regime fiscal (reforçando ainda mais a implantação do ideário e projeto neoliberal). A PEC55 impossibilita os gastos primários do poder público – o que afeta os gastos sociais – para minimizar o papel do Estado. A aprovação da reforma trabalhista acabou com instrumentos de redução das desigualdades na disputa de poder entre patrões e trabalhadores e dificultou a organização das massas, buscou dismantlar a unidade de classe e das categorias sociais oprimidas, no momento de “flexibilização” dos seus direitos. “Não se está mais diante do par massa-indivíduo. Os indivíduos tornaram-se

“dividuais”, divisíveis, e as massas tornaram-se amostras, dados, mercado ou “bancos” (DELEUZE, 1992, p.3).

Não se exigem mais direitos sociais, garantias de trabalho e descanso, sindicatos combativos e partidos revolucionários em uma sociedade estruturada por relações hierárquicas definidas; agora cada um se volta para obter mais direitos de minoria, versatilidades de empregos, organizações de seguros, exercícios de representação, atuações locais, regionais e transestatais. [...] Vivemos o compartilhar de práticas legais e ilegais em função da segurança pessoal, empresarial, política, militar, etc. (PASSETTI, p. 276)

As práticas ilegais, inconstitucionais e incoerentes aos princípios democráticos definem o cenário político, que se constrói a partir de um consenso antidemocrático, com o impeachment da presidente Dilma Housseff. Temer assumiu a presidência em 12 de maio de 2016 e apresentou uma agenda política que negava a do programa político da chapa apresentada durante as eleições. Seguindo, ainda mais severamente, a “cartilha” neoliberal que nega a relação entre o Estado e as pautas de ampliação da cidadania, da justiça e proteção social, Temer negou o processo democrático que se iniciou no Brasil em 1988, de garantia e instrumentalização dos direitos instituídos pela Constituição, por meio da extinção dos Ministérios das Mulheres, da Igualdade racial, da Juventude e dos Direitos Humanos. Ou seja, no Brasil, de forma não eleitoral, sem representatividade e medidas institucionais, leis e práticas do Estado são impostas para a adaptação a nova ordem neoliberal de proteção ao sistema financeiro. Por fim, para fechar com chave de ouro em julho de 2017 Temer assinou o decreto de Op. GLO35 que autorizava o uso das forças armadas na segurança pública do Rio de Janeiro, mantendo uma continuidade de políticas militarizadas e transformando o exército em uma força policial. O decreto foi prorrogado até a data do dia 31 de dezembro de 2018. Alguns meses depois, o governo instaurou nova medida para a segurança pública com o dispositivo legal da Intervenção Federal, descrita por um dos relatórios do Observatório da intervenção como “definida às pressas, sem planejamento, recursos ou meios, continua na base do improvisado, mesmo após dois meses” (RAMOS, 2018, p. 21).

A cada aposta na segurança pública e na intervenção das forças armadas que resulta em fracasso, em manutenção do quadro de violência e aumento da mediatização da crise da segurança, a expansão do controle penal se fortalecem como salvação para os efeitos letais do que Andrade (2009) caracterizou como “mercado onipresente e excludente versus Estado soberano, político e socialmente ausente, amalgamados por uma cultura individualista radicalizada”. A Intervenção Militar foi um espetáculo, clamado

pelos cariocas e por outros estados, que pediam a expansão da atuação das Forças Armadas para conter a violência letal, o medo e a criminalidade. Contudo, o Observatório da Intervenção lançou relatórios para acompanhar os resultados o que escancarou a ineficácia da Intervenção.⁶⁴

De fevereiro a março o Observatório monitorou 70 operações policiais e em 25 dessas operações houve mortes. No primeiro mês de intervenção na segurança, Marielle Franco e seu motorista Anderson Gomes foram executados, à noite, em um bairro central.

Marielle se posicionou contrária a Intervenção Federal, contudo não negou que esta medida se tornaria a realidade de muitas favelas no Rio de Janeiro e, portanto, o objetivo era “vigiar os vigias”, retomando a expressão que utiliza durante a entrevista para pautar a transparência destas ações na área da segurança pública. Diante do cenário, a vereadora se candidata a relatora da Comissão de Intervenção Federal para disputar narrativas. Seu trabalho denunciando casos principalmente de mortes por intervenção policial do 41º Batalhão da Polícia Militar (Irajá)⁶⁵ ocorreu enquanto o Rio estava sobre Intervenção Federal e foram expressivos assim como sua atuação na Comissão de Direitos Humanos com as famílias das vítimas das intervenções policiais e das famílias dos policiais mortos.

Sob pressão e visibilidade pela demanda de respostas à investigação o caso da execução de Marielle ganhou novos contornos dois dias antes do aniversário de sua morte. No dia 12 de março de 2019 os ex-policiais militares Ronnie Lessa e Élcio Vieira de Queiroz foram denunciados e presos acusados da execução de Marielle. Lessa é um policial reformado e Élcio foi expulso da corporação. O caso Marielle desde o começo esteve vinculado com a atuação das milícias no Rio de Janeiro e as investigações entram no universo miliciano. Durante os mandados de busca e apreensão efetuados, foram apreendidos 117 fuzis na residência de Alexandre Mota de Souza – identificado como amigo de um dos policiais – que afirmou terem sido entregues por Lessa. A apreensão é,

⁶⁴ Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/interven%C3%A7%C3%A3o-no-rio-segue-sem-fiscaliza%C3%A7%C3%A3o-do-congresso/a-46317160>. Acesso em 14/05/2023

⁶⁵ O 41º Batalhão de Polícia Militar do Rio de Janeiro (Irajá) é conhecido pela presença de práticas violentas e pela relação com a milícia. O policial Eduardo Maia Rodrigues (Magrinho), lotado no batalhão, foi preso, acusado de chefiar uma milícia na cidade. Disponível em: <https://jovempan.com.br/programas/jornal-da-manha/pm-e-presos-apos-ser-acusado-de-chefiar-milicia-no-rio-de-janeiro.html>. Acesso em: 14/05/2023.

Além disso, o batalhão é denominado Batalhão da Morte, pois é o que mais mata no Rio de Janeiro. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/03/batalhao-da-pm-denunciado-por-marielle-e-o-que-mais-mata-no-rio.shtml>. Acesso em: 14/05/2023

segundo o secretário da Polícia Civil, a maior na história do Rio de Janeiro, sendo importante pontuar sua ocorrência fora da territorialidade estigmatizada e selecionada como espaço de livre circulação de armas e, logo, mais violentos e que merecem intervenções – as favelas.

Bom ... agora corta para as eleições de 2018. No dia 28 de outubro de 2018, Jair Messias Bolsonaro é eleito Presidente da República e tomaria posse no dia 1 de janeiro de 2019. Bolsonaro chega ao poder com a pressão popular para a resolução da morte da vereadora Marielle Franco. As investigações, sob responsabilidade da delegacia de Homicídios da Polícia Civil do Rio de Janeiro, com apoio do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) do Ministério Público, apontaram como autores dois ex policiais: Ronie Lessa e Elcio Vieira de Queiroz.

Após resolução, todo o processo de investigação e da sua divulgação juntam suspeitas de obstrução de inquérito, casos de afastamento de pessoas envolvidas no processo e hipóteses alternativas, como a que aponta envolvimento dos acusados com o Escritório do Crime, famosa milícia que atua na região de Rio das Pedras, alegadamente envolvida com a família de Jair Bolsonaro. De acordo com Jornal Nacional, Queiroz havia entrado no Condomínio Vivendas da Barra onde mora Jair Bolsonaro para encontra-lo, contudo, teria ido ver Lessa. (CHAVES, 2020)

Em janeiro de 2020, um dos supostos líderes do Escritório do Crime, Adriano da Nóbrega, foi morto a tiros pela polícia da Bahia sem motivação confirmada nas investigações, mas alguns alegam queima de arquivo. Adriano, no passado, quando ainda membro da polícia, havia sido condecorado na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro por iniciativa de Flávio Bolsonaro, então vereador no Rio de Janeiro, um dos filhos do ex presidente, que também teria empregado no gabinete a esposa e filha de Adriano.

As milícias começam a se tornar foco no debate midiático vinculado ao ex presidente Jair Bolsonaro. Concomitantemente, aumenta-se consideravelmente o número de militares e policiais da ativa e da reserva em cargos da Administração Federal, contexto que já se apresentava antes da eleição de Bolsonaro, no governo de Michel Temer e em alguns governos estaduais e municipais.

2. A FACE GROTESCA DO BIOPODER NO BRASIL É A MORTE

A população jovem, pobre, favelada, negra e marginalizada e engajada no “mundo do crime” tem frequentemente dois destinos na lógica neoliberal ou do mercado brasileiro: a morte ou o encarceramento. A morte, especialmente a morte violenta, faz parte do cotidiano brasileiro, nas margens. A violência que assassina vidas, em sua maioria negras, pobres e marginalizadas constrói a percepção da população brasileira sobre os códigos e formas de viver em sociedade. Apresenta-se como dispositivo de controle da vida e da morte e no cenário político atual se tornou algo naturalizado. Portanto, interessa-me aqui as mortes cometidas contra grupos e em territórios específicos pela mão do Estado e também por sua omissão e negligência. Permitir viver, deixar sobreviver, fazer morrer ou expor à morte são formas de inteligibilidade do Estado brasileiro para lidar com a vida nas margens.

Retomando Foucault em suas análises sobre as mudanças no poder político, suas reflexões últimas sobre o poder que elabora conceitos como biopoder, biopolítica e governamentalidade é importante nesta análise. O filósofo localiza uma nova acomodação da mecânica do poder político inicialmente no século XVII e início do século XVIII, definindo-o como poder disciplinar. Esta primeira acomodação atuava sobre o corpo individual, por meio da vigilância e punição com o intuito de treinar. Formula-se a noção de sociedade disciplinar composta por instituições disciplinares como a escola, o hospício, o quartel e a oficina. Já no final do século XVIII verifica-se a segunda acomodação do poder, definida como biopoder.

Temos, pois, duas series: a serie corpo - organismo - disciplina - instituições; e a série população - processos biológicos - mecanismos reguladores* - Estado. Um conjunto orgânico institucional: a organo-disciplina da instituição, se vocês quiserem, e, de outro lado, um conjunto biológico e estatal: a bio-regulamentação pelo Estado (FOUCAULT, 1999, p. 298).

As formulações sobre o biopoder e a biopolítica são esboçadas na última aula do curso “Em defesa da sociedade” de 1976 e desenvolvidas posteriormente nos cursos que a vinculam ao tema da governamentalidade. A arte de governar é o foco dos cursos proferidos por Foucault especialmente em 1978, quando o conceito de governamentalidade é formulado, e em 1979 quando ele se concentra nos estudos sobre a genealogia do neoliberalismo. Em *Segurança, território e população* (2008), o filósofo explora uma análise do liberalismo, como forma de governo e não apenas como doutrina econômica. Em *Nascimento da biopolítica* (2008) Foucault continua sua pesquisa sobre a arte de governar, contudo, com o neoliberalismo como objeto de investigação.

Ora, o que vai acontecer nesse meado do século XVIII de que lhes falo e em que procuro identificar a formação de uma nova razão governamental? Nessa nova razão de Estado ou nessa razão do Estado mínimo que encontra portanto no mercado sua verificação de base na utilidade sua jurisdição de fato, é evidente que as coisas serão bem diferentes (FOUCAULT, 2008, p. 73-74).

O que se esboça a partir do século XVIII é uma nova arte liberal de governar e Foucault dá um salto na história para tratar de duas experiências importantes do chamado neoliberalismo contemporâneo, uma na Alemanha e outra nos Estados Unidos da América, desenvolvidas no século XX.

Enquanto Foucault analisa uma governamentalidade neoliberal que mantém os trabalhadores vivos e produtivos para o capitalismo se desenvolver, no Brasil a experiência neoliberal é integrada na estrutura racista e colonial. A nova ordem de governar se dá para e pelo mercado. A população é vista como recurso rentável, contudo a maneira de controlar esta população seria por meio do autoritarismo que promoveria uma maior resistência a pressão popular - após o aumento da precarização da vida dos sujeitos - e concomitantemente com foco no âmbito econômico capaz de promover a lógica concorrencial, o aumento da produtividade e o progresso econômico, mas sem direitos a população trabalhadora e menos ainda as “classes perigosas”.

No seu papel político fundamental de construção normativa da sociedade em torno do modelo de mercado, o Estado neoliberal igualmente precisou assumir a gestão coercitiva da pobreza e da desigualdade e promover o enfrentamento daqueles que questionam suas medidas, apresentando o constante crescimento do seu braço penal e transformando as políticas sociais em políticas disciplinares (Andrade, D. P., Côrtes, M., e Almeida, S. 2021).

Enquanto nos países europeus as articulações de lógicas políticas e culturais definem um formato para o neoliberalismo, nos países latino americanos, especificamente, no caso do Brasil, as ditaduras militares promoveram uma articulação entre neoliberalismo e autoritarismo. A lógica do inimigo interno promovida pela ditadura militar se transformou passando da guerra contra o comunismo para a guerra contra o crime organizado. O combate às drogas e ao crime organizado, não deixou de criminalizar os movimentos sociais mais radicalizados.

As forças de segurança atuaram de maneira a abrir espaço para a neoliberalização ao conter o avanço das demandas democráticas, ao lidar com os problemas sociais pela via da gestão militarizada da pobreza e ao complementar punitivamente o estrangulamento dos gastos públicos e as políticas sociais focalizadas. (Andrade, D. P., Côrtes, M., e Almeida, S. 2021).

Dessa forma, a acumulação do capital e a lógica autoritária neoliberal acentua a necropolítica em um país com histórico colonial e ditatorial. O conceito de necropolítica desenvolvido por Achille Mbembe (2014) tem sido utilizado para pensar as formas do Estado Moderno especialmente sob a ótica das violências perpetradas por ele contra as populações mais pobres e as minorias raciais. Mbembe (2014) localiza no colonialismo as causas do racismo e da lógica autoritária e assassina inserida e perpetrada pelo Estado.

Assim a lógica da guerra e do inimigo é extrapolada e chega a promoção do terror pelo Estado, trata-se aqui da necropolítica e do necropoder. O terror impõe o exercício de um poder à margem da lei, ou seja, a legalidade não é fundamento para as ações do Estado, logo o poder de matar, e não a lei ou a norma, anuncia a existência do Estado.

O sistema penal brasileiro é um retrato do necropoder e pode ser verificada por meio dos dados das mortes no Brasil e do encarceramento em massa que produz uma “morte indireta”.

Os dados do Atlas da Violência de 2018 – que apresenta uma cifra de 62.517 homicídios e uma desigualdade das mortes violentas por raça/cor que se acentuou ao longo dos anos – sobre as mortes por intervenção policial faz uma observação a respeito das fontes destes dados e conclui que: (...) os dados da tabela 3.2 demonstram que, em 2016, o SIM registrou 1.374 casos de pessoas mortas em função de intervenções policiais, ao passo que os dados publicados no Anuário Brasileiro de Segurança Pública, com base nos registros policiais, estimam ao menos 4.222 vítimas nesse mesmo ano. (ATLAS DA VIOLÊNCIA, 2018, p.28).

A instrumentalização da necropolítica na sociedade brasileira gera paradoxos. O objeto e objetivo da biopolítica é a vida, não em sua individualidade, no comportamento e hábitos do sujeito, mas o controle de uma população, de um contingente de pessoas definidas pelo estatuto biológico. Neste sentido, os riscos devem ser eliminados, as anormalidades que comprometem a pureza desta população devem ser exterminadas.

Na atualidade a segurança entra numa rede em que é colocada como condição para e como resultado de uma vida saudável, prazerosa, feliz e longa. Também é esperada como resultado de discursos que produzem o medo. Nesse sentido, os discursos que circulam nos meios midiáticos preveem a preservação da intensificação da vida daquele que é construído como normal. A morte do outro, a morte da espécie ruim, da classe inferior (do degenerado, do delinquente, do imprudente) é o que vai deixar a vida em geral mais sadia, mais pura, mais bonita e mais feliz. (SOUZA, 2014 p.147)

Nessa direção, podemos trazer o debate que Giorgio Agamben encabeça sobre Estado de exceção e o conceito de “campo”. Atualizando a relação entre biopoder e território, ultrapassando as instituições disciplinares de reclusão que menciona Foucault

(1987) o poder que se exerce ao nível dos corpos, da vida e principalmente da morte se configura no cotidiano dos moradores das favelas pacificadas, dos morros, ao céu aberto.

Um exemplo da necropolítica são as UPP's, a pacificação instrumentalizada como gestão penal e policial da vida se associa a noção de “vida nua” de Agamben, aquela matável e que não gera sanção, pois não está inserida nas categorias de homicídio, execução por condenação ou sacrilégio. A vida é nua dos seus direitos humanos e divinos e desta forma, no âmbito biopolítico, é garantido o direito a decretar morte em nome da vida sem sofrer punição e sem qualquer responsabilidade sobre a população. “O princípio poder matar para poder viver, que sustentava a tática dos combates, tornou-se princípio de estratégia entre Estados ” (FOUCAULT, 2012 apud SOUZA)

Assim como Souza (2010) compreendemos a dimensão necropolítica das Unidades de Polícia Pacificadora na medida em que intervêm em um território com promessas de políticas e serviços públicos (limpeza, estrutura física, saúde, educação), junto à atuação militarizada do BOPE e da PM (disciplinamento e controle) que ultrapassa as ações meramente repressivas na guerra as drogas.

O pano de fundo destas medidas é uma sociedade desigual e que retroalimenta as lógicas discriminatórias e seletivas das instituições jurídicas e policiais. No Brasil essa desigualdade não se restringe ao âmbito econômico, mas também o exercício dos direitos e o acesso à Justiça. A relação entre aumento da criminalidade proporcional ao aumento da pobreza desqualifica a complexidade do tema e produz a estigmatização sobre os pobres, tornando-os suspeitos, criminalizando-os e vitimando-os.

As economias neoliberais geram desigualdades que afetam a ordem social e a organização da vida em sociedade, são marcadas pelos altos níveis de crimes e violência e concomitantemente pelo medo e insegurança, dessa equação o resultado é a intensificação do controle social por políticas punitivistas e autoritárias de segurança pública que substituem as políticas públicas integradas de acesso à cidadania (saúde, educação, moradia, entre outras), ou seja, “ (...) serviços públicos, de um lado, e uma palpável demonização e criminalização, do outro” (GRAHAM, 2016, p. 53).

Para Milton Santos (2005), território é sinônimo de mercado. A favela por muito tempo considerada território impróprio, “de fora” e marginal como representação social das políticas autoritárias e excludentes, se torna visível como espaço possível de disputa entre as empresas de turismo, as empresas transnacionais de serviços e do crime -

negócio. O território urbano assim como o mercado não está partido, mas é heterogêneo e se articula com lógicas diversas, no Brasil sua melhor interação foi com o autoritarismo.

No entanto, um ponto importante de distinção entre tráfico e milícias é sua relação com o poder legislativo. Inclusive, a pesquisa de Cano e Iooty (2008) suspeitou de que as milícias estivessem associadas a um projeto político, lançando candidatos ao Poder Legislativo, o que veríamos ser a ponta do iceberg que atingiria o Brasil.

3. O NEOLIBERALISMO AUTORITÁRIO NO BRASIL

O bolsonarismo se tornou o objeto de estudo privilegiado sobre a irrupção de um novo (não tão novo) governo das condutas (Feltran, 2021; Manso, 2020; Côrtes e Moraes, 2021; Côrtes, 2021; Rodrigo, 2021). A violência é parte importante deste novo governo das condutas e está presente na gênese do Estado brasileiro. O discurso de Ituassu compreende elementos da gramática violenta de uma “guerra civil permanente” (FOUCAULT, 2015) que é transformada na relação com elementos do poder em um processo histórico.

Nesta “guerra civil permanente” muito se vigia e muitos morrem, mas os ganhos são direcionados àqueles que apreciam de longe o espetáculo do neoliberalismo à brasileira (Andrade, 2020; Cortês, 2021). No livro, baseado em cursos no Collège de France, Foucault retoma o problema da guerra (2015, p.24). Com o Estado como referência para pensar este problema, a guerra civil deixa de existir, pois é compreendida como algo negativo para a ordem e segurança de um povo. A proposta teórica de Hobbes e Rousseau condensa este axioma da negação da guerra. Para Hobbes existe a guerra de todos contra todos como guerra natural, a partir do pacto social entre os indivíduos que criam e constroem o Estado, não se fala em guerra como fenômeno dentro da normalidade estatal, se existe um contexto de guerra está fora da normalidade e do acordo definido no pacto social. Por outro lado, a guerra é interpretada como algo externo que causam efeitos sobre o Estado. Ambas análises propõem pensar a guerra civil como anomalia ou acidente que deve ser evitado. Em contraposição, a proposta foucaultiana é de que a guerra civil não é aquilo que destrói o poder, não se configura como antítese ao poder, mas “[...] desenrola-se no teatro do poder. Não há guerra civil a não ser no elemento do poder político constituído; ela se desenrola para mantê-lo ou para conquistar o poder, para confiscá-lo ou transformá-lo” (FOUCAULT, 2015, p. 28).

Presenciamos no Brasil contemporâneo este jogo entre “guerra civil” e poder elaborar novos agentes e coletividades, temos então a premissa de um potencial criador do exercício do poder, ou seja, da guerra. O Estado brasileiro, como ator político principal, é o campo de verificação da relação de poder, de governamentalidade (Foucault, 2008; Dardot e Laval, 2016; Andrade, 2019) que irradiava novas formas de condutas dos homens.

No Brasil, além de uma razão governamental de mercado, o crime, a igreja, as milícias e outras múltiplas dimensões produzidas na relação de poder são incorporadas e hibridizadas para o controle de territórios, corpos e condutas. O Estado brasileiro se constrói a partir das relações nos diversos campos de poder e saber incorporando e transformando técnicas e ferramentas de gestão da “questão social” (Feltran, 2014). A resolução da “questão social” partia até então das teorias do Estado Democrático de Direitos, ou seja, nos termos da cidadania e dos direitos humanos que limitavam a mercantilização e repressão da vida. “A alteridade radical, que justificava inclusive a guerra, passou a ser figurada no estrangeiro. O Estado protege seus cidadãos da ameaça externa” (FELTRAN, 2014, p. 498).

Quem são os cidadãos? No Brasil contemporâneo, traficantes, presidiários, trabalhadores informais, desempregados, favelados, moradores de rua, usuários de crack, sem-teto são representações dessa alteridade radical, do inimigo.

Tendo os “inimigos” no seu centro, e desmoralizadas as narrativas de integração social universal, ou mesmo de luta política legítima em torno dos direitos comuns, o social passa a ser concebido como cerceado por um conflito irreduzível, que o restringe e lhe reforça as fronteiras: a sempre um lado de dentro e um lado de fora da vida social, que, portanto, já não se confunde com a vida nacional. Essa configuração choca-se com o centro da modernidade política inscrita na fórmula democrática (FELTRAN, 2014, p.501).

Como ressalta Agamben (2009) ao refletir sobre o conceito de dispositivo de Foucault (colocar data) podemos compreender este conceito como um conjunto de estratégias utilizadas em determinado momento histórico para organizar, modelar e gerir de forma segura a população nas cidades. Agamben retoma uma entrevista de Foucault em 1977, na qual se aproxima de uma definição do conceito de dispositivo:

Aquilo que procuro individualizar com este nome é, antes de tudo, um conjunto absolutamente heterogêneo que implica discursos, instituições, estruturas arquitetônicas, decisões regulamentares, lei, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais e filantrópicas, em resumo: tanto o dito como o não dito, eis os elementos do dispositivo. [...] se

trata, como consequência, de uma certa manipulação de relações de força, de uma intervenção racional e combinada das relações de força, seja para orientá-las em certa direção, seja para bloqueá-la ou para fixá-las e utilizá-las. O dispositivo está sempre inscrito em um jogo de poder e, ao mesmo tempo, sempre ligado aos limites do saber, que derivam desse e, na mesma medida, condicionam-no (FOUCAULT apud AGAMBEN, 2009, p.28).

Os elementos que compõem o dispositivo estão em constante transformação, sendo que as ações deles geram um efeito de contradição ou ressonância sobre outros e de forma estratégica cada elemento se vincula a outro para a resolução das barreiras para seu funcionamento pleno. O dispositivo de segurança ganha foco na elaboração foucaultiana. Este dispositivo atua na realidade colocando outros dispositivos para funcionarem articulados com o intuito de garantir uma ordem, especialmente, a do mercado.

As mudanças na dinâmica territorial das cidades, a necessidade de se governar menos e melhor, o medo e a insegurança demandou estratégias para governar populações maiores e socialmente distintas. Neste cenário, a segurança para uns está posta em perigo por “outros” que não se encaixam nas normas e não serão humanizados pela via jurídica e legal dos direitos humanos. A emergência e consolidação de dispositivos de segurança foram desenvolvidos, desde programas de prevenção à criminalidade, passando por um aumento do índice de violência letal pela polícia, desembocando em discursos e narrativas bélicas na sociedade.

No Brasil, os diferentes dispositivos de segurança acionados para a prática de governar as margens revelam, por meio do jogo de poder, os elementos que compõem o neoliberalismo autoritário à brasileira. Interessa-nos capturar esta compreensão dos regimes cotidianos de gestão da vida modulados pelas tecnologias de poder desenvolvidas no Brasil. Como esta arte de governar encontraria terreno nas margens do “mundo moderno”?

Retomar a genealogia do neoliberalismo e toda sua construção histórica tem relação com a metodologia que tomei como importante para a pesquisa das milícias, como dispositivo biopolítico. A partir da obra de Foucault e se alinhando a suas perspectivas teóricas, outros autores produzem teorias contemporâneas sobre essa nova racionalidade política neoliberal. De acordo com Dardot e Laval (2016):

O neoliberalismo não destrói apenas regras, instituições, direitos. Ele também produz certos tipos de relações sociais, certas maneiras de viver, certas subjetividades. Em outras palavras, com o neoliberalismo, o que está em jogo é nada mais nada menos que a forma de nossa existência, isto é, a forma como somos levados a nos comportar, a nos relacionar com os outros e com nós mesmos. O neoliberalismo define certa norma de vida nas sociedades

ocidentais e, para além dela, em todas as sociedades que as seguem no caminho da “modernidade” (p.3).

A racionalidade neoliberal perpassa as dimensões da vida social, política e econômica e a competição generalizada se torna a base das relações, guiando a transformação dos indivíduos e instituições em empresas que seguem o modelo do mercado, no qual o objetivo é a rentabilidade e a lucratividade máxima. Assim, “essa norma de vida rege as políticas públicas, comanda as relações econômicas mundiais, transforma a sociedade, remodela a subjetividade” (DARDOT & LAVAL, 2016, p.4).

O processo de globalização desta nova racionalidade gera o encontro com diversas culturas que estão permeadas por outras racionalidades do poder. Na chave foucaultiana do conceito de governamentalidade, alguns autores propõem a noção de “neoliberalismos híbridos” (ONG, 2006) para pensar como as práticas neoliberais migram para diversos ambientes geográficos, políticos e culturais variados, permitindo analisar como os vetores das tecnologias de governo neoliberal são implantados em países onde outras lógicas de poder operam, na ação de governar a autogovernar corpos e condutas.

Nos países emergentes, como o Brasil – com o índice de desemprego em 14,7% no primeiro trimestre de 2021 (IBGE) e com 222 mil pessoas em situação de rua em 2020 (IPEA) – nem toda população está submetida à força do mercado e do autogoverno. Assim, é preciso recalcular as ações e estratégias neoliberais sob estes corpos. A racionalidade neoliberal coexiste com outras racionalidades políticas previamente existentes e produz novos modelos e estratégias de dominação e poder. Portanto, mesmo que utilize formas de regulação das condutas humanas e do próprio Estado, o neoliberalismo constitui-se sempre como um híbrido e um modelo impuro. Nessa relação entre Estado e racionalidade neoliberal não é possível prever qual a forma que o Estado assumirá, sendo necessário referenciar no processo a história e a geografia do território em que adentra.

Dessa forma, diante de uma crise o neoliberalismo nunca é visto como o motivo, mas os Estados que não permitiram sua execução pura e perfeita, pois mantiveram lógicas de regulação supostamente inadequadas, sendo sempre possível propor o neoliberalismo como saída novamente. Portanto, “o neoliberalismo produz uma situação em que há crises econômicas do capitalismo e crises de representatividade da democracia liberal, mas simultaneamente reforça sua lógica de governamentalidade” (ANDRADE, 2019, p.23).

Neste caos de crises crônicas, os indivíduos buscam um conforto ou segurança em princípios conservadores sem abrir mão da racionalidade neoliberal e por isso culpam as classes subalternas, os imigrantes, os movimentos sociais e partidos de esquerda por suas mazelas e fracassos. Este cenário alimenta a extrema-direita e a partir deste contexto a racionalidade neoliberal se integra a racionalidades políticas autoritárias como a da segurança nacional e sua guerra a um conjunto cada vez maior de inimigos internos. Assim, um novo esquema biopolítico se desenrola fundamentado na morte, em dispositivos de saber-poder que integram lógicas racistas. O neoliberalismo no Brasil tem como pano de fundo a colonização, a escravidão e o racismo, lógicas de poder que serão integradas a governamentalidade.

Para compreender estas abordagens sobre o neoliberalismo no Brasil, precisamos pontuar antes o conceito de neoliberalismo híbrido. O conceito foi elaborado por Aihwa Ong (2006) tendo referência a obra foucaultiana e propõem pensar o neoliberalismo como um conjunto de ações que se deslocam no espaço e se transformam de acordo com o contexto. A característica de dinamicidade do conceito nos permite compreender a capilaridade da lógica neoliberal, assim como suas possibilidades de integrarem nos diversos ambientes econômico, estatal e da vida cotidiana. A partir da concepção de Ong (2006), Daniel Andrade (2019) aponta que em contextos não ocidentais emergentes a estratégia neoliberal do governo de si mesmo não é aplicada de forma uniforme. Dependendo do campo e do território as práticas neoliberais devem ser escolhidas de forma calculada a partir de uma noção de risco e possibilidade de intervenção. Nesse sentido, “as tecnologias de governo migram através dos vetores do mercado global e interagem com elementos e circunstâncias locais” (ANDRADE, 2019, p.231). Aihwa Ong (2006) elaborou uma argumentação ao redor da experiência asiática, especialmente da China - após o governo de Chairman *Mao Zedong's* – sobre a forma como o governo chinês deliberadamente abria “exceções” neoliberais de governança que eram inseridas em uma realidade onde o modelo de Estado era centralizador. Trata-se de processos de neoliberalização regionais, e é por meio desta categoria analítica do neoliberalismo que podemos tentar compreender a emergência de espaços high-tech em meio a nações historicamente agrícolas.

A problemática da cidadania, ou melhor dos direitos políticos, adentra no debate para apresentar a perversidade da confluência entre as práticas neoliberais e outras práticas de governo autoritários.

Mas, nessa convivência, os auto empreendedores acabam tomando-se patrióticos em razão de sua dependência do Estado, enquanto outros trabalhadores reivindicam proteção contra a espoliação capitalista. Na mistura do neoliberalismo como exceção e da exceção ao neoliberalismo, o espaço e as populações acabam sendo fragmentados e recombinados, chegando a resultados imprevisíveis, nem sempre condizentes com expectativas liberais (ANDRADE, 2019, p. 332).

Nas tentativas de colonizar o mundo as práticas neoliberais encontram racionalidades políticas diversas, no caso brasileiro o neoliberalismo encontra uma história calcada nos valores da escravidão e nos princípios do racismo. Esta racionalidade política advinda da colonização caracteriza a fragmentação das populações por critérios de classe e raça. Assim, os espaços periféricos, nos quais se encontram os grupos racialmente marginalizados e excluídos, serão geridos por meio de um entrelaçamento e fusão de diferentes formas de autoridade na política neoliberal para o governo dos corpos.

Não se governa cidades globais ou zonas tecnológicas, em que se produzem condições políticas, econômicas e sociais especiais para atrair investimento estrangeiro, transferência tecnológica e expertise internacional, do mesmo modo que os bairros de trabalhadores pobres ou as áreas de economia arcaica (ANDRADE, 2020, sem paginação).

No espaço periférico a gestão da vida pelos dispositivos biopolíticos encontra racionalidades políticas pautadas pela lógica da guerra e do racismo produto da escravidão.

De acordo com Mbembe (2014), os africanos, quando escravizados pelos europeus, não eram considerados seres humanos, mas meros objetos, traficados para trabalharem nas plantações e na construção do novo continente. Assim, os corpos dos escravos africanos agora objetificados, como “homem-objeto”, eram de domínio do colonizador que decidia sobre sua vida e morte. Assim Mbembe (2014) constrói sobre o corpo negro escravizado uma teoria que explica as transformações deste corpo para geração de lucro do colonialismo e na atualidade como corpo usável e matável. Mbembe (2014) utiliza das ideias foucaultianas para analisar as regiões periféricas contemporâneas em que o biopoder enxerga o corpo negro como corpo matável, jogado às margens.

A ausência de uma assistência social qualificada e radicalizada nestes territórios e de políticas públicas para redistribuição de renda e redução das desigualdades são, na verdade, estratégias do Estado para a reprodução e manutenção desigual da precariedade e da vulnerabilidade.

Portanto, a precariedade faz parte do esquema biopolítico como estratégia de estruturação objetiva e subjetiva dos corpos pobres, pretos e periféricos por meio de uma situação politicamente induzida que atua na deterioração das redes de solidariedade, de resistência e de apoio econômico fazendo com que estas populações fiquem desprotegidas. Esta desproteção é ação politicamente induzida, e expõe as populações periféricas à violência por diversos atores e em diversos contextos.

É neste espaço que as milícias, como dispositivo biopolítico de governo periférico, se sobrepõem à soberania do Estado em algumas regiões, ao mesmo tempo em que participam do próprio Estado. A fragmentação da população e do espaço possibilita o Estado um agenciamento desigual que incorpora seletivamente as práticas neoliberais que são combinadas a outras racionalidades políticas.

Nesse sentido, o neoliberalismo, implantando-se como uma exceção em meio a uma constelação política previamente existente e induzindo transformações nela, promove a distribuição desigual da cidadania e da soberania estatal (ANDRADE, 2020, sem paginação).

Na prática o hibridismo produz uma diferenciação no exercício pleno da cidadania, ainda que uma Constituição exista para garantir o acesso a direitos. No Brasil, algumas periferias são geridas por meio do encontro entre as práticas neoliberais e uma, ou várias, autoridades locais. Assim, o neoliberalismo se dá na vida cotidiana e se define como um modelo normativo de sociedade de classes e de subjetividade. (Andrade, D. P., Côrtes, M., e Almeida, S. 2021).

QUARTO CAPÍTULO

1. ESTADO DE POLÍCIA: UM MARCO

Retornemos a aula de 17 de março de 1976, na qual Foucault (ano da obra) propõe o conceito de biopolítica como uma distinta modalidade de poder, se contrapondo ao conceito de soberania e ao “privilégio teórico” da soberania nos estudos clássicos sobre o problema do poder. Na construção teórica clássica, o poder soberano intervém no campo do poder político, o que engloba a decisão sobre a vida e a morte dos súditos. O poder é uma prática social construída historicamente, assim é necessário pensá-lo de forma relacional. Em “Vigiar e Punir” (ano da obra), Foucault já havia demonstrado que o Estado não é a única fonte de poder e as tecnologias de poder não podem ser

compreendidas como estando apenas centralizadas na figura do soberano. Dessa forma, na investigação sobre a genealogia das tecnologias disciplinares desde o século XVII, o poder é ação que se desloca e pulveriza para todos os espaços sociopolíticos. Se a disciplina é pulverizada, a soberania, por outro lado, exerce-se como decisão sobre a vida e a morte dos súditos, mais especificamente, na decisão de “fazer morrer e deixar viver” (ano da obra, página). Na concepção de soberania, o poder é pensado como negatividade, uma vez que sua atualização implica na retirada, na extração, na desapropriação, na repressão e na opressão, o que deflagra uma clara dissimetria.

Nos cursos “Em defesa da sociedade”, “Segurança, território e população” e “Nascimento da biopolítica”, Foucault avança na discussão iniciada em “Vigiar e Punir” ao propor uma noção de poder que tem como foco não apenas o indivíduo (e seu corpo), mas a população como um todo. Se antes ele havia focado nos mecanismos, nas técnicas e nas tecnologias de poder de domesticação dos corpos por meio da disciplina, no âmbito de uma microfísica do poder, agora ele se voltava para a população. Contudo, na emergência do Estado moderno, o Estado não estará mais interessado em apenas “fazer morrer e deixar viver”, como nas monarquias absolutistas, mas “fazer viver e deixar morrer”, em uma nova modalidade de poder, denominada por ele de biopolítica, em que os sujeitos são englobados como um todo, em um processo de administração da nação. Na técnica biopolítica, trata-se de dirigir a uma multiplicidade de sujeitos que compõem uma população, com seus movimentos próprios, como processos de nascimento, óbito, reprodução, fecundidade, doenças, acidentes, envelhecimento, capacidade ao trabalho, etc. Neste sentido, uma análise sobre o poder que se restringe a sua característica opressiva e repressiva não vislumbra outras faces caracterizadas por uma potência criativa de ações voltadas à produtividade. Assim a disciplina e a biopolítica se complementam, a primeira voltada ao corpo individual, a segunda para a população, ambas empenhadas na produtividade do “fazer viver e deixar morrer”.

Diferente das teorias clássicas que percebem o poder como soberania – e apenas repressão -, a disciplina e a biopolítica se concentram em uma formulação de poder ligada a uma concepção positiva de ação. Nesse sentido, o poder como ação intervém na condução da conduta dos indivíduos, tanto para administrar sua ação, comportamento e linguagem, como para gerir os movimentos da população como um todo, na esfera da saúde-doença, da reprodução e fecundidade, no mundo do trabalho, nos comportamentos

violentos, entre outros. Nesse processo, cria-se mecanismos de subjetivação e produz-se sujeito.

O poder possui uma eficácia produtiva, uma riqueza estratégica, uma positividade. E é justamente esse fato que tem como alvo o corpo humano, não para suplicá-lo, mutilá-lo, mas para aprimorá-lo, a destrá-lo. (FOUCAULT, 2002, p. XVI).

Longe do poder disciplinar e o biopoder se substituírem, estes são complementares e atuam de forma concomitante. Portanto, a vigilância, hierarquização e punição permanecem no nível da domesticação dos corpos individuais, mas se engloba a regulamentação como ação positiva que dará maior alcance aos dispositivos de poder e um enraizamento pulverizado nos espaços e nos sujeitos para torná-los úteis e maximizar suas capacidades e produtividade.

Objetivo ao mesmo tempo econômico e político: aumento do efeito de seu trabalho, isto é, tornar os homens força de trabalho dando-lhes uma utilidade econômica máxima; diminuição de sua capacidade de revolta, de resistência, de luta, de insurreição contra as ordens do poder, neutralização dos efeitos de contra poder, isto é, tornar os homens dóceis politicamente. (FOUCAULT, 2002, p. 16)

Foucault localiza uma nova acomodação da mecânica do poder político inicialmente no século XVII e início do século XVIII, definindo-o como poder disciplinar. Esta primeira acomodação atuava sobre o corpo individual, por meio da vigilância e punição com o intuito de treinar. Formula-se a noção de sociedade disciplinar composta por instituições disciplinares como a escola, o hospício, o quartel e a oficina. Já no final do século XVIII verifica-se a segunda acomodação do poder, definida como biopolítica.

Temos, pois, duas séries: a série corpo - organismo - disciplina - instituições; e a série população - processos biológicos - mecanismos regulamentadores* - Estado. Um conjunto orgânico institucional: a organo-disciplina da instituição, se vocês quiserem, e, de outro lado, um conjunto biológico e estatal: a bio-regulamentação pelo Estado. As formulações sobre o biopoder e a biopolítica são esboçadas no curso de 1976 e desenvolvidas posteriormente em diversos escritos que vinculam o tema da governamentalidade. Dessa forma, Foucault parte do exemplo da Alemanha Nazista para demonstrar a articulação histórica da noção de biopoder com a formação e desenvolvimento de um novo regime político-jurídico, que mobiliza uma nova formulação de exercer o poder por meio da “arte de governar”. A arte de governar é o foco dos cursos proferidos por Foucault especialmente entre 1977 e 1978, quando o

conceito de governamentalidade é formulado. Em *Segurança, território e população* (2008), o filósofo explora uma análise do liberalismo de forma original, como forma de governo e não apenas como doutrina econômica. Em *Nascimento da biopolítica* (2008) Foucault continua a pesquisa sobre a arte de governar, contudo, com o neoliberalismo como objeto de investigação. Foucault (2008) durante o curso perpassa os esquemas políticos, jurídicos, econômicos e sociais da Europa a partir do século XVIII para representar as mudanças do capitalismo industrial e a emergência de novos arranjos sociais e grupos econômicos. O autor inicia apresentando diversas situações que culminaram em uma nova tecnologia de poder para o controle e regulamentação das populações na Europa a partir da segunda metade do século XVIII. De acordo com o autor, o problema da regulamentação e disciplina da população desemboca nos questionamento sobre a razão governamental, assim, “(...) essa razão governamental desenhava algo que era ao mesmo tempo seu princípio e seu objetivo, seu fundamento e sua meta, e esse algo, mais ou menos princípio e objetivo da razão governamental, é o Estado. (FOUCAULT, 2008, p.384)

A razão de Estado, como Foucault denomina esta nova racionalidade governamental, tem como problema central a administração da população. A administração moderna é o controle, a super-regulamentação e disciplinamento da multiplicidade dos corpos na busca de promover segurança, ordem e aumentar produtivamente as “forças do Estado”.

Se a governamentalidade do Estado se interessa, e pela primeira vez, pela materialidade fina da existência e da coexistência humana, pela materialidade fina da troca e da circulação, se esse ser e esse melhor-estar é levado em conta pela primeira vez pela governamentalidade do Estado, e isso através da cidade e através dos problemas como os da saúde, das ruas, dos mercados, dos cereais, das estradas, é porque o comércio é pensado nesse momento como o instrumento principal da força desse Estado e, portanto, como o objeto privilegiado de uma polícia que tem por objetivo o crescimento das forças do Estado (FOUCAULT, 2008, p. 456).

Na compreensão foucaultiana a polícia como tecnologia de governo se torna estruturante da política e não um simples recurso do uso da força legítima do Estado. Dessa forma, a razão de Estado tem como forma econômica o mercantilismo e como modelo de administração o Estado de Polícia. O Estado de polícia é definido por Foucault (2008) a partir de uma noção de polícia que foge a definição que conhecemos atualmente. Assim, no processo de modernização, a unidade territorial na forma de uma unificação para a emergência de uma nação ganha centralidade, pois é a partir desta unidade que se pode governar. O conceito de polícia está intrinsecamente relacionado com a

governamentalidade definida como a arte de regular, manter e manipular forças inseridas em um campo de competitividade sobre um mesmo território. Assim a polícia é compreendida como ação e se desenrola em um campo relacional de forças (FOUCAULT, 2008, p.420).

Como alcançar a unidade necessária para uma sociedade moderna em meio à conflitividade social? A governamentalidade em um território se logra por meio do uso tecnológico da polícia. O objetivo da polícia é instaurar-se como técnica de governo capaz de “fazer as forças do Estado crescerem, mantendo ao mesmo tempo a boa ordem desse Estado” (FOUCAULT, 1978, p.421). A polícia é compreendida como uma função de Estado, assim como a justiça e a economia e é considerada a “modernidade administrativa por excelência”. Administra a desordem e a insegurança dos processos de “transição”.

Para Foucault o que parece essencial na compreensão da polícia são seus objetos e objetivos de “esplendor”, ou seja, “(...) tudo o que pode proporcionar ornamento, forma e esplendor à cidade” – é disso que a polícia deve se ocupar” (FOUCAULT, 1978, p. 422). É deste esplendor que o Estado alcança a unificação política, ou seja, a coesão.

Numa palavra, trata-se da criação da utilidade estatal, a partir de e através da atividade dos homens. Criação da utilidade pública a partir da ocupação, da atividade, a partir do fazer dos homens (FOUCAULT, 2008, p.433-434).

Foucault (2008) demonstra que se desenvolve nas Universidades Alemãs a concepção de *polizeiwissenschaft*, equivalente a ciência de polícia, o que na análise de Foucault dará lugar à noção de *polizeistaat*, Estado de polícia, e a partir do século XVII e XVIII, a noção de economia política. Nesse contexto emerge o liberalismo e a economia política enquanto princípios de regulação externa do Estado.

Tanto a razão de Estado quanto o liberalismo são práticas governamentais de limitação do Estado, contudo, os mecanismos utilizados para formular esta limitação são distintos. O primeiro é uma limitação externa, pelo direito, ou seja, pela razão jurídica, e é substituído, no século XVIII, por um princípio de limitação interna, pela economia.

(...) limitação interna quer dizer que o princípio dessa limitação não deve ser buscado - já que se trata precisamente de saber em que se apoia essa generalidade - em algo que seria, por exemplo, direitos de natureza prescritos por Deus a todos os homens, uma Escritura revelada ou mesmo a vontade dos súditos que aceitaram num momento dado entrar em sociedade. Não, o princípio dessa limitação não deve ser buscado no que é exterior ao governo, mas no que é interno à prática governamental, isto é, nos objetivos do governo (FOUCAULT, 2008, p. 16).

Nota-se então uma quebra com a razão jurídica, que se baseia no jusnaturalismo e, sobretudo, nas teorias contratualistas. Assim, para a economia política

o princípio da limitação interna ocorre no interior do próprio Estado e é relacional. Ocorre aqui uma irrupção de uma nova razão de governar: a economia política, de acordo com Foucault (2008), o que possibilitou essa mudança e assegurou a autolimitação da razão governamental. Esta nova razão de governar irá retomar os objetivos do Estado de Polícia, mas propõem uma crítica constante e interna ao Estado sobre o excesso de governo e os efeitos reais na ação de governar. O ideal é governar menos e melhor diante do que a economia política revelou como a “existência de fenômenos, de processos e de regularidades que se produzem necessariamente em função de mecanismos inteligíveis” (FOUCAULT, 2008, p. 21).

Para a economia política estes mecanismos inteligíveis são de uma naturalidade própria da prática de governar, tal naturalidade deve ser manipulada pelo governo e esta natureza das práticas governamentais nos remete à verdade.

De acordo com Foucault (2008), a arte liberal de governar, que relaciona as práticas de governo e a verdade, ou práticas discursivas sobre o natural, se dá somente no mercado. No cerne do mercado que a verdade aparece, pois este deve sofrer o mínimo de intervenção para que possa formulá-las. Contudo, da Idade Média ao século XVIII, o mercado era definido como espaço de jurisdição, ou seja, de justiça distributiva que protegia tanto o comprador, quanto o fornecedor. A partir do século XVIII o mercado se torna um espaço de veridicação. O mercado surge como coisa que obedece a mecanismos naturais, assim, como aquele que reflete a verdade. Dessa forma, a noção de mecanismos naturais do mercado e o preço natural vão configurar o mercado como este espaço de veridicação da prática governamental. A economia política indicou ao governo onde buscar o princípio da verdade da sua própria prática governamental. As mudanças econômicas que permitem a crítica ao sistema jurídico-disciplinar do mercantilismo e emergência de uma nova razão governamental, o liberalismo, passam a valorizar o mercado como o espaço onde a verdade é estabelecida e é passível de ser instrumentalizada para avaliar as práticas governamentais.

Assim é que o mercado é apontado, pela economia política, como padrão para apontar a verdade das práticas de governo. Essa dupla emergência da economia política e do mercado como pontos de veridicação das práticas de governo dá -se por uma série de motivos: a fluxo de ouro, constância das moedas, crescimento econômico, crescimento demográfico, aumento da produção agrícola, acesso de técnicos aos governos e abordagem teórica dos problemas econômicos (LUIZ, 2012, p. 158-159).

O mercado e as relações de conflito com os mecanismos naturais definem as limitações internas da prática governamental. O objetivo de limitar o poder político faz parte das elaborações teórico-metodológicas de alguns teóricos. Aqui o conceito de

liberdade fica em destaque para a construção destas teorias. A liberdade desempenha na arte liberal de governo o papel de objeto a ser garantido, mas também produzido e suscitado. Conceitos distintos de liberdade produzem teorias de limitação do poder público distintas. A primeira concepção é jurídica e compreende que “todo indivíduo detém originalmente certa liberdade da qual cederá ou não certa parte”. Esta premissa criará a via axiomática revolucionária que pensa a limitação do poder político por meio dos direitos humanos que funda o poder soberano. A segunda concepção compreende que “a liberdade não vai ser concebida como exercício de certo número de direitos fundamentais, ela vai ser percebida simplesmente como a independência dos governados em relação aos governantes” (FOUCAULT, 2008, p.57). Esta é base para o radicalismo utilitarista que funda o princípio da utilidade como móvel da ação dos indivíduos, e pensa a garantia desse espaço de ação individual como o critério para definição da limitação das formas de intervenção do Estado. Assim, as competências do governo são pensadas a partir da utilidade e da esfera de independência dos indivíduos.

A via liberal do radicalismo utilitarista ganha força a partir da segunda metade do século XVIII e passa a definir as relações entre mercado e governo. Trata-se, de acordo com Foucault (2008), da elaboração de uma razão de Estado mínimo, onde se limita ao máximo o poder político em prol dos interesses econômicos, do crescimento das forças do Estado. Em um regime onde as trocas determinam o valor das coisas, os interesses devem ser manejados por meio da ação governamental.

Ora, o que vai acontecer nesse meado do século XVIII de que lhes falo e em que procuro identificar a formação de uma nova razão governamental? Nessa nova razão de Estado ou nessa razão do Estado mínimo que encontra portanto no mercado sua verificação de base e na utilidade sua jurisdição de fato, é evidente que as coisas serão bem diferentes (FOUCAULT, 2008, p. 73-74).

O que se esboça a partir do século XVIII é uma nova arte liberal de governar e Foucault dá um salto na história para tratar de duas experiências importantes do chamado neoliberalismo contemporâneo, uma na Alemanha e outra nos Estados Unidos da América, desenvolvidas no século XX. A teoria liberal alemã, também denominada de ordoliberalismo, tem seu desenvolvimento localizado entre a República de Weimar e a reconstrução no pós-guerra. O pós-guerra colocou na agenda alemã três exigências para superar o nazi-fascismo: reconstrução, planificação e socialização.

Primeiro, a exigência de reconstrução, isto é, reconversão de uma economia de guerra numa economia de paz, reconstituição de um potencial econômico destruído, integração também de novos dados tecnológicos que puderam aparecer durante a guerra, novos dados demográficos, novos dados da geopolítica também (FOUCAULT, 2008, p.108).

O Conselho Científico formado em 1948 na zona anglo-americana produziu um relatório onde apresentava uma análise da conjuntura alemã e os passos para esta tarefa de reconstrução que tinha como fundamento o princípio da liberdade dos preços. O Conselho era formado por cientistas, juristas e economistas, dentre eles W. Eucken, F. Bohn, Muller-Armack, W. Ropcke, Rüstow, Von Hayek, que fundaram a corrente econômica conhecida como Escola de Friburgo e divulgavam suas teorias por meio da revista *Ordo*. A proposta foi defendida por L. Erhard, responsável pela gestão econômica da zona ocidental da Alemanha, que pediu a liberação progressiva dos preços e o embasou na necessidade de limitação da intervenção do Estado como nova proposta de ação governamental. Em junho de 1948, a proposta é executada e os preços são liberados de qualquer mecanismo de controle. Assim, a Alemanha se torna laboratório para a aplicação da nova ação governamental neoliberal que proclamava uma recriação do Estado alemão por meio do mercado, ou seja, a economia como produtora de poder político.

De acordo com Foucault (2008), os teóricos da Escola de Friburgo buscavam responder à questão da reorganização interna a partir do problema posto por Weber (1986) no início do século XX do irracionalismo racional do capitalismo. O nazismo era a expressão desse irracionalismo e deveria ser analisado e superado por meio de uma racionalidade econômica. Para Foucault (2008), os ordoliberais tinham três tarefas: refundar o objetivo da legitimidade de um Estado a partir de um espaço de liberdade dos parceiros econômicos, especialmente os EUA; desvendar o campo de diversidades que este objetivo enfrentaria; e, por fim, como atravessar este campo de adversidades com os recursos que tinham acumulado desde 1925.

O nazismo foi a experiência histórica alemã que permitiu os teóricos formularem o que deveria ser superado por meio do projeto neoliberal. Quatro obstáculos deveriam ser confrontados: 1) primeiro, o pressuposto de que o liberalismo não era válido para a Alemanha, posto que a teoria desenvolvida primordialmente na Inglaterra não conseguia atender as necessidades de desenvolvimento econômico alemão, como a política econômica protecionista; segundo, a experiência do socialismo de estado bismarckiano, defensor da unidade externa e territorial da Alemanha através de uma política econômica intervencionista e protecionista que buscasse reintegrar o proletariado, entendido como ameaça à unidade territorial e estatal, à ordem social e política; terceiro, a partir da guerra e também no pós guerra, a planificação econômica que centralizava a política econômica no aparelho administrativo do Estado; e, por último, o keynesianismo

que a partir de 1925 promove críticas à política econômica neoliberal. Estes elementos que caracterizam o campo de adversidades são coalescentes, ou seja, de acordo com os ordoliberais a adoção de qualquer um dos quatro elementos leva a todos, assim todos estes elementos estavam vinculados ao nazismo.

Debruçando-se sobre este princípio os ordoliberais estudam diferentes tipos de economia, desde o caso da União Soviética, passando pelo New Deal nos EUA e pela política keynesiana dos programas Beveridge, tentando identificar uma invariante econômico-política nestes diferentes regimes políticos. Concluíram que a diferença essencial não era entre socialismo e capitalismo, nem tampouco entre as estruturas legislativas e jurídicas. Logo,

(...) o verdadeiro problema era entre uma política liberal e qualquer outra forma de intervencionismo econômico, quer ele adquira a forma relativamente suave do keynesianismo, quer adote a forma drástica de um plano autárquico como o da Alemanha. Temos, portanto, certa invariante que poderíamos chamar, por assim dizer, de invariante antiliberal, que tem sua lógica própria e sua necessidade interna. Foi isso que os ordoliberais decifraram na experiência do nazismo (FOUCAULT, 2008, p. 151).

As críticas ao intervencionismo, ao planismo e ao protecionismo, todos identificados a partir da experiência nazista, construiu um espaço para se pensar a política liberal e o próprio Estado. Os ordoliberais propuseram uma inversão na lógica liberal clássica: ao invés de estabelecer um espaço de liberdade econômica que será organizado e vigiado pelo Estado, o Estado deve se inventar, organizar e vigiar a partir da liberdade de mercado, como princípio. “Em outras palavras, um Estado sob a vigilância do mercado em vez de um mercado sob a vigilância do Estado” (FOUCAULT, 2008, p. 159).

Ademais, diferente do liberalismo clássico que define a liberdade de mercado como liberdade de troca, os neoliberais alemães entendem que a liberdade de mercado se encontra no princípio da concorrência. Admite-se majoritariamente na teoria liberal, a partir da primeira metade do século XX, que o essencial do mercado é a concorrência, isto é, não a equivalência dos parceiros, mas a desigualdade entre eles que garantem a liberdade. Portanto, é o problema da evitação do monopólio que será base das teorias contemporâneas do mercado. Neste contexto, a função do Estado é garantir que a concorrência ocorra entre os parceiros/agentes econômicos e o fenômeno do monopólio não se desenvolva. Para os ordoliberais a concorrência não é um dado natural ou primitivo, mas um produto da ação governamental, ou seja, “a concorrência é, portanto, um objetivo histórico da arte governamental, não é um dado natural a respeitar” (FOUCAULT, 2008, p. 164). A ação governamental deve preparar as condições para a concorrência é, portanto, a economia de mercado que indica as regras de ação do Estado.

O desenrolar das teorias liberais e o neoliberalismo nos Estados Unidos se deu em um contexto não muito distinto do contexto alemão de crise. A Escola de Chicago foi espaço de produção das críticas aos modelos e políticas de Estados intervencionistas e protecionistas. Os principais elementos que proporcionaram o desenvolvimento do neoliberalismo americano, ou seja, o campo de adversidades que os teóricos enfrentavam era permeado pelo *New Deal*; as políticas keynesianas desenvolvida a partir de 1933-34 por Roosevelt; os planos de guerra e pós-guerra, como o plano Beveridge; e os programas sociais a partir dos governos Truman que inflacionaram o poder da administração federal.

Diferente da proposta alemã, onde a política neoliberal se torna uma opção econômica e política no pós-guerra que será formulada no meio governamental, os EUA tomam o neoliberalismo como maneira de ser e de pensar.

É por isso que eu creio que o liberalismo americano, atualmente, não se apresenta apenas, não se apresenta tanto como uma alternativa política, mas digamos que é uma espécie de reivindicação global, multiforme, ambígua, com ancoragem à direita e à esquerda. É também uma espécie de foco utópico sempre reativado. É também um método de pensamento, uma grade de análise econômica e sociológica (FOUCAULT, 2008, p. 301).

Ao analisar a concepção neoliberal norte americana, Foucault (2008) parte da teoria do capital humano, desenvolvida no âmbito da Escola de Chicago, para adentrar o tema do *homo oeconomicus* como sujeito de interesse e agente econômico ativo. Para isso, explana a reinserção do trabalho como objeto de pesquisa da economia neoliberal. Ao situar o trabalho no campo da análise econômica projeta-se sobre este um princípio da racionalidade estratégica, ou seja, o que o trabalhador faz e como maneja os recursos que detém para executar o trabalho. Os neoliberais se situam do ponto de vista de quem trabalha e transforma-o em sujeito econômico ativo que irá pensar estratégias e um sistema de racionalidade que o trabalho demanda. O trabalhador como sujeito econômico ativo trabalha por uma renda, o salário. Assim, o salário se desloca da posição de valor da força de trabalho a ser vendida em um mercado de trabalho (como na concepção marxista) e se realoca como rendimento fruto de um capital (FOUCAULT, 2008, p. 308).

Este capital humano tem uma máquina que é sua habilidade e competência para o trabalho, está máquina produzirá fluxos de renda, por isso terá uma utilidade e uma validade. A concepção de força de trabalho é substituída pela concepção de capital-competência que recebe uma renda denominada salário, assim o próprio trabalhador aparece como uma empresa para si mesmo, já que na análise econômica neoliberal, a noção de indivíduo torna-se menos importante do que a noção de empresa, e a sociedade passa a ser concebida como um espaço composto por unidades-empresa. Nesse sentido,

a sociedade e o indivíduo são tomados como agentes econômicos ativos, a sociedade civil é o princípio de autolimitação da ação governamental. A sociedade toma uma função de crítica sobre o excesso de governo, contudo é sob ela que ocorrerá a ação governamental, não com o intuito de cercear liberdades – como os liberais clássicos compreendiam a relação Estado e sociedade – mas, com o intuito de fazer crescer as forças do Estado, de fazer produzir, garantir e multiplicar as liberdades de que o mercado necessita e, logo, o Estado.

Essa coisa é tão verdadeira que, praticamente, o objeto de todas as análises que fazem os neoliberais será substituir, a cada instante, o *homo oeconomicus* parceiro da troca por um *homo oeconomicus* empresário de si mesmo, sendo ele próprio seu capital, sendo para si mesmo seu produtor, sendo para si mesmo a fonte de [sua] renda. (FOUCAULT, 2008, p.311).

São sobre estas considerações da teoria do capital humano que Foucault (2008) analisa a biopolítica na via do neoliberalismo, apresentando no nível do micropoder a transformação do *homo oeconomicus* em um empreendedor de si mesmo, ou seja, entendendo a si mesmo como produtor dos seus rendimentos, como capital. De acordo com Foucault (2008), este capital humano precisa ser útil e saudável, por tanto deve seguir determinada conduta, para isso existem diversos aparelhos de controle, normalização e disciplina que compõem o que o filósofo denominou de “sociedade de controle”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, J. C. S. Dos barões ao extermínio: uma história da violência na Baixada Fluminense. [s.l.] Associação de Professores e Pesquisadores de História, CAPPH-CLIO, 2003. _____ . Milícias: mudanças na economia política do crime no Rio de Janeiro. Em: Segurança, tráfico e milícias no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2008. p. 33–36.
- ANDRADE, Daniel Pereira. "Neoliberalismo autoritário no Brasil: Reforma econômica neoliberal e militarização da administração pública." *Sens public*, 2020, p. 1–28. <https://doi.org/10.7202/1079478ar>
- ANDRADE, D. P., Côrtes, M., & Almeida, S. (2021). Neoliberalismo autoritário no Brasil. *Caderno CRH*, 34, e021020. <https://doi.org/10.9771/ccrh.v34i0.44695>
- BEATO, Claudio. SILVA, Braulio. & SILVEIRA, Andreia. 2008. “Prevenção de Crimes Urbanos: o Programa Fica Vivo”. in LIMA, Renato. & PAULA, Liana. *Segurança Pública e Violência: o Estado está cumprindo seu papel?* São Paulo: Contexto.
- CANO, I.; IOOTY, C. SeIs por meIa dúzIa? Um estudo exploratório do fenômeno das chamadas 'milícias' no Rio de Janeiro. Em: *Segurança, tráfico e milícias no Rio de Janeiro*. 1. ed. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2008. v. 1p. 48–83.
- CARVALHO, Monique Batista *Milícias, facções e precariedade* [livro eletrônico]: um estudo comparativo sobre as condições de vida nos territórios periféricos do Rio de Janeiro frente ao controle de grupos armados /Monique Batista Carvalho, Lia de Mattos

Rocha, Jonathan Willian Bazoni da Motta. -- 1. ed. -- Rio de Janeiro : Fundação Heirich Böll, 2023.

CONJUR. Controle da atividade policial deve ser político, não jurídico, diz delegado. *Candidatos Legais*. 2022.

CÔRTEZ, Mariana. *O bandido que virou pregador*. São Paulo: Hucitec, 2007.

CÔRTEZ, Mariana. *Diabo e fluoxetina: Pentecostalismo e psiquiatria na gestão da diferença*. Curitiba: Appris, 2017.

CÔRTEZ, Mariana; JARDIM, Fabiana; MIAGUSKO, Edson. Governo, gestão de populações e subjetividades: balanço e perspectivas analíticas. *Revista Brasileira de Sociologia*, vol. 06, no. 12, Jan-Abri/2018, p. 242-265.

CÔRTEZ, Mariana. Entre a danação e a glória: O ministério de Flordelis e o problema da oiknomia cristã. *Debates do NER*, Porto Alegre, ano 20, n. 38, ago./dez. 2020a, p. 83-95.

CÔRTEZ, Mariana. A nova ascese do capitalismo contemporâneo. In: SENEDA, Marcos César; CUSTÓDIO, Henrique Florentino Faria (orgs.). *Ciência como vocação: Racionalidades e irracionalidade no Velho e no Novo Mundo*. Porto Alegre: Editora Fi, 2020b.

CÔRTEZ, Mariana; TEIXEIRA, Jacqueline Moraes. (PREPRINT) *Pandemic and Pentecostalism in Brazil: Religion, Politics, And Sanitary Measures in Dispute. Religion and Pandemic: Shifts in Interpretations, Popular Lore, and Practices*. Vol. 12, No. 3. *Entangled Religions*. RuhrUniversität Bochum, 2021. Link: <https://er.ceres.rub.de/index.php/ER/article/view/9262/8800>. Acesso em 10.10.2021.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: Ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.

DAS, Veena. *Vida e palavras: a violência e sua descida ao ordinário*. Tradução de Bruno Gambarotto. São Paulo: Editora Unifesp, 2020.

_____. (1977), *Structure and Cognition: Aspects of Hindu Caste and Ritual*. Nova York, Oxford University Press.

_____. (1995), *Critical Events: An Anthropological Perspective on Contemporary India*. Nova York, Oxford University Press.

_____; POOLE, D. *El Estado e sus márgenes: etnografias comparadas*. *Cuadernos de Antropología Social*, n. 27, p. 19-52, 2008.

DUARTE, T. L. (2021). *Facções criminais e milícias: aproximações e distanciamentos propostos pela literatura*. *BIB - Revista Brasileira De Informação Bibliográfica Em Ciências Sociais*, (90), 1-16.

FELTRAN, Gabriel de Santis. *Crime e periferia*. In: LIMA, Renato Sérgio de; RATTON, José Luiz; AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de (Org.). *Crime, polícia e justiça no Brasil* São Paulo: Contexto, v. 1, p. 299-307, 2014.

_____. *Questão social e lumpen*. In: IVO, Anete Brito Leal (Coord.) et. al. *Dicionário temático desenvolvimento e questão social* São Paulo; Brasília; Salvador: Annablume; CNPq; FAPESB, v. 1, p. 400-404, 2013.

_____. *Governo que produz crime, crime que produz governo. O dispositivo de gestão do homicídio em São Paulo (1992-2011)*. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, v. 6, p. 232-255, 2012.

_____. *Fronteiras de tensão: política e violência nas periferias de São Paulo*. São Paulo: Editora da Unesp/CEM, 2011.

_____. *Periferias, direito e diferença: notas de uma etnografia urbana*. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 53, n. 2, n. esp. *Antropologia do Direito*, p. 565-610 jul./dez. 2010.

_____. A fronteira do direito: política e violência nas periferias de São Paulo. In: DAGNINO, Evelina; TATAGIBA, Luciana (Orgs.). Democracia, sociedade civil e participação Chapecó: Unochapecó, 2007.

FOUCAULT, Michel. A Sociedade Punitiva: curso no Collège de France (1972-1973) / Michel Foucault; tradução Ivone C Benedetti. – São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2015. – (Coleção de obras de Michel Foucault)

FOUCAULT, Michel. (2008). Segurança, Território, População: curso dado no Collège de France (1977-1978) / Michel Foucault; edição estabelecida por M. Senellart sob a direção de F. Ewald e A. Fontana; E. Brandão (trad.); Claudia Berliner (rev. trad.). São Paulo: Martins Fontes. (Coleção Tópicos).

FOUCAULT, Michel. Em defesa da sociedade: curso no Collège de France. Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999. (Coleção Tópicos)

GRAHAM, S. Cities under siege: The new military urbanism. [s.l.] Verso Books, 2011.

GRUPO DE ESTUDOS DOS NOVOS ILEGALISMOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE (GENI/UFF); INSTITUTO FOGO CRUZADO. Mapa Histórico dos Grupos Armados do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: [s.n.].

HIRATA, D. V. Roubos, proteção patrimonial e letalidade no Rio de Janeiro | Heinrich Böll Stiftung - Rio de Janeiro Office. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2019.

_____ et al. A expansão das milícias no Rio de Janeiro: uso da força estatal, mercado imobiliário e grupos armados. Rio de Janeiro: Grupo de Estudos dos Novos Ilegalismos (GENI/UFF) Observatório das Metrôpoles (IPPUR/UFRJ), 2020.

IANNI, Octávio. Violence in contemporary society. Estudos de Sociologia, Araraquara, n.12, p. 7-28, 2002.

GOHN, Maria da Gloria. Manifestações de junho de 2013 no Brasil e praça dos indignados no mundo. Petrópolis: Vozes, 2014.

LUIZ, F. Governo e Mercado: Foucault e a Emergência do Neoliberalismo Alemão. Humanidades Em diálogo, 4(2), 155-170. 2012. Disponível em <https://doi.org/10.11606/issn.1982-7547.hd.2012.106215>. Acesso em: 10/10/2021

MACHADO DA SILVA, L. A. Criminalidade violenta: por uma nova perspectiva de análise. Revista de Sociologia e Política, p. 115–124, 1999.

_____. A continuidade do “problema da favela”. Em: LIPPI, Lucia (Org.). Cidade: história e desafios. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2002. p. 220–237.

_____. Vida sob cerco: Violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira/Faperj, 2008.

_____. “Violência urbana”, segurança pública e favelas-o caso do Rio de Janeiro atual. Caderno CRH, v. 23, n. 59, p. 17, 2010.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. Artes & Ensaios, v. 32, 2014

MISSE, M. Malandros, Marginais e Vagabundos: a acumulação social da violência no Rio de Janeiro. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em Sociologia) —Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1999.

_____. Crime organizado e crime comum no Rio de Janeiro: diferenças e afinidades. Revista de Sociologia e Política, v. 19, p. 13–25, out. 2011.

_____. Between Death Squads and Drug Dealers: Political Merchandise, Criminal Subjection, and the Social Accumulation of Violence in Rio de Janeiro. The Global South, v. 12, n. 2, p. 131– 147, 2018.

ONG, A. Neoliberalism as exception: mutations in citizenship and sovereignty. Durham: Duke University Press, 2006.

PACHECO, Dennis; Marques, David. A heterogeneidade territorial da letalidade policial no Brasil. In: FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. 17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, p.

62-67, 2023. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf>.

SANTOS, Milton. O retorno do território. En: OSAL : Observatorio Social de América Latina. Año 6 no. 16 (jun. 2005-). Buenos Aires : CLACSO, 2005- . -- ISSN 1515-3282

SILVA, Kássia Nunes da. Expansão urbana do setor sul da cidade de Uberlândia-MG: um estudo dos processos de exclusão e segregação socioespacial. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia – MG, 2012. 150f.

SOARES, Beatriz Ribeiro. Habitação e produção do espaço em Uberlândia. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo – SP, 1988. 234f.

KANT DE LIMA, R. A polícia da cidade do Rio de Janeiro. Seus dilemas e paradoxos. Rio de Janeiro: Editora Forense, 1995.

ROSE-ACKERMAN, S. A economia política da corrupção. In: ELLIOT, K. A. A corrupção e a economia global. Brasília: UNB, 2002.

RUGGIERO, V.; SOUTH N. The late city as a bazaar: drug markets, illegal enterprise and the barricades. *The British Journal of Sociology*, v.48, n.1, p.54-70, 1997.

SASSEN, S. New York city's informal economy. In: PORTES, A. et al. (Org.) *Informal Economy – studies in advanced and less developed countries*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1989.

SOARES, Luiz Eduardo. *Meu casaco de General: 500 dias no front da Segurança Pública do Rio de Janeiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 475 pp.

TELLES, V. S. Linha de sombra, tecendo as tramas da cidade. In: OLIVEIRA, F.; RIZEK, C. (Org.) *A era da indeterminação*. São Paulo: Boitempo, 2007. p.195-218.

TELLES, V. S.; CABANES, R. (Org.). *Nas tramas da cidade. Trajetórias urbanas e seus territórios*. São Paulo: Humanitas, 2006.

VALLADARES, Lícia do Prado. *A invenção da favela: do mito de origem à favela.com*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2005.

_____, A gênese da favela carioca: a produção anterior às ciências sociais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 15, 44, 2000.

_____, *Passa-se uma casa: análise do programa de remoções de favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

ZALUAR, A. *A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza*. [s.l.] Brasiliense, 1985.

_____. Crime, medo e política. Em: ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos (Org.). *Um século de favela*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004.

_____; ALVITO, Marcos. (Orgs.). *Um século de favela*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

_____; CONCEIÇÃO, I. S. Favelas sob o controle das Milícias no Rio de Janeiro. *São Paulo em Perspectiva*, v. 21, n. 2, p. 13, 2007.A

ZALUAR, A. *Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2004.